

**Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia**

André dos Santos Gonçalves

**Arqueologia no Quintal e os Desafios da Conservação de
Sítios Arqueológicos no Município de São José do Piauí**



**Teresina
2015**

UFPI-CCN/PPGArq. 013^a

D. 013^a

André dos Santos Gonçalves

**Arqueologia no Quintal e os Desafios da Conservação de
Sítios Arqueológicos no Município de São José do Piauí**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.

Orientador:
Luis Carlos Duarte Cavalcante

Coorientadora:
Sônia Maria Campelo Magalhães

Teresina

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

G635a Gonçalves, André dos Santos.
 Arqueologia no Quintal e os desafios da Conservação de
 Sítios Arqueológicos no Município de São José do Piauí /
 André dos Santos Gonçalves. – Teresina: 2015.
 142 f.: il.

 Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade
 Federal do Piauí, Teresina-PI, 2015.

 Orientação: Prof. Dr. Luis Carlos Duarte Cavalcante
 Co-Orientação: Prof.^a Dra. Sônia Maria C. Magalhães

 1. Inscrições Rupestres. 2. Conservação de Arte
 Rupestre. 3. Mito do Tesouro. 4. Conservação Integrada. I.
 Titulo.

CDD 930.109 81



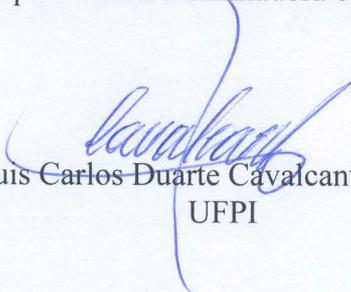
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Ininga
Teresina, Piauí, Brasil CEP 64049-550
e-mail: pgarq@ufpi.edu.br telefone: (86) 3215-5723



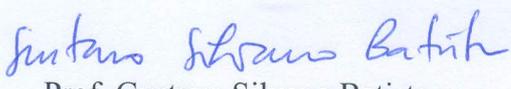
**“Arqueologia no Quintal e os Desafios da Conservação de Sítios
Arqueológicos no Município de São José do Piauí”**

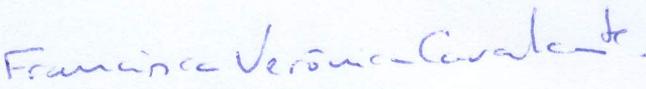
André dos Santos Gonçalves

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Luis Carlos Duarte Cavalcante – Orientador
UFPI


Profª. Sônia Maria Campelo Magalhães – Coorientadora
UFPI


Prof. Gustavo Silvano Batista
UFPI – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos


Profª. Francisca Verônica Cavalcante
UFPI

Teresina, 8 de agosto de 2015.

Dedicatória

A todos os pais e mães que contribuíram para esta primeira etapa de uma longa caminhada. Aos que acreditam que o ensino e a pesquisa não devem estar engavetados dentro de laboratórios, meus agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a uma conquista que não é de cunho pessoal, pois foi uma soma de homo sapiens sapiens que contribuíram para a conclusão de mais uma etapa acadêmica e da vida profissional, não é tarefa fácil. Foram caminhos retos e tortuosos até chegar a esta página opcional, mas deixar de prestar um agradecimento, por mais singelo que este seja, seria passar para o próximo item sem ao menos dizer: obrigado senhoras e senhores.

Começando pelo Criador, que ama sua cria e deu sabedoria a quem pudesse duvidar (Valeduate), meu Porto Seguro, Deus. Há um bom tempo andava por caminhos espinhosos que aos poucos foram se transformando em flores, mesmo que ainda com espinhos. Houve momentos em que essas flores espinhosas se transformavam em palavras e atos, vindos de algumas rosas que em algum momento foram ao meu olfato de um perfume agradável. Elas me ensinaram a ir na direção do horizonte que abre as possibilidades da chegada, e esta chegada só foi possível, em grande parte, ao Criador, Deus, que por ação dos seus intercessores não me deixou ser coberto pela escuridão das dificuldades e das dúvidas sobre a chegada ao final das provas, surgidas dentro e fora dos livros. Ele foi meu confidente mais secreto e o melhor conselheiro, os demais foram os meus amigos e amigas.

Entre todos, após o Cara ai de cima, a Família é o meu porto seguro para as horas de ventania ou de brisa leve, mas tenho tantas famílias, que falar delas seria uma nova dissertação. Agradeço a meus pais Teresinha Pereira Gonçalves e José Gonçalves de Oliveira, por nunca terem deixado de acreditar que a educação era o melhor presente e futuro para seus filhos. Apesar de ambos serem analfabetos, sempre acreditaram na educação como o melhor caminho que um filho poderia trilhar. Minha tia e mãe Honorina Vieira Lima, pelo amor, carinho e determinação, e por ter me ajudado a chegar onde hoje estou. Meus irmãos, cada um na sua individualidade, deram-me a mão nos momentos necessários, cada um disse sim no seu jeito de ser. E a tantos outros familiares que me ajudaram a chegar nesta página da dissertação, meu muito obrigado.

Ao programa de Pós-Graduação em Arqueologia, e a todos os professores que contribuíram, dentro das suas disciplinas, para a realização deste trabalho.

Por volta de 2005 conheci o Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da UFPI, à época localizado no TROPEN-UFPI, onde tive meu primeiro contato com a arqueologia e com os profissionais da área. O espaço mais feminino da UFPI, o NAP, me deu grandes professoras e professores, sim tinha estagiários homens, e dentre estes estagiários uma amizade especial, aquele que hoje é meu orientador, o Professor Doutor Luis Carlos Duarte Cavalcante. Caro orientador só tenho a agradecer o apoio que sempre me deu, desde quando éramos dois estagiários, seja com comentários, seja com apoios diversos nos trabalhos de campo e laboratório, durante toda a pesquisa para realização deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos por ter suportado este aluno levado e birrento. Até novos trabalhos, pois esse foi apenas o começo.

Minha coorientadora, mais que uma orientação acadêmica, deu-me uma orientação de ser humano. Professora Doutora Sônia Maria Campelo Magalhães, agradeço por cada observação dada e cada ida a campo, cada conselho e cada puxão de orelha. Agradeço o seu apoio durante as etapas de campo, pois sem ele e do meu orientador, este trabalho não seria concretizado, pois as dificuldades eram todas superadas com a ajuda de vocês. A ambos meus sinceros e humildes agradecimentos, até breve.

Além do meu orientador e da minha coorientadora, vários amigos e amigas contribuíram para a concretização deste sonho. Aos meus colegas do mestrado Alexandre Costa, Josinaldo Bitencourt, Bruno Santos, agradeço pelo apoio nos trabalhos de campo e laboratório; Dulce Aragão, Regina Passos, Larisa Fontes, Leandro Martins, Luzia Oliveira e Zafenathy Paiva pelo companheirismo. Gostaria de agradecer também aos alunos da graduação que ajudaram diretamente neste trabalho: Lucas Barradas, Heralda Kelis e ao Bruno Mesquita (também do mestrado) pela companhia, e ajuda nas etapas de campo e laboratório; Ennyo Lurrik, Yana Raquel e Francisco Carlos pela ajuda de campo.

Durante minha caminhada na arqueologia, tive o prazer de conviver com algumas pessoas que me ensinaram, dentro das suas individualidades, um pouco daquilo que aprendi desta ciência, são elas: Jacionira Coelho, Conceição Lage, Fátima Luz, *in memoriam*; Gisele Daltrini e Rosiane Limaverde. A todas meu muito obrigado.

Gostaria de agradecer também ao meu grande amigo, aquele que me apresentou a área que hoje é tratada neste trabalho, meu amigo e guia arqueológico (guia por minha conta), Diego Alencar. Foi através dele que a riqueza arqueológica de São

José do Piauí chegou até meu conhecimento, de forma que em todas as etapas, antes, e durante o desenvolvimento deste trabalho, o Diego estava presente, mesmo nos dias de cansaço. Esta dissertação só foi possível graças ao seu apoio, da sua família e dos seus amigos, que hoje também são meus amigos. A todos da cidade de São José do Piauí que contribuíram com o resultado desta pesquisa, em especial a melhor cozinheira da cidade (na minha opinião), a Sra. Maria das Dores da Silva, mais conhecida como Dorinha; aos moradores da comunidade Pé do Morro, pela simpatia nas conversas, meu muito obrigado.

Agradeço também a meus amigos e amigas técnicos de laboratórios da UFPI-Picos, pela ajuda durante o meu afastamento. À diretoria e funcionários do SINTUFPI, pela compreensão e apoio durante o tempo em que me ausentei por causa da concretização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Enfim, agradeço a todos aqueles que foram omitidos destas linhas, mas que estiveram e estão comigo até agora, pois acredito que o conhecimento é infinito, e este está apenas no começo.

RESUMO

Neste trabalho foram investigados os sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, situados na área urbana do município de São José do Piauí, Nordeste do Brasil, devido ao rico acervo de inscrições rupestres neles contidas e, ao mesmo tempo, pelo avançado estado de degradação em que se encontram. Os registros gráficos consistem majoritariamente de motivos geometrizados, embora sejam observados alguns poucos antropomorfos e zoomorfos, pintados quase exclusivamente em diferentes tonalidades de cor vermelha, havendo também inscrições nas cores amarela e branca. Há registros bicrômicos em vermelho e amarelo e em vermelho e branco, ocorrendo raros casos de sobreposições. A existência de respingos de tinta vermelha em um dos sítios arqueológicos permite inferir que o pigmento foi aplicado na forma líquida. Além das pinturas rupestres, o sítio Morro do Letreiro III contém também motivos gravados, delicadamente elaborados em um bloco rochoso que repousa no piso da área abrigada. Os sulcos foram efetuados por picoteamento e consistem de algumas cúpulas, um motivo geometrizado em forma de grade, além de uma pegada de ave. Os problemas de conservação de origem natural consistem principalmente de trincas, escamações e deslocamentos do suporte rochoso, um arenito muito friável e em estado avançado de decomposição; ninhos e galerias de cupins; plantas trepadeiras; ninhos de vespas-marimbondo e vespas-maria pobre; espessas camadas de eflorescências salinas; manchas negras, causadas pela ação da água e por micro-organismos. Os principais problemas de origem antrópica são pichações, realizadas com diferentes materiais; utilização dos sítios como área de lazer, inclusive com utilização de fogueiras; deposição de lixo; e as sérias degradações resultantes do mito do tesouro. Os problemas de conservação foram monitorados em diversas campanhas de campo, inclusive com a realização de medidas experimentais para avaliar temperatura, umidade relativa do ar ambiente e velocidade dos ventos, tanto ao longo do dia quanto em diferentes períodos do ano. Na interação com a comunidade do entorno observou-se que a mesma não reconhece os sítios arqueológicos investigados como parte de sua herança cultural. Portanto, os moradores locais não têm um sentimento de pertencimento em relação às inscrições rupestres e aos monumentos geológicos, aspecto que infelizmente tem gerado/agravado diversos

problemas de conservação de origem antrópica. Após o processamento e avaliação dos dados e informações gerados neste trabalho, recomenda-se a Conservação Integrada como o tipo de medida de conservação que mais se adequa a este caso, visto que busca incluir a comunidade local em todas as etapas de conservação e proteção ao patrimônio. Devido ao caráter emergencial, aconselha-se a realização de conservação *in situ* e educação patrimonial.

Palavras-chave: Inscrições rupestres. Conservação de arte rupestre. Mito do tesouro. Conservação integrada.

ABSTRACT

This study investigated Morro do Letreiro and Morro do Letreiro III archaeological sites, situated in the city of São José do Piauí, Brazilian Northeastern, where we found a rich collection of rock inscriptions simultaneously in an advanced state of degradation. The graphics records consist mainly of geometrized reasons, although a few anthropomorphic and zoomorphic are observed, almost exclusively painted in different tones of red, and there are also yellow and white colors inscriptions. There are dual tones records in red and yellow and red and white, occurring rare cases of overlaps. The existence of red ink splashes in one of archaeological sites can be inferred that the pigment was applied in liquid form. In addition to the cave paintings, the Morro do Letreiro III site also contains written reasons, delicately drawn on a rocky block that rests on the floor of the sheltered area. The furrows were made by pecking and consist of some domes, one reason geometrized grid-shaped, and a bird footprint. The conservation problems from natural origins consist mainly of cracks, flaking and spalling of the rock support, a very friable sandstone and in an advanced state of decomposition; nests and galleries of termites; climbing plants; nests of wasps and wasp-poor wasps boiler; thick layers of salt efflorescence; black spots caused by water and micro-organisms. The main problems of anthropogenic origin are graffiti, made with different materials; utilization of sites as recreational area, including use of fire; disposal of waste; and serious degradation resulting of the treasure myth. The conservation problems were monitored in several field campaigns, including the realization of experimental measurements to assess temperature, air relative humidity and wind speed, both during the day and different times of year. In interacting with the around community, it was observed that they does not recognize the archaeological sites as part of their cultural heritage. Therefore, the locals do not have a sense of belonging in relation to inscriptions and geological monuments, aspect that unfortunately has caused / aggravated several conservation anthropogenic problems. After processing and evaluation of data and information generated in this work, it is recommended to integrated conservation as a kind of conservation measure that best fits this case as seeking to include the local community in all stages of conservation and protection patrimony. Due to the

emergency nature, it is advisable to conduct in situ conservation and heritage education.

Key-words: Rock inscriptions. Rock art conservation. Myth of treasure. Integrated conservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pinturas da tradição Nordeste, sítio Toca da Entrada do Pajaú, PARNA Serra da Capivara	27
Figura 2 – Pinturas da tradição Agreste, sítio Baixão da Vaca, PARNA Serra da Capivara	29
Figura 3 – Escavação no teto do abrigo Morro do Letreiro III	52
Figura 4 – Mapa com a localização do município de São José do Piauí e de sua proximidade com os índios Gueguê, Akroá e Jaicó	55
Figura 5 – Esboço geológico do município de São José do Piauí	58
Figura 6 – Arenitos da Formação Cabeças, na região dos Três Irmãos, município de São José do Piauí	59
Figura 7 – Mapa dos Biomas Brasileiros	60
Figura 8 – Feições da vegetação na área de estudo, no período úmido	61
Figura 9 – Aspectos da cidade: ruas calçadas e edificações (Mercado Público e Igreja)	65
Figura 10 – Delimitação da área urbana de São José do Piauí, inclusa a área de estudo	66
Figura 11 – Localiação pontual dos sítios arqueológicos da área de estudo no setor urbano	67
Figura 12 – Vista da área de trabalho evidenciando o crescimento imobiliário, com a formação rochosa Morro do Letreiro ao centro	68
Figura 13 – Sítio Morro do Letreiro	68
Figura 14 – Sítio Morro do Letreiro III	69
Figura 15 – Vista da região e do centro da cidade, a partir do sítio Morro do Letreiro III	69
Figura 16 – Área das fontes de água	70
Figura 17 – Nascente principal, conhecida como “olho d’água”	70
Figura 18 – Distância dos sítios arqueológicos em relação ao olho d’água	71
Figura 19 – Fontes naturais de água (olhos d’água) e açude nas proximidades dos sítios	72
Figura 20 – Escavação no teto do abrigo, em direção ao cimo do morro	74
Figura 21 – Vista panorâmica do sítio Morro do Letreiro	81
Figura 22 – Vista geral do painel 1 do sítio Morro do Letreiro	83
Figura 23 – Problemas de conservação do painel 1 do sítio Morro do Letreiro	84
Figura 24 – Vista geral do painel 2 do sítio Morro do Letreiro	85
Figura 25 – Detalhes de pinturas rupestres do painel 2 do sítio Morro do Letreiro	85
Figura 26 – Problemas de conservação do painel 2 do sítio Morro do Letreiro	86
Figura 27 – Vista geral do painel 3 do sítio Morro do Letreiro	87
Figura 28 – Detalhes de pinturas do painel 3 do sítio Morro do Letreiro	88
Figura 29 – Problemas de conservação do painel 3 do sítio Morro do Letreiro	88
Figura 30 – Abrigo completamente pichado	89
Figura 31 – Sítio Morro do Letreiro III	90
Figura 32 – Pinturas rupestres geometrizadas. Sítio Morro do Letreiro III	91
Figura 33 – Pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro III. Destaques para o antropomorfo vermelho e para o zoomorfo branco, bem como para as sobreposições entre as cores vermelhas, amarela e branca	92

Figura 34 – Pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro III. Destaque para grafismos em biocromia	93
Figura 35 – Bloco rochoso contendo gravuras rupestres, disposto sobre o piso do abrigo Morro do Letreiro III	94
Figura 36 – Desenho esquemático do bloco rochoso disposto sobre o piso do abrigo Morro do Letreiro III, destacando os motivos gravados	94
Figura 37 – Caldeirões escupidos no piso rochoso do abrigo Morro do Letreiro III	95
Figura 38 – Problemas de conservação do sítio Morro do Letreiro III	96
Figura 39 – Problemas de conservação do sítio Morro do Letreiro III	96
Figura 40 – Planta baixa do sítio Morro do Letreiro III, mostrando os cinco caldeirões que foram evidenciados durante a escavação coordenada pelo senhor Manoel José Bezerra	98
Figura 41 – Líticos encontrados no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro II; da esquerda para direita: lasca de arenito silicificado, lasca de arenito e lasca de silixito, respectivamente	102
Figura 42 – Líticos encontrados no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III; da esquerda para direita: núcleo de arenito, núcleo de arenito silicificado e núcleo de quartzo, respectivamente	102
Figura 43 – Núcleo de arenito silicificado, contendo resíduos de pigmento vermelho, encontrado no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III	103
Figura 44 – Pigmento mineral amarelo encontrado no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III	103
Figura 45 – Entrevista a Josiel Manoel Mendes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Piauí	106
Figura 46 – Petrolina José Gonçalves, a dona Petinha	107
Figura 47 – Conversando com outros moradores (dona Petinha ao fundo)	108
Figura 48 – Dona Antônia Moura Bezerra, sentada, de camiseta azul, e seu Francisco José Bezerra, em pé na entrada da residência	109
Figura 49 – Rua Largo de São José, área do “cemitério indígena”	110
Figura 50 – Local onde teria sido encontrado um “pote com ossos”, na rua Largo de São José	111
Figura 51 – Profa. Jucelia Leite Santo (a terceira da esquerda para a direita) durante palestra sobre os sítios arqueológicos, proferida na Escola Estadual Helvídio Nunes	114
Figura 52 – Sr. Atiano Bezerra Borges (no centro), atual prefeito de São José do Piauí	116
Figura 53 – Pichação com data de 2015 em um caldeirão do sítio Morro do Letreiro III	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação nominal e códigos de cadastro no CNSA dos primeiros sítios arqueológicos registrados em São José do Piauí	64
Tabela 2 – Tipologia da entrevista	77
Tabela 3 – Dimensões dos caldeirões existentes no piso rochoso do abrigo Morro do Letreiro III	93
Tabela 4 – Síntese da Conservação Integrada dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Adaptação de Andrade, 2012	126
Tabela 5 – Ações sugeridas para a Conservação Integrada dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Adaptação de Andrade, 2012	127

LISTA DE SIGLAS

TROPEN – Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste

NAP – Núcleo de Antropologia Pré-Histórica

UFPI – Universidade Federal do Piauí

SINTUFPI – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFPI

UNESCO -

SPHAN – Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PARNA – Parque Nacional

FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAM – Instituto de Planejamento e Administração Municipal

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 PINTURAS RUPESTRES, CONSERVAÇÃO E MITO DO TESOIRO.....	21
1.1 Os registros gráficos rupestres no Brasil.....	23
1.1.1 A tradição Nordeste.....	25
1.1.2 A tradição Agreste.....	28
1.2 Conservação de pinturas rupestres.....	33
1.3 A conservação do patrimônio arqueológico.....	39
1.4 O mito do tesouro e os problemas de conservação.....	46
2 SÃO JOSÉ DO PIAUÍ.....	54
2.1 Breve história.....	54
2.2 Aspectos da geologia.....	57
2.3 Aspectos da vegetação.....	59
2.4 Pesquisas iniciais nos sítios arqueológicos.....	61
2.5 Delimitando a área do estudo.....	63
3 PROCEDIMENTO TÉCNICO-METODOLÓGICO.....	75
4 OS SÍTIOS MORRO DO LETREIRO E MORRO DO LETREIRO III.....	80
4.1 Morro do Letreiro.....	80
4.1.1 As pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro: estado geral de conservação.....	82
4.1.1.1 Painel 1.....	83
4.1.1.2 Painel 2.....	84
4.1.1.3 Painel 3.....	87
4.2 Morro do Letreiro III.....	90
4.3 Monitoramento dos problemas de conservação.....	99
4.3.1 Morro do Letreiro.....	99
4.3.2 Morro do Letreiro III.....	100
4.4 Prospeções por caminhamento no entorno dos sítios arqueológicos.	101

4.5 Interação com a comunidade do entorno dos sítios arqueológicos.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
APÊNDICE A - FICHA DE MONITORAMENTO DE SÍTIO.....	139
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA....	140

INTRODUÇÃO

O Piauí, após a década de 1970, aparece no cenário nacional como um estado de grande riqueza arqueológica, devido aos trabalhos realizados pela arqueóloga Niéde Guidon e equipe na região sudeste do estado. Em 1979 a área de estudo foi transformada em Parque Nacional, com o nome de Serra da Capivara, sendo mais tarde elevada, em 1991, a Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO. As pesquisas arqueológicas na região sudeste do Piauí estão em pleno andamento, onde a cada dia novos dados são apresentados a comunidade científica.

No norte do estado a região do Parque Nacional de Sete Cidades e municípios vizinhos, vêm sendo estudados pela Universidade Federal do Piauí, em especial pelo Núcleo de Antropologia Pré-Histórica – NAP, o Curso de Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre e o Mestrado em Arqueologia, além de instituições parceiras da UFPI.

Na década de 1980, mas especificamente em 1986, o NAP-UFPI deu início ao levantamento dos sítios arqueológicos do estado do Piauí, cuja finalidade era fazer o mapa arqueológico do estado. Na primeira fase foram visitados nove municípios, entre os quais o de São José do Piauí, local escolhido para realização deste trabalho, localizado na região centro-sul do Piauí, na microrregião de Picos. Na época foram levantados para o referido município 6 sítios, nomeadamente Sítio da Luz, Sítio do Alegre, Saco do Letreiro, Sítio do Bomsucesso, Sítio Morro do Letreiro e Sítio Saco da Jurema (CORREIA; CAMPELO, 1991). Uma nova visita ao município foi efetuada no ano 2000, pela arqueóloga Maria Conceição Soares Menezes Lage e equipe, na qual mais um sítio arqueológico foi registrado, denominado pela pesquisadora como Morro do Letreiro III. Após este período não foram realizadas pesquisas sistemáticas com relação ao patrimônio arqueológico de São José do Piauí.

Através de visitas aos sítios do perímetro urbano e rural de São José do Piauí, percebe-se um avançado estado de degradação, tanto das pinturas como do suporte rochoso sobretudo dos sítios localizados na periferia da cidade. Na tentativa de contribuir para a preservação desse patrimônio da União, foram selecionados para a realização deste trabalho os sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro

do Letreiro III, por estarem sofrendo vários tipos de agressões, tanto de natureza antrópica, como também por fatores naturais.

O objetivo geral do trabalho foi realizar o levantamento dos registros rupestres e dos principais problemas de conservação que atuam nos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, bem como propor medidas de intervenção que possam extinguir ou pelo menos minimizar a ação destruidora dos agentes degradantes.

Nas etapas de levantamento e no monitoramento dos problemas de conservação de origem natural e antrópica, observou-se que estes últimos estavam relacionados em grande medida a dois fatores que mereciam uma maior investigação, são eles: o mito ligado a tesouros, muito comum nos sítios arqueológicos brasileiros, e o distanciamento da comunidade local no sentido de percepção do patrimônio arqueológico como parte da identidade local. Portanto, os objetivos foram ampliados, visando conhecer a relação da comunidade local com os sítios arqueológicos e propor um tipo de conservação que consiga contemplar o patrimônio arqueológico e o patrimônio humano local.

Para uma melhor organização, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata das pinturas rupestres, apresentando os trabalhos iniciais desenvolvidos pelas pesquisadoras Niéde Guidon, Gabriela Martin e Anne-Marie Pessis, organizando as pinturas rupestres em tradições, como a tradição Nordeste, Agreste e Geométrica. Não faz parte deste trabalho enquadrar as pinturas dos sítios estudados em alguma tradição, pois ainda não temos dados suficientes, mas fazer uma breve explanação sobre as pesquisas nesta área, já que o material arqueológico dos sítios são as pinturas rupestres. No final é apresentada uma revisão das tradições, depois de novas análises das pinturas do Sítio do Estevão III, proposta por Gabriela Martin e Niéde Guidon.

Ainda no Capítulo I, um breve histórico da conservação de pinturas rupestres no Piauí é mostrado, desde os primeiros trabalhos realizados no Parque Nacional Serra da Capivara, até a criação do Curso de Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí. São apresentados alguns trabalhos que foram realizados nesta área, como também as etapas necessárias para a realização de um trabalho de conservação de pinturas rupestres, seus fatores de origem natural e antrópica, além dos fatores que estão colocando atualmente em risco a conservação do patrimônio arqueológico.

A fundamentação teórica com relação a conservação de sítios com pinturas rupestres é apresentada ainda dentro do Capítulo I, citando os documentos de caráter internacional, como as Cartas Patrimoniais, entre as quais merecem destaque a Carta de Atenas de 1931, a Carta de Veneza de 1964, a Carta do Restauro de 1972, a Declaração de Amsterdã de 1975 e a Carta de Laussane de 1990, documentos base primordiais a discussão deste trabalho. É apresentado também um pouco da legislação nacional, desde o decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que cria o SPHAN e institui o tombamento de móveis e imóveis, incluindo o arqueológico, mas sem critério definido (LIMA, 1988), até a Constituição Federal de 1988, com ênfase no Art. 216, onde é garantida a proteção do patrimônio arqueológico. Uma breve discussão sobre a conservação dos sítios arqueológicos apresentando a Conservação Integrada como um tipo de conservação que possibilita o encontro da ciência com o social. O turismo é apresentado como uma das possibilidades que podem contribuir com a conservação dos sítios arqueológicos, tendo como exemplos locais que até hoje conseguem aliar a visita ao patrimônio arqueológico e a sua conservação.

No Capítulo I também foi incluída uma breve discussão sobre um dos problemas de conservação de origem antrópica muito comum em sítios arqueológicos brasileiros e que está colocando em risco a existência do sítio Morro do Letreiro III. Trata-se pontualmente do mito do tesouro, conhecido em diferentes regiões do país como o mito da botija.

No Capítulo II, é apresentado um breve histórico sobre o município de São José do Piauí, discorrendo-se também sobre a geologia e a vegetação local. A delimitação da área de trabalho é apresentada, um recorte da região centro-sul do Piauí, detentora de diversos sítios arqueológicos, mas carente de pesquisas sistemáticas, diferentemente das regiões sudeste e norte do estado, em que há uma tradição consolidada de pesquisas. A área de investigação está inclusa no perímetro urbano do município de São José do Piauí, correspondendo aos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, à comunidade Pé do Morro e ao olho d'água, provável fonte de abastecimento no passado, hoje um esgoto a céu aberto.

No Capítulo III, são apresentados os procedimentos técnico-metodológicos, desde as etapas de levantamento bibliográfico, detalhamento das etapas de campo e de laboratório.

No Capítulo IV são apresentados os sítios arqueológicos Morro do Letreiro, dividido em três painéis, para facilitar o levantamento dos registros rupestres e dos problemas de conservação, e Morro do Letreiro III, com os seus graves problemas de conservação de origem natural e antrópica, incluindo o mito do tesouro e os problemas dele decorrentes. Também são apresentados os resultados do monitoramento dos problemas de conservação através de medidas experimentais em campo.

No tópico Considerações Finais são apresentadas algumas considerações gerais sobre o trabalho realizado, destacando-se os aspectos mais relevantes na coleção de resultados obtidos e nas discussões engendradas. Apresentam-se sugestões para a área de estudo, colocando em evidência a Conservação Integrada como alternativa para a conservação dos sítios arqueológicos e uma intervenção mais responsável.

1 PINTURAS RUPESTRES, CONSERVAÇÃO E MITO DO TESOURO

Desde a hora em que nasce o homem se comunica. Mas a vida em grupo exige que a forma de comunicação seja um atributo compartilhado por todos. Logo, ao se estabelecerem os códigos norteadores de uma forma de comunicação, o que se visa é alcançar o entendimento das mensagens que estão sendo transmitidas por todos os envolvidos no processo. No seu longo desenvolvimento cognitivo o homem chega ao estágio em que produz a chamada arte rupestre, também uma forma de comunicação, mas de natureza gráfica e de conteúdo simbólico. Para Mithen (2002, p. 60) o aparecimento da arte deve ter exigido novas bases cognitivas, que não apenas as individualizadas. Teria sido necessária uma ligação entre os processos cerebrais, antes independentes, ou individualizados, a que Fodor (1983, apud MITHEN, 2002, p. 61) chama de sistemas de entrada, como a percepção, e os sistemas centrais (a cognição), mais complexos.

Pessis (2003, p. 68) considera que “através de técnicas gráficas, o homem utilizou a imagem como instrumento do conhecimento e verdadeira linguagem visual, em sua feição estética e cognitiva”.

O registro rupestre, ou arte rupestre, como é mais conhecido, guarda acontecimentos do dia a dia e certamente a percepção do meio por parte de seus autores, mas interpretar-lhe o verdadeiro sentido é tarefa quase impossível. Resta ao pesquisador-arqueólogo extrair da materialidade (formas, cores, técnicas empregadas, etc.) informações pertinentes ao autor e ao contexto.

Para deixar registrados os seus momentos, seja de lazer, de lutas ou caçadas, por exemplo, desde muito cedo o homem se valeu desta prática gráfica. Todavia precisou primeiramente conhecer e aprender a escolher os melhores materiais para desenvolver a sua arte, ou seja, descobrir quais materiais poderiam ser úteis e aplicáveis na elaboração das pinturas, tendo chegado às tintas minerais e possivelmente também às vegetais. Depois de escolher o local ideal para servir como receptor destas imagens, um suporte rochoso, que tanto poderia ser o teto ou as paredes de abrigos (áreas protegidas), quanto matacões ou lajedos (a céu aberto), deixou seu registro para contemplação dos demais.

Segundo Limaverde,

Essa capacidade simbólica de transmissão da mensagem através do registro gráfico permitiu ao homem que os códigos de comunicação social fossem os elementos identificadores de pertença a determinado grupo étnico, sua própria identidade, um sistema de comunicação, uma pré-escrita. (LIMAVERDE, 2006, p. 25).

Entre as manifestações do registro rupestre reconhecíveis, se utilizarmos a classificação proposta por Pessis, têm-se as figuras de animais, plantas e objetos (PESSIS, 1992, p. 42). Já entre os não reconhecíveis ou puros, assim denominados por não permitirem uma associação com seres ou objetos do mundo sensível, estão figuras como os segmentos de retas, linhas, círculos, pontos, etc.

O registro gráfico rupestre é encontrado em diferentes áreas ao redor do planeta, seja na Europa, a exemplo das grutas de Lascaux, na França, e Altamira, na Espanha, ou mesmo na Austrália, assim como também em diferentes estados brasileiros, entre os quais se destaca o Piauí, com as pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, e de mais dois outros parques Nacionais: Sete Cidades e Serra das Confusões.

Estudar o registro rupestre é tentar compreender, a partir da materialidade (as próprias representações gráficas), um mundo subjetivo, tanto com relação ao que os autores das pinturas retratam, quanto no que diz respeito às várias interpretações que pode suscitar. Apesar de seu caráter de “arte rupestre”, Prous (1992) considera que o estudo das pinturas rupestres não se limita apenas à análise estética. Já Pessis (1987) estuda o registro rupestre como um meio de comunicação, como uma fonte de informação antropológica, “embora não exclua que possa também ser estudada no contexto das ideias estéticas”, conforme esclarece Martin (2008, p. 230).

Deixar suas marcas relativas a percepções sobre o ambiente, relações sociais, ou ao cotidiano em geral é uma característica humana, seja como forma de comunicação entre integrantes do mesmo grupo, seja com outros grupos humanos que venham a transitar pelo mesmo espaço. Como mensagem registrada em paredões de variados tipos de rochas, muito tempo antes da escrita, o registro rupestre fornece as primeiras leituras sobre a vida humana.

Estudar essa história, seja como comunicação, arte, simbolismo, misticismo, ou outra categoria de análise, faz com que as formas de expressão do homem pré-histórico cheguem a variados públicos, contribuindo, desta forma, tanto para o debate acadêmico, quanto para enriquecer o conhecimento do público em geral.

Mas há também necessidade de se conservar este registro humano, pois vários problemas, naturais ou antrópicos (causados pelo homem), estão colocando em risco este rico patrimônio da humanidade. Conservar os sítios de pinturas e de gravuras rupestres é permitir que as ideias do passado continuem acessíveis, no presente, e perdurem para o futuro.

1.1 Os registros gráficos rupestres no Brasil

As primeiras referências que se têm de registros rupestres em terras brasileiras datam do século XVI, e se trata de informações sobre gravuras em rochedos localizados no que seria hoje o estado da Paraíba (MARTIN, 2008). Viajantes europeus, em suas andanças pelo interior e litoral do Brasil, descreveram o registro gráfico, seja ele constituído por pinturas ou por gravuras. Os primeiros relatos sobre as pinturas e gravuras rupestres do território brasileiro associavam-nas aos habitantes locais, ou seja, aos índios. No início do século XX surgem trabalhos associando o registro rupestre local com civilizações perdidas, cidades petrificadas, entre outras. Nesta linha encontra-se o mito das Sete Cidades, localizadas no Piauí, em que o austríaco Ludwig Schwennhagen, percorrendo os sertões do nordeste, “descobre” no norte deste estado um local com formações rochosas intrigantes, contendo pinturas rupestres, e as associa a uma civilização fenícia que, segundo ele, estivera no Brasil. Schwennhagen lança seu livro intitulado “Fenícios no Brasil - Antiga História do Brasil - de 1100 a.C a 1500 d.C”, em Teresina (PI), em 1928, tendo o mesmo uma segunda edição em 1970, uma terceira edição em 1976 e uma quarta edição em 1986.

A partir de 1964 começam a surgir no Brasil trabalhos mais sistemáticos relacionados às pinturas rupestres, especificamente levantamentos de sítios. Os primeiros foram realizados em estados do sul: no Rio Grande do Sul, por Mentz – Ribeiro; em Santa Catarina, por Rohr e Piazza; no Paraná, por Blasi, e em São Paulo por Aytai. Na década de 1970, com o apoio do governo francês, as pesquisas sistemáticas na área das pinturas rupestres resultaram na produção de uma grande quantidade de trabalhos, realizados pela Missão Franco-Brasileira em Lagoa Santa (MG), inicialmente sob a coordenação de Annette Laming-Emperaire e posteriormente do também arqueólogo francês André Prous, e em São Raimundo

Nonato (PI), pela Missão Franco-Brasileira no Piauí, sob a Coordenação da arqueóloga brasileira Niéde Guidon (MARTIN, 2008)

A análise do registro gráfico a partir de uma metodologia que pudesse ajudar o pesquisador a inseri-lo em um contexto arqueológico foi proposta por Guidon (1982, 1983, 1984, 1985), e Pessis (1992), como forma de ordenamento inicial para classificar e agrupar as pinturas rupestres do sudeste do Piauí. De início procurou-se verificar características gerais. Como primeiro critério observou-se a técnica de realização dos grafismos, que foram então divididos em pinturas e gravuras. Duas classes de grafismos - reconhecíveis e não reconhecíveis, também chamados de puros - foram então estabelecidas, usando para isso o critério de reconhecimento, ou identificação. Os grafismos gravados foram classificados, em sua grande maioria, como não reconhecíveis.

Este ordenamento foi estabelecido com base no conceito de “tradição”, que identificaria cada uma das grandes classes de caráter mais geral. Para Martin:

O conceito de tradição compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (MARTIN, 2008, p. 234).

Guidon (1984) propôs um ordenamento das pinturas em três tradições: Nordeste, Agreste e Geométrica, que serviriam mais tarde, com a identificação de novas áreas arqueológicas ricas em pinturas rupestres, como um ordenamento para todo o nordeste brasileiro. As gravuras estariam divididas em duas tradições, Itacoatiaras de Leste e Itacoatiaras de Oeste. Silva (2008, p. 110) lembra que essa proposta de ordenamento preliminar “tinha caráter hipotético e fundamentava-se, sobretudo na constatação de que havia uma dominância numérica de tipos de figuras representadas nos painéis”. As tradições incorporam a ideia de longa duração, tanto no tempo como no espaço.

Para André Prous (1992), a tradição é “a categoria mais abrangente entre as unidades rupestres descritivas, implicando uma certa permanência de traços distintivos, geralmente temáticos”.

Mudanças nas formas de representar as temáticas, com incorporação de novos elementos, ajudaram a definir as subtradições, categoria que poderia refletir a

adaptação dos grupos autores das inscrições rupestres das tradições a novos meios.

O estilo, segundo Pessis e Guidon (1992), “é a classe mais particular decorrente da evolução de uma subtradição segundo as variações da técnica e da apresentação gráfica, com inovações temáticas que refletem a manifestação criativa de cada comunidade”.

A classificação que inclui essas três categorias - tradições, subtradições e estilos - foi proposta para tentar, num primeiro momento, elaborar parâmetros que pudessem dar suporte ao estudo da arte rupestre do sudeste do Piauí, pois a cada sítio descoberto, mesmo com a repetição de certos tipos de pinturas, novas formas apareciam. Como não está ao alcance do pesquisador identificar o grupo autor da obra, resta-lhe incluir os grafismos em categorias de análise, quase sempre subjetivas. Somente com estudos complementares, referentes ao sítio como um todo, e à região, pode-se tentar relacionar as pinturas com grupos étnicos que tenham habitado nos mesmos espaços, em épocas passadas, apelando-se para a etnografia.

Além das tradições propostas a partir do estudo dos sítios de arte rupestre do sudeste do Piauí, classificação que se aplica a áreas do nordeste brasileiro em geral, outras tradições foram tipificadas na arqueologia brasileira nas demais regiões: Meridional, Litorânea Catarinense, São Francisco, Planalto e Amazônica.

Por se tratar de um trabalho realizado em área do Piauí, estado da região Nordeste do Brasil, as principais tradições de pinturas rupestres nela identificadas serão apresentadas brevemente.

1.1.1 A tradição Nordeste

Dentre os estudos sistemáticos sobre a presença do homem americano que vêm sendo desenvolvidos desde a década de 1970, na região do Parque Nacional Serra da Capivara, sudeste do estado do Piauí, sob a coordenação da arqueóloga Niéde Guidon, destacam-se os relativos às pinturas rupestres, as quais chamam a atenção pela sua variedade, abundância e riqueza narrativa.

A tradição de pinturas denominada Nordeste é a que apresenta a maior riqueza gráfica já levantada até então. Na região do PARNA Serra da Capivara apresenta uma cronologia iniciada por volta de 12.000 anos antes do presente. As

técnicas evoluem durante os 6.000 anos seguintes, quando começam as mudanças e a dispersão das populações autoras para outras áreas do nordeste, chegando até mesmo a outras regiões do Brasil. Segundo Martin:

Foram identificadas como tradição Nordeste, além dos sítios do SE do Piauí, abrigos sob rocha na região do Seridó, no Rio Grande do Norte; na Chapada Diamantina, na Bahia; na região de Xingó, em Sergipe; nos municípios de Araruna e Queimadas na Paraíba e nos municípios de Afogados de Ingazeira e Buíque, em Pernambuco. É possível que formas modificadas dessa tradição estejam também presentes no Ceará, no alto vale do São Francisco e no Mato Grosso. (MARTIN, 2008, p. 246).

Vários trabalhos sobre o tema foram publicados por Niéde Guidon, Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin (GUIDON, 1985, 1991; PESSIS, 1984, 1986, 1992, 2003; MARTIN, 1985, 1993, 2008).

O acervo de pinturas da tradição Nordeste é de fácil identificação, pela presença de figuras reconhecíveis em nosso universo cotidiano. Estes grafismos representam figuras humanas, de animais, de plantas e de objetos, além de uma grande quantidade e variedade de formas não identificáveis, denominadas grafismos puros por alguns estudiosos (Figura 1). As cenas representadas nestes grafismos fornecem ao pesquisador dados antropológicos sobre a vida cotidiana dos povos caçadores coletores que ali viviam, tais como atividades de caça, rituais, ornamentos, e outros aspectos culturais.

As figuras humanas da tradição Nordeste geralmente são de pequeno tamanho, e quase sempre estão em movimento. Notam-se numerosas cenas de caça, de dança e até de sexo. Porém Martin (2008, p. 246-249) chama a atenção para o fato de que:

[...] a característica da tradição Nordeste não é apenas a representação do cotidiano e sim, principalmente, grafismos representando cenas cerimoniais ou mitos cujo significado nos escapa e que, precisamente por isso, quando repetidos em vários abrigos, inclusive em lugares distantes entre si, identificam a tradição. (MARTIN, 2008, p. 246-249).

Dentro da tradição Nordeste aparecem cenas emblemáticas nas quais se nota uma ação, mas não é possível reconhecer o tema da ação representada. Estes registros foram chamados de “emblemáticos”. Um exemplo típico é a representação de duas figuras humanas dorso contra dorso, com os braços dobrados acima da cabeça, acompanhadas por um grafismo na forma de tridígito. Outra imagem

frequente é composta por duas figuras humanas, uma das quais com o falo representado, ambas segurando uma terceira, de menor tamanho, como que simbolizando um ato de entrega ou de proteção. Para Martin (2008, p. 249) “são cenas formadas por grafismos de ação ou de composição que chamamos de emblemáticos e que são como logotipos da tradição Nordeste”.

Figura 1 – Pinturas da tradição Nordeste, sítio Toca da Entrada do Pajau, PARNA Serra da Capivara.



Fonte: FUMDHAM, 2014.

Nas pinturas da tradição Nordeste a cor dominante é a vermelha, mas é comum encontrar figuras realizadas em outras cores, como por exemplo branca, amarela, preta ou cinza. Percebe-se também, dentro desta tradição, a superposição parcial das pinturas, isto é, pinturas que geralmente se sobrepõem parcialmente entre si, sem alterarem ou modificarem as suas identidades. Essas superposições seriam realizadas de forma involuntária, pois segundo Pessis (2003, p. 100), “na pré-história, dispor de uma superfície intocada não é uma necessidade de ordem material ou cultural”. Pode-se também encontrar dentro da mesma tradição a superposição total de pinturas, sendo esta mais rara e difícil de detectar.

Pelo menos três subtradições desta tradição foram detectadas no Nordeste: a subtradição Várzea Grande, no sertão do Piauí; a subtradição Seridó, no Rio Grande do Norte e a subtradição Central, na Bahia (MARTIN, 2008).

Dentro do PARNA Serra da Capivara, a tradição Nordeste é dividida em duas classes estilísticas que, segundo os pesquisadores, correspondem a momentos distintos da evolução cenográfica: o Estilo Serra da Capivara e o Estilo Serra Branca. Por volta de 6000 anos antes do presente a tradição Nordeste desaparece da região SE do Piauí, dando lugar a uma nova tradição de pinturas rupestres, denominada Agreste.

1.1.2 A tradição Agreste

Na região do PARNA Serra da Capivara, nos mesmos sítios da tradição Nordeste, existem pinturas diferentes, caracterizadas como pertencentes a uma outra tradição: Agreste, denominada inicialmente como tradição Castelo (GUIDON, 1985, p. 11). Segundo Martin (2008, p. 271), o nome desta tradição se deve “à grande concentração de sítios com pinturas localizadas nos pés de serra, várzeas e brejos da região agreste de Pernambuco e do sul da Paraíba”.

A tradição Agreste é caracterizada por figuras humanas de tamanho maior que as da tradição Nordeste, sendo as de animais raras, enquanto figuras de objetos e plantas não aparecem.

Segundo Pessis,

O tratamento das figuras é limitado e de má elaboração, não permitindo, na maioria das vezes, nem mesmo a identificação das espécies animais representadas. As figuras geralmente, maiores do que as da Tradição Nordeste, chamando de imediato a atenção do visitante pelas dimensões da mancha pictural. Existe uma escolha clara de não representar o movimento e, assim, todas as figuras são manifestamente estáticas. Os grafismos não reconhecíveis que aparecem, coexistindo com as figuras da Tradição Agreste, são numerosos e apresentam grande variedade morfológica. (PESSIS, 2008, p. 86).

Na tradição Agreste o pigmento mais utilizado é o óxido de ferro, predominantemente na cor vermelha, de tonalidade mais escura em relação à utilizada nas pinturas da tradição Nordeste, sendo a sua diluição feita com água, o que torna a tinta mais líquida, causando o escorrimento para além dos contornos iniciais, observado em muitas figuras, corroborando o que diz Martin a respeito dos grafismos desta tradição, encontrados em meio aos da tradição Nordeste:

É possível mesmo encontrar numa mesma área ou mesmo entre abrigos vizinhos, grafismos cuidadosamente elaborados com linhas paralelas perfeitas e de traço limpo e outros grafismos nos quais a tinta escorre borrando o desenho original. (MARTIN, 2008, p. 274).

A tradição de pinturas Agreste é posterior à tradição Nordeste, mas, segundo Pessis (2003, p. 86), “os autores das pinturas da tradição Agreste já desenvolviam esta atividade em torno de 9.000 anos”. A mesma autora afirma que as pinturas desta tradição (Figura 2) são intrusões isoladas dentro dos sítios da região do PARNA Serra da Capivara, ou seja, não são originárias do referido PARNA. Sua origem estaria na região do rio São Francisco, mais especificamente no estado de Pernambuco, de onde teria partido para todo o nordeste do Brasil.

Figura 2 – Pinturas da tradição Agreste, sítio Baixão da Vaca, PARNA Serra da Capivara.



Fonte: FUMDHAM, 2014.

Niéde Guidon propõe que os autores das manifestações estilísticas da tradição de pinturas Agreste não estariam ligados a uma única etnia, pois há duas classes de grafismos bem nítidas:

O caráter evolutivo de transformações estilísticas da tradição Agreste, nessa região não ficou manifestada com os estudos sobre os registros rupestres. Isso determina a necessidade de falar de duas classes com características próprias, que partilham certos traços próprios da tradição Agreste. Uma possibilidade de explicação é que as etnias responsáveis pelas duas classes teriam chegado a essa região em momentos diferentes de uma evolução paralela. (GUIDON, 1982, apud CARVALHO JUNIOR, 2010, p. 9).

As pinturas da tradição Agreste também aparecem no norte do estado do Piauí. Dentro do Parque Nacional de Sete Cidades, um conjunto de sítios com pinturas parece representar esta tradição. Infelizmente ainda não há trabalhos aprofundados, dedicados à arte rupestre daquele PARNA. O que existe são levantamentos de sítios realizados pelo Núcleo de Antropologia Pré-Histórica – NAP, da UFPI, e alguns trabalhos monográficos e dissertações de mestrado, produzidos nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia da mesma universidade, além dos relatórios de vários projetos de conservação de sítios com arte rupestre, desenvolvidos por pesquisadores do mesmo núcleo.

Assim como a tradição Nordeste, a tradição Agreste também está dispersa por todo o nordeste brasileiro. O resultado desta expansão se reflete na sua divisão em várias subtradições. Entre as mais estudadas estão a subtradição Cariris Velhos, localizada em Pernambuco e na Paraíba; subtradição Sobradinho, na Bahia e a subtradição Apodi, no Rio Grande do Norte.

Tanto nas tradições Nordeste e Agreste, quanto em suas subtradições e estilos, estão presentes pinturas em forma de figuras geométricas, como: círculos, triângulos, pontos, segmentos de reta, etc., incluídas como características do que se chamou de tradição Geométrica. Essa tradição ainda gera discussão dentro da arqueologia, principalmente na região Nordeste do Brasil. Gabriela Martin no livro “Pré-História do Nordeste do Brasil”, dedica um espaço ao tema, chamando-a de “A duvidosa tradição Geométrica”, pois, segundo ela, não há dados suficientes para caracterizá-la como tal. Segundo Martin:

Indubitavelmente, há sítios onde a tendência geométrica é mais marcante, mas isso não comporta a existência de uma tradição Geométrica, levando-se em conta que na definição de tradição entra também todo um componente cultural e tecnológico que deverá ser demonstrado. Dentro do conceito de horizonte cultural no qual, além do mundo simbólico, procuram-se também as correlações com a cultura material, não me parece que, no estado atual do conhecimento, possamos falar de uma tradição Geométrica como representativa de grupos étnicos diferentes dos que habitaram o Nordeste e pintaram os abrigos com grafismos das tradições Agreste e Nordeste. (MARTIN, 2008, p. 286).

Pessis descreve a tradição Geométrica como uma classe provisória. Segundo ela:

Finalmente podem ser integradas numa classe única, de caráter provisório, as pinturas nas quais as figuras não são reconhecidas, designada, preliminarmente, como tradição geométrica. Não existem indicadores que nos permitam pensar que os autores dessa classe de pinturas eram de um mesmo tronco cultural e diferente dos outros. (PESSIS, 2003, p. 88).

Tradição Geométrica é expressão utilizada também pelo arqueólogo André Prous (1992), mas para designar apenas gravuras, identificadas desde o sul até o nordeste do Brasil, e não pinturas rupestres. O referido autor chama as manifestações gráficas em que predominam grafismos puros, junto das quais aparecem também marcas de carimbos de mão e poucos zoomorfos, como tradição São Francisco, localizada sobretudo nas regiões de Januária e Montalvânia, no estado de Minas Gerais.

Percebe-se que o estudo relacionado à organização das pinturas rupestres dentro do conceito de tradição ainda requer aprofundamento. Novos sítios arqueológicos são encontrados a cada dia em diversas regiões do Nordeste do Brasil, fazendo com que os diversos pesquisadores da área busquem atualizações sobre o conteúdo.

Neste sentido, as arqueólogas Gabriela Martin e Niede Guidon propõem fazer-se uma revisão sobre as tradições de pinturas rupestres Nordeste e Agreste (MARTIN; GUIDON, 2010). No artigo intitulado “A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil”, as autoras chamam a atenção para a necessidade de um reordenamento das classificações de pinturas rupestres, tendo por base as representações encontradas no Sítio do Estevão III, situado dentro do Parque Nacional Serra da Capivara. No referido sítio há uma representação de felino, conhecida como “onça branca”, que apresenta características singulares. O suporte rochoso no qual o animal teria sido pintado foi cuidadosamente preparado, ou seja, raspado, depois de ter sido realizado o contorno da figura, dando um falso efeito óptico de cor branca. Por cima aparece uma série de figuras menores, já classificadas como da tradição Nordeste. Tal fato abre novas discussões sobre esta tradição, considerada, até então, como a mais antiga, na área do Parque Nacional Serra da Capivara.

Naquele mesmo sítio aparecem três figuras humanas semelhantes entre si, que aparentam estar com vestes longas, braços para cima e levemente curvados, fato que levou as autoras a fazerem uma comparação com as figuras “orantes” na arte clássica, e chamarem-nas de “As Orantes”. As figuras fogem ao padrão típico

das pinturas da Serra da Capivara, e não estariam realizando nenhuma atividade atribuível à vida cotidiana, tampouco teriam relação com o painel. A partir destas novas observações as autoras pretendem realizar uma revisão com relação às classificações estabelecidas para as pinturas rupestres do Nordeste do Brasil. Como afirmam Martin e Guidon (2010, p. 14), “O Sítio do Estevão III, situado no veredão da Serra da Capivara passou a ser, assim, nosso ponto de partida para propor o início de novos ordenamentos”.

Outro fato que merece destaque diz respeito às pinturas presentes no Parque Nacional Serra das Confusões, área pesquisada pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), onde já foram descobertos 220 sítios arqueológicos, sendo 180 destes com pinturas rupestres (GUIDON; MARTIN, 2010, p. 24). Tanto a cronologia obtida para os sítios já pesquisados, como os tipos de assentamentos e as pinturas rupestres registradas no referido parque diferem daqueles da Serra da Capivara. Martin e Guidon (2010) lembram que:

Esse fato levanta uma questão importante: se encontramos a tradição Nordeste espalhada por amplas áreas do nordeste brasileiro a distâncias que ultrapassam os mil quilômetros como é o caso do Seridó ou da Chapada Diamantina, nos chama profundamente a atenção a falta desses registros significativos numa região tão ocupada e próxima da Serra da Capivara. As pinturas rupestres dos sítios nas Confusões são predominantemente de grafismos puros, com tendência ao *horror vacui* em muito deles e que apresentam acumulações abigarradas e complexas de grafismos não identificáveis, procurando ocupar toda a superfície passível de ser pintada. Nada a ver com as definições tradicionais que temos dado para descrever as tradições Nordeste e Agreste na região. (MARTIN; GUIDON, 2010, p. 24).

Com os estudos já realizados na região das Confusões as autoras levantam hipóteses sobre os possíveis realizadores das pinturas, para as duas áreas. Na Serra da Capivara, os grupos realizadores das pinturas rupestres teriam vindo margeando os rios Parnaíba e Poti, já os grupos que realizaram as pinturas rupestres na região da Serra das Confusões teriam vindo pelo rio São Francisco, aproximando-se assim estas pinturas da classificação conhecida como tradição São Francisco, proposta por André Prous (1992) para os sítios encontrados no alto curso do rio São Francisco e dos seus afluentes do planalto mineiro.

Como a arqueologia é uma ciência em constante construção, tanto teórica como prática, os novos vestígios encontrados a cada dia contribuem para aperfeiçoar ou confirmar teorias, bem como para modificar completamente algo que

se tinha como verdadeiro. Neste sentido, a partir do surgimento de novas áreas ricas em pinturas rupestres, as tradições estão sendo revisadas, para contemplar estes novos achados, em diferentes regiões do nordeste brasileiro, ou aprofundar o conhecimento sobre alguma delas. Para conservar as pinturas e gravuras, no entanto, são necessárias medidas que as possibilitem perdurar por muito mais tempo.

1.2 Conservação de pinturas rupestres

A Carta de Burra, no seu artigo primeiro, traz as definições de conservação e preservação, relacionadas ao patrimônio, definições estas que são importantes para uma melhor compreensão deste trabalho. Conservação “são os cuidados para preservar as características que apresentam uma significação cultural”, também permite “compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas” (CARTA DE BURRA, 1980). Brunet e Lage (1992, p. 33) definem a conservação como “o conjunto dos atos destinados a prolongar a vida da obra de arte ou de um objeto de arte: ela necessita de pesquisa e da eliminação das causas da alteração”. Percebe-se que a conservação abre uma oportunidade maior de trabalho e interação com o patrimônio estudado, ou seja, não se deve deixar como está, mas buscar meios que possam prolongar a vida do bem, adequando as medidas propostas pelo pesquisador, mas sempre buscando um equilíbrio entre as características originais e as ações e materiais empregados na intervenção.

Já a preservação é: “manter-se a fábrica de um sítio no seu estado existente e retardar-se a sua deteriorização” (CARTA DE BURRA, 1980). Uma vez que este trabalho visa prolongar a vida do patrimônio arqueológico estudado, bem como a do seu entorno, em consonância com as pessoas que com ele interagem, “preservar”, não seria o ideal a atingir, posto que a área requer uma intervenção mais ampla, inclusive com a participação da comunidade. Conservar o patrimônio arqueológico de uma área ou região como um todo é, assim, possibilitar às gerações futuras participar da sua história.

Neste trabalho o termo conservação foi utilizado em sua acepção de “ato de conservar”, por acreditarmos que esta se insere melhor no contexto estudado. Neste sentido, para conservar as pinturas rupestres de um determinado suporte rochoso,

há necessariamente que se conservar também a área na qual o sítio está inserido. Conservar as pinturas rupestres é manter viva uma memória que queria ser transmitida. Os sítios arqueológicos ajudam a reviver um passado mergulhado no tempo, mas estão, de modo permanente, expostos às afrontas deste. O esquecimento, o desapego, a falta de uso, fazem com que estes lugares sejam deixados de lado, e acabem sendo desatrelados do sentimento de pertencimento histórico local, sendo assim alvo de degradação, causada por diversos fatores, colocando para o pesquisador o desafio de conservar todo este material que tenta sobreviver a diferentes ataques e temporalidades.

Os trabalhos de conservação em sítios arqueológicos da região Nordeste do Brasil tiveram início na área do Parque Nacional Serra da Capivara, quando notou-se que as pinturas rupestres ali existentes se apresentavam em grande número, mas com um alto grau de degradação. O primeiro trabalho efetuado no PARNA Serra da Capivara, na área da conservação, foi realizado por Lage e equipe, no sítio Toca do Baixão da Vaca, no ano de 1985, tendo sido evidenciadas mais de 200 figuras após a limpeza (LAGE, 1996). Entre os anos de 1986 e 1990, se iniciaram os estudos químicos dos pigmentos pré-históricos das pinturas de cada tradição, e dos depósitos de alteração presentes nos sítios, o que culminou no doutoramento da pesquisadora Maria Conceição Soares Meneses Lage na Université de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, sob a orientação de José Garanger, inclusa uma etapa no Laboratório Recherche des Monuments Historiques, sob a orientação de Jacques Brunet, pesquisador responsável pela conservação das Grutas Ornadas (LAGE, 2007).

No ano de 1991 foi realizado, também no PARNA Serra da Capivara, um diagnóstico do estado de conservação de mais de 150 sítios, dentre eles o sítio Toca da Entrada do Pajaú. Este trabalho contou com a participação de diferentes especialistas em conservação, como Jacques Brunet, do Laboratório de Recherche des Monuments Historiques da França; Werner Schmid, do ICCROM – Itália e Daisuke Hirao, da Universidade de Tóquio (LAGE, 2009).

A partir de então vários sítios arqueológicos do PARNA Serra da Capivara passaram por intervenções de conservação, visando tanto a proteção das pinturas, como sua preparação para a visitação pública. Devido aos bons resultados obtidos, viu-se a conveniência de estendê-los a outros sítios, o que demandaria assim mão de obra especializada, de preferência da própria área. Um curso formativo para

auxiliares técnicos em conservação foi então realizado, tendo como público alvo os moradores das comunidades do entorno do PARNA Serra da Capivara. Desde 1996 os trabalhos de campo são realizados por essa equipe local (LAGE, 2007).

No NAP-UFPI, em Teresina, ocorreu o primeiro Curso de Especialização em Conservação de Pinturas Rupestres, entre os anos de 2002 e 2003, com a participação de Jacques Brunet e Jean Vouvé, dois especialistas franceses em conservação. O curso formou profissionais de diversas áreas para atuarem num campo ainda carente de especialistas no Brasil e em outros países (LAGE, 2007).

A partir de então vários trabalhos na área da conservação de pinturas rupestres começaram a ser realizados fora dos limites do PARNA Serra da Capivara, principalmente no norte do estado do Piauí. Entre estes constam os levados a cabo no PARNA de Sete Cidades e no município de Castelo do Piauí.

Todos esses trabalhos foram desenvolvidos em áreas de preservação, isto é, em Parques Nacionais ou Municipais, portanto em áreas que já possuem uma fiscalização e proteção legal aos monumentos arqueológicos com pinturas rupestres, sejam estas proteções eficazes ou não, diferentemente da pesquisa desenvolvida neste trabalho, realizada numa área onde não há nenhum tipo de fiscalização pelos órgãos legais do poder público ou privado, ou seja, em uma área onde os desafios da conservação são ainda maiores. Além da proteção, há também a necessidade de acabar ou minimizar problemas relacionados diretamente aos sítios arqueológicos.

A degradação dos sítios com pinturas rupestres acontece em decorrência de dois tipos de fatores: naturais e antrópicos. Os fatores naturais são processos químicos, físicos e biológicos que podem acontecer de forma isolada ou em associação. Entre os fatores físicos estão os climáticos, os ventos, a umidade, as chuvas, as variações de temperatura, erosão, fraturas, luminosidade, etc. Os fatores químicos geralmente têm relação com a água ou com o óxido de manganês. Entre os que resultam da ação da água podem ser citadas as eflorescências salinas. Segundo Lage et al., 2005:

A água tem papel central na formação do salitre, pois ao migrar do interior da rocha, através de capilaridade ou mesmo através de águas que escorrem sobre a parede rochosa, carrega consigo sais inorgânicos (como nitratos, sulfatos e silicatos) e após evaporar-se os deixa depositados em profundidade, em superfície, ou imediatamente sob a superfície rochosa. (LAGE et al., 2005, p. 18).

Com relação ao óxido de manganês, uma substância de cor preta, este é eliminado pelos suportes de calcário e acaba recobrendo as pinturas rupestres. Já os fatores biológicos podem ser tanto de origem vegetal, como os líquens e as raízes de plantas, quanto de origem animal, a exemplo de dejetos de aves e mamíferos (morcegos, caprinos, roedores, etc.) ou os ninhos de insetos construtores.

Os fatores de origem antrópica são relacionados com a ação direta, ou indireta, do homem, que muitas vezes acaba provocando a destruição dos sítios arqueológicos. Diversos fatores são encontrados nos sítios com pinturas rupestres, tais como: pichações, fogueiras, fuligem e lixo resultante da realização de cultos religiosos ou de visitaçõ sem acompanhamento, extração de rochas para obtenção de cal, brita, ou placas usadas em calçamentos e na construção de casas e muros, etc. (BELTRÃO, 2002, p. 247-248).

De acordo com Brunet, Vidal e Vouvé (1985a, p. 54) “Os monumentos rupestres ornados, [...] e os sítios naturais aos quais estão associados, formam um conjunto [...] indissociável”. Neste sentido, para se conservar um sítio arqueológico, há necessariamente que se propor medidas de proteção tanto relacionadas aos fatores naturais como aos culturais, aos quais o sítio está direta, ou indiretamente, ligado.

A realização de trabalhos de proteção e conservação do patrimônio arqueológico é regida por legislação nacional, bem como internacional, de que são exemplo Cartas, Declarações e Tratados.

Como exemplo de legislação internacional pode ser citada a Carta de Veneza, de 1964, que trata do respeito ao material de origem, da aparência estética do trabalho, como também da reversibilidade do material, ou seja, dispõe sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios. A Carta de Veneza foi elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), afirmando o interesse universal pela conservação dos monumentos de valor histórico. A Carta do Restauo, de 1972, e a Carta de Burra, de 1980, também são exemplos de legislação de emprego internacional; ambas servem como guia para as intervenções em sítios históricos e pré-históricos. Faz-se necessário frisar, porém, que as Cartas Internacionais não são medidas jurídicas punitivas, que se utilizem de sanções às infrações, como é o caso da legislação nacional, mas são recomendações para o aperfeiçoamento das legislações específicas em prol da salvaguarda de seus bens culturais.

A legislação é uma ferramenta bastante útil na proteção dos monumentos arqueológicos, mas seu alcance ainda é tímido. Para um prolongamento efetivo da vida dos registros arqueológicos, são necessários trabalhos pontuais de conservação.

O trabalho de conservação tem início com a realização de um diagnóstico do monumento no qual se pretende intervir, devendo o levantamento dos problemas que o atingem direta e indiretamente ser feito *in situ*, pois só assim o profissional terá melhor condição de avaliar todo o contexto no qual o monumento está inserido. Segundo Brunet, Vidal e Vouvé (1985, apud LAGE et al., 2007, p. 117):

Antes de observar um sítio deve-se obter informações prévias sobre o mesmo, e ferramentas que venham a dar suporte a observação. Tais informações, como tipo de clima, os habitantes das comunidades próximas, os tipos de vegetação, etc., devem ser bem claras, pois é a partir delas que se tem uma idéia de como funciona o meio em que o sítio está inserido.

A etapa seguinte do trabalho consiste, segundo Lage et al (2007, p. 118), “na intervenção, que deve ser orientada pelo diagnóstico. É a partir dele que se decide por uma limpeza (química ou mecânica), ou por uma consolidação do suporte rochoso”.

Segundo Silva et al. (2009 p. 106), “A terceira etapa de conservação se caracteriza pela observação e análise dos depósitos de alteração das pinturas, monitoramento do sítio e cobertura fotográfica completa do trabalho com a finalidade de efetuar futuros estudos comparativos”.

Lage (2005) chama a atenção para o valor patrimonial e estético que estes sítios com pinturas rupestres possuem, bem como para o cuidado que se deve ter, ao realizar um trabalho de intervenção, com a preservação do suporte rochoso e dos pigmentos que constituem as pinturas. A referida autora também adverte que: “cada caso deve ser tratado como único, pois cada sítio é único” (LAGE, 2005, p. 25).

Como cada sítio tem suas próprias particularidades, todo trabalho de conservação deve ser multidisciplinar, envolvendo várias áreas da ciência, como a biologia, a química, a geologia, a história, entre outras, para a realização de um diagnóstico completo e seguro sobre o estado de conservação do sítio. Uma área que vem contribuindo positivamente para os trabalhos de conservação de sítios com pinturas rupestres é a arqueometria. Esta consiste no uso das ciências naturais na investigação do material arqueológico, tanto em campo, utilizando vários tipos de

aparelhos, diminuindo assim a necessidade da retirada de amostras para análise, bem como em laboratório. Um exemplo prático foi realizado no sítio Pedra do Castelo, no município de Castelo do Piauí, segundo consta no artigo “Pedra do Castelo: um exemplo de aplicação da arqueometria na conservação patrimonial” (LAGE et al., 2010).

Silva (2010, p. 58-59) destaca que atualmente três fatores estão contribuindo para a destruição do patrimônio arqueológico nacional, “obras de grande porte, aproveitamento econômico de áreas de interesse arqueológico e vandalismo”.

Além dos três fatores citados por Silva (2010), acrescentamos mais dois, que seriam os mitos ligados a tesouros escondidos, muito comuns nos sertões do nordeste, muitas vezes relacionados com os sítios arqueológicos, principalmente os que contêm pinturas rupestres, sendo estas interpretadas como um sinal ou mapa que indicaria onde estaria o tesouro, e a falta de identificação das comunidades locais com aquele patrimônio.

Os trabalhos de conservação devem se pautar sempre em um estudo exaustivo que anteceda a intervenção, devendo ser esta realizada apenas por especialistas da área, pois os sítios com pinturas rupestres em geral já sobreviveram a várias agressões, e um trabalho realizado de forma errônea pode causar perdas irreparáveis ao patrimônio cultural. Para Lage (2007, p. 100):

Diante do reconhecimento da singularidade dos registros rupestres, nem a instância estética pode ser restaurada, nem a história, sob pena de perder a autenticidade. Este é um dos principais fundamentos da conservação de sítios com registros rupestres. (LAGE, 2007, p. 100).

As dificuldades relacionadas à conservação de sítios arqueológicos incluem fenômenos naturais e a ação do homem, sendo que os danos provocados pelas degradações são muitas vezes irreversíveis. Para se obter bons resultados existe um conjunto de normas a serem seguidas, pois o principal objetivo é interferir o mínimo, de maneira que se preserve a originalidade da obra pictórica. Deve-se considerar até mesmo se a intervenção é realmente uma solução viável. Mas os desafios vão além dos levantamentos dos problemas de conservação visíveis nos suportes rochosos, uma vez que outros, também de natureza cultural, mas externos e não visíveis, contribuem para acelerar a degradação ou provocar a total destruição, sendo a indiferença da população local para com um dado patrimônio

arqueológico um desses graves problemas, podendo mesmo tornar-se um dos mais complicados, pois às vezes requer estratégias que não se encontram disponíveis em guias.

Para o arqueólogo envolvido com a conservação resta procurar meios, ferramentas, e a contribuição de diversas áreas, a fim de que os desafios apresentados sejam solucionados da melhor maneira possível, tanto para o sítio em estudo, pois que é patrimônio da união, logo de todos, como para a população local, verdadeira usuária e beneficiária daquele bem.

1.3 A conservação do patrimônio arqueológico

A conservação do patrimônio arqueológico, como já se disse, é regida por vários documentos internacionais e leis nacionais. Todos eles norteiam a prática arqueológica. O primeiro documento internacional foi a Carta de Atenas, redigida em 1931, que apresenta alguns princípios gerais e doutrinas para a proteção dos monumentos (CARTA DE ATENAS, 1931). No que se refere à conservação, a Carta de Atenas aponta para a necessidade de uma conservação cuidadosa e, quando for possível, aconselha que sejam recolocados os elementos originais encontrados, destacando de forma acentuada os materiais novos, utilizados na restauração dos monumentos.

Em 1964 é lançada a Carta de Veneza, tratando da conservação e restauração de monumentos e sítios. Nesta um fato merecedor de destaque é o conceito de monumento histórico, que passa a incluir não só a edificação isolada, mas também os sítios urbanos e rurais, e as obras modestas. Entre estas, segundo Pérez-Juez Gil (2006), está o patrimônio arqueológico. No que se refere à conservação de um determinado monumento, a Carta sugere que ela deva ser permanente, uma vez que é favorecida pela adaptação do edifício a uma função útil à sociedade. No seu sétimo artigo enfatiza que o “monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2), referindo-se à necessidade de se manter o monumento *in situ*.

Documento igualmente importante é a Carta do Restauo, de 1972, por fazer referência a duas formas de conservação aplicadas em obras de arte e em conjuntos de edifícios, incluindo o patrimônio arqueológico: a salvaguarda e a

restauração. Os dois conceitos são assim definidos no artigo quarto do referido documento:

Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção direta sobre a obra; entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes. (CARTA DO RESTAURO, 1972, p. 1-2).

Em 1975, com a Declaração de Amsterdã, surge na discussão patrimonial o conceito de conservação integrada. De acordo com a Declaração “A conservação integrada envolve a responsabilidade das autoridades locais e apela à participação dos cidadãos”. O mesmo documento ressalta que “Na aplicação dos princípios da conservação integrada, elas [as autoridades] devem ter em consideração a continuidade das realidades sociais e físicas existentes nas comunidades urbanas e rurais” (DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975, p. 5). Já se percebe, nesse texto, um certo amadurecimento com relação à integração do patrimônio, seja ele edificado ou móvel, às comunidades locais. Porém, somente em 1990, com a Carta de Lausanne, voltada para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, é que se deu um direcionamento específico para a gestão dos sítios arqueológicos. No seu artigo primeiro a Carta conceitua patrimônio arqueológico como sendo a:

Porção do patrimônio material para a qual os métodos de arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados. (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 2).

Mas é no artigo segundo que traz uma nova visão sobre as políticas relacionadas à Conservação Integrada. Dentro destas políticas destacam-se dois pontos: a preocupação com o uso e ocupação do solo através de projetos desenvolvimentistas, e a participação do público no desenvolvimento das políticas de conservação do patrimônio arqueológico. Neste sentido, sugere que:

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio arqueológico de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do

público é, portanto, um elemento importante de “conservação integrada”. (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 2).

A mesma Carta também trata da importância dos governos criarem legislações que visem a proteção do patrimônio arqueológico; da criação de inventários; da qualificação dos profissionais, entre outros aspectos. É importante frisar que conservar *in situ* monumentos e sítios é fundamental para a preservação do patrimônio arqueológico, e a participação das comunidades locais deve ser efetiva, como forma de proteção do patrimônio, e algumas vezes, “pode ser aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones” (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 5).

Em se tratando do Brasil, a legislação relativa à conservação e proteção ao patrimônio arqueológico é tardia e ainda necessita de mais atenção por parte do poder público. Historicamente percebe-se a valorização das raízes da colonização portuguesa, em detrimento das raízes do povo brasileiro relacionadas à cultura indígena, cabendo às pesquisas arqueológicas uma nova postura com relação à valorização das diferentes identidades étnicas formadoras da cultura brasileira.

Várias foram as tentativas de criar medidas de proteção ao patrimônio arqueológico nacional, entre elas se destaca a seguir as mais relevantes para este trabalho.

Nos anos trinta, mais especificamente em 1936, foi idealizado, por Mário de Andrade, um projeto para a preservação do patrimônio cultural nacional, consolidado com a assinatura do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dentro deste projeto estava prevista a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, tornada efetiva por intermédio da lei nº 378, datada de 13 de janeiro de 1937 (SILVA, 1996). Cabia ao SPHAN o tombamento de bens móveis e imóveis, incluindo os bens arqueológicos, embora nenhum critério tenha sido definido para isso (LIMA, 1988).

Em 1986, a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA); constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Logo na primeira resolução deste Conselho (Resolução CONAMA nº 001) são estabelecidos critérios e diretrizes gerais para a realização de estudos de Avaliação de Impacto Ambiental, aplicáveis a empreendimentos impactantes ao meio ambiente, assim como a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de

Impacto Ambiental (RIMA). Essa resolução foi um importante marco para a preservação e o conhecimento do patrimônio arqueológico nacional, pois dentro dos estudos de impacto ambiental os sítios e monumentos arqueológicos precisam ser catalogados e, dependendo do caso, o resgate dos mesmos se faz necessário (BRASIL, 1981).

Com relação à arqueologia, a resolução nº001 do CONAMA estabelece, no artigo sexto, parágrafo I, alínea c, que o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto deverá levar em conta:

o meio sócio-econômico – o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. (BRASIL, 1986).

A pesquisa arqueológica passa, desde então, a ser obrigatória para os grandes empreendimentos que venham a causar impacto, não só ambiental, mas também social, havendo a necessidade de serem descritas as relações das comunidades locais com a área a ser impactada, e efetuado o levantamento do patrimônio histórico e arqueológico. As pesquisas arqueológicas no Brasil ganham, a partir daí, um novo ritmo, no que diz respeito à descoberta de novos sítios.

Depois da Resolução do CONAMA, e no fim do período ditatorial, veio a Constituição Federal de 1988, que estabelece o que é patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. As formas de expressão;
- II. Os modos de criar, fazer e viver;
- III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Com o advento da Constituição Federal o conceito de patrimônio cultural passa a ser mais abrangente, ou seja, inclui a diversidade sócio-cultural do país, nos seus aspectos materiais e imateriais e, assim, novos valores, até então vistos como marginais, podem ser devidamente reconhecidos como parte da cultural nacional, a exemplo da cultura afro e das manifestações das minorias em geral.

Diversas portarias do IPHAN se seguiram, visando a regulamentação, defesa e proteção do patrimônio arqueológico nacional.

Após esta exposição sobre a legislação voltada para a proteção do patrimônio nacional, em especial o arqueológico, percebe-se que ainda existem vários problemas e desafios a serem vencidos pela arqueologia brasileira, desafios estes que passam pela ausência de sentimento de pertencimento e identificação por parte da comunidade, em relação a um passado que sempre foi colocado como distante das culturas indígena e negra.

Para conservar o patrimônio arqueológico vários são os fatores que devem ser levados em conta, assim como sua associação, ou seja, é preciso que todos eles estejam em constante comunicação.

Em decorrência da pesquisa empreendida para a construção deste trabalho e das constantes leituras e visitas a campo, foram levantados os seguintes questionamentos: Por que conservar um sítio arqueológico? Como essa conservação deve ser feita? A conservação de sítios com pinturas rupestres em área urbana difere das demais já realizadas no Piauí em áreas não urbanas? A criação de normas e instrumentos jurídicos é suficiente para a garantia da conservação e proteção deste patrimônio?

Anteriormente se viu que a legislação sobre conservação nasceu na Europa, decorrente da necessidade de conservação e preservação dos monumentos de países europeus, principalmente na Grécia e na Itália. Os documentos internacionais, como as cartas patrimoniais, abordam os princípios da conservação do patrimônio, servindo até hoje de base para a realização deste tipo de trabalho. Com a Carta de Lausanne de 1990, o termo Conservação Integrada abre a possibilidade de se aplicar um novo tipo de conservação, agora voltado para a participação de mais agentes, tanto da ciência, como também das comunidades locais. Um exemplo prático da Conservação Integrada é encontrado no trabalho desenvolvido por Marcela Nogueira de Andrade, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Piauí, no ano de 2012, apresentado com o seguinte título: “Conservação Integrada do Patrimônio Arqueológico: uma alternativa para o Parque Estadual Monte Alegre – Pará – Brasil”. A autora faz uma discussão sobre a conservação integrada como possibilidade de convivência do patrimônio arqueológico com o poder público e as comunidades locais, ressaltando que todos são importantes para o processo de conservação dos

sítios arqueológicos abertos à visitação no Parque Estadual de Monte Alegre, localizado na cidade de Monte Alegre, no estado do Pará (ANDRADE, 2012).

Para Kern (1996), a pesquisa arqueológica:

[...] deve ser otimizada não apenas porque é de extrema importância para a reconstituição do passado, mas é premente e deve ter o máximo de eficácia devido ao processo rápido de desaparecimento do patrimônio arqueológico. (KERN, 1996, p. 23).

A tomada de consciência sobre o risco de desaparecimento rápido do patrimônio arqueológico é um dos fatores que contribuíram para a realização deste trabalho, assim como o entendimento de que a conservação é de suma importância para evidenciar o que ainda pode ser revelado do passado local.

Com relação à conservação integrada, mostrada como uma alternativa aos desafios da conservação, Andrade (2012) coloca que:

Portanto, para que o patrimônio arqueológico seja preservado em sua totalidade, elencando os elementos culturais, políticos, sociais, educacionais, históricos e científicos, o mesmo deve ser inserido em políticas de conservação integrada. Essa política abrange a conservação vinculada à sustentabilidade do patrimônio arqueológico de acordo com a necessidade da conservação das especificidades do sítio arqueológico, de seu entorno, da relação de vivência que a comunidade tem com o espaço e o patrimônio, das políticas governamentais, do repasse de conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas e da educação patrimonial. (ANDRADE, 2012, p. 57).

Um dos aspectos da conservação integrada colocados em evidência é a relação da comunidade com seu território e com o patrimônio. A Carta de Lausanne esclarece que esta modalidade de conservação está relacionada com o uso e ocupação do solo. Assim, as comunidades que vivem no entorno dos sítios devem estar inseridas nas políticas voltadas para o patrimônio arqueológico. Esta relação das comunidades com os sítios é um processo longo a ser alcançado, pois o primeiro passo a ser conquistado é a confiança das mesmas.

Existem várias formas de relação entre as comunidades e os sítios arqueológicos com pinturas rupestres, que vão desde o desprezo, ou seja, a total ausência de apego ao patrimônio cultural, passando pelo sagrado, quando o sítio é utilizado como local para a realização de diferentes tipos de práticas religiosas, indo até o patamar do mítico e do fantástico, ou seja, a um mundo povoado de lendas,

como a da existência de tesouros a serem descobertos e desenterrados, em que as pinturas conteriam o mapa que conduziria a eles.

Uma alternativa vista como possibilidade para a conservação dos sítios com arte rupestre diz respeito ao turismo. Na carta de Lausanne, o artigo sétimo mostra que a apresentação deste patrimônio ao grande público lhe possibilita aprender sobre o passado, bem como contribuir com a sua preservação. Um exemplo de turismo que vem contribuindo para a proteção do patrimônio arqueológico e o desenvolvimento de comunidades locais é o Parque Nacional Serra da Capivara, em que a arqueóloga Niéde Guidon e sua equipe desenvolvem pesquisas e mecanismos de inserção dessas comunidades desde a década de 1970. Segundo Guidon, vários estudos foram feitos, visando encontrar a melhor alternativa para o bem do parque e das comunidades locais, e “os técnicos chegaram à conclusão de que o turismo é a única alternativa que permite um desenvolvimento mais amplo, regional, no qual preservação patrimonial e desenvolvimento da comunidade fossem concomitantes” (GUIDON, 2007, p. 87).

O turismo, como contribuinte da conservação, deve ser implantado somente após estudos de viabilidade técnica da área a ser aberta à visitação, pois a maioria dos sítios com arte rupestre sofre com as agressões antrópicas, e, sem o devido controle e fiscalização, este patrimônio estará mais exposto a diferentes tipos de agressões.

Nas últimas décadas foram criados vários pequenos municípios em todo o território brasileiro, e no Piauí não foi diferente. Logo, áreas que até então eram consideradas rurais, passaram por uma expansão imobiliária rápida e sem controle por parte do poder público, ocasionando uma ocupação desordenada do espaço urbano. Esse crescimento desordenado coloca em risco o meio ambiente e os monumentos arqueológicos nele presentes. O grande desafio que se coloca é: como conciliar a conservação do patrimônio arqueológico, o progresso e as comunidades? Muitas vezes o suporte rochoso onde estão localizadas as pinturas rupestres é a fonte de matéria prima para o sustento de toda uma comunidade. Tal é o caso dos granitos da região do município de Brejo da Madre de Deus, em Pernambuco (SANTOS et al., 2012), obrigando o pesquisador a buscar alternativas que possibilitem uma relação mais harmoniosa entre o patrimônio e a comunidade.

A legislação de proteção ao patrimônio ambiental e arqueológico ainda precisa ser melhorada e, mais que isso, há a necessidade de uma fiscalização

efetiva, mas buscar alternativas e fazer da comunidade um agente de proteção do patrimônio arqueológico ainda é a melhor forma de enfrentar estas lacunas.

Diante de todas as questões relacionadas à conservação de sítios arqueológicos já colocadas, e percebendo a conservação integrada como uma alternativa a ser alcançada, Andrade (2012) a define pela inter-relação entre a conservação do sítio propriamente; as políticas públicas gerais e específicas de proteção; as atividades econômicas existentes e potenciais; a relação entre as comunidades e o patrimônio arqueológico de seu entorno, ou que estejam diretamente relacionadas a ele; e a preservação do meio ambiente (ANDRADE, 2012, p. 67).

A partir de uma nova visão sobre a conservação em área urbana, este trabalho analisa os fatores citados, com a finalidade de encontrar a forma mais adequada de abordar a conservação do patrimônio arqueológico do perímetro urbano do município de São José do Piauí. Devido à complexidade e amplitude das variáveis apresentadas, o estudo foi direcionado à conservação do sítio, identificando: as alterações de ordem natural e as de natureza antrópica; a relação das comunidades com esse patrimônio e as sugestões que possam contribuir de forma efetiva com ações que venham a beneficiar ou favorecer a todos os envolvidos. Para esta análise os procedimentos técnico-metodológicos foram aplicados a dois sítios arqueológicos do município. Os resultados obtidos com a pesquisa, assim como a metodologia, são apresentados nos capítulos seguintes.

1.4 O mito¹ do tesouro e os problemas da conservação

Por ser o mito relacionado a tesouros encantados um dos fatores de natureza antrópica que mais estão colocando em risco não só a pesquisa arqueológica, mas também a própria existência dos sítios, sobretudo a do monumento arqueológico representado pelo abrigo Morro do Letreiro III, que contém ainda uma certa quantidade de pinturas rupestres e gravuras em um bloco, julgou-se conveniente inserir um subcapítulo tratando do tema.

¹ Originalmente, mito significa relato, narração. De acordo com Vernant (2001), “essa palavra serve hoje para designar, na história do pensamento grego, uma tradição transmitida oralmente e que não se insere na ordem do racional”. Tal significado pode ser estendido ao modo como foi caracterizado o mito do tesouro. Deste modo, conforme afirma Belebony (2000, p. 74), comentando a perspectiva de Vernant, “o mito é compreendido como relato, tradição, fato social total, obra do espírito humano e manifestação de uma civilização”.

Os sítios arqueológicos com pinturas rupestres, obra de povos do passado que queriam registrar o seu cotidiano, ou simplesmente pintar para passar as tardes quentes de sol, ou as manhãs de chuva, estão, principalmente no nordeste do Brasil, envoltos em lendas que fazem parte do imaginário popular, algumas relacionadas a encantos e a tesouros escondidos, conforme já fora esclarecido no item anterior.

Trabalhar com o imaginário popular é questão um tanto complexa, porque mexe com o imaginário coletivo e ao mesmo tempo com o individual, coisa que a antropologia, a filosofia, a psicologia e a história já fazem há bastante tempo.

Como afirma Catherine Backes (1971, p. 193) “A natureza do mito, a sua função, e o seu lugar no conjunto social, são um dos problemas mais complexos da antropologia”. Assim, não é pretensão deste trabalho aprofundar conceitos e visões sobre o mito, uma vez que apenas será tratado o caso dos dois sítios estudados no município de São José do Piauí, área em que o mito do tesouro está colocando em risco a existência do patrimônio arqueológico, bem como a sua conservação.

Durante os trabalhos de campo, nas idas e vindas a São José do Piauí, cidade calma, em boa parte organizada, típica do interior do estado, estabeleceu-se contato com várias pessoas de diferentes níveis de formação, desde graduados, até os mais simples cidadãos, ou os mais fervorosos adeptos “das crendices”, passando por aquele que é conhecido por todos como “o contador de histórias”, o “conhecedor da história do município”, a fim de levantar dados sobre os sítios arqueológicos localizados no perímetro urbano. Um cidadão, no entanto, chamou mais atenção, tanto pelo “conhecimento” como pela “relação” que o mesmo mantém com os sítios arqueológicos estudados.

No nordeste do Brasil e mesmo em outras regiões do país, desde a chegada de portugueses, holandeses e franceses, por onde estes passaram ficaram histórias até hoje repassadas de geração a geração, nas quais aparecem tesouros encantados e enterrados.

No Rio Grande do Norte a presença dos holandeses deixou marcas, tanto físicas como no imaginário. Cavnac (2009), no trabalho “Um mundo encantado: mito e oralidade no sertão do Seridó”, nos mostra como as histórias ligadas ao universo simbólico ainda estão presentes no dia a dia das comunidades, mais especificamente no município de Carnaúba dos Dantas. A autora faz referência a algumas histórias narradas pela comunidade local, que vão desde montes

encantados até tesouros enterrados, em locais hoje desabitados. O trecho reproduzido a seguir dá conta dessa realidade:

percebe-se como o sobrenatural se faz presente no cotidiano dos moradores. Associados às marcas materializadas do passado (montanhas, sepulturas, monumentos etc.), elementos do sagrado e personagens oriundos de um universo fantástico irrompem repentinamente na vida real. Além da profusão das imagens, visualiza-se um conjunto de representações simbólicas organizadas por uma lógica semelhante: todos os seres sobrenaturais, sejam eles santos, bichos misteriosos sejam monstros malvados, procuram a paisagem selvagem ou desabitada para fazer sua morada, pois são “encantados. (CAVIGNAC, 2009, p. 72).

Dentro desse universo simbólico, cheio de diferentes histórias, a que mais interessa a este trabalho é a que se relaciona com o mito do tesouro, ou da “botija”, como é também conhecido. Durante a pesquisa bibliográfica constatou-se que o termo “botija” é utilizado em várias regiões do Brasil para designar um tesouro enterrado que precisa ser encontrado, para aliviar a dor de uma “alma penada”, ou que está presa neste mundo por ter, no passado, enterrado grandes fortunas que poderiam ser doadas a outros. Câmara Cascudo, no Dicionário do Folclore Brasileiro, assim descreve o mito da botija:

Dinheiro enterrado, o mesmo que botija para o sertão do Nordeste, ouro em moeda, barras de ouro ou de prata, deixados pelo holandês ou escondidos pelos ricos, no milenar e universal costume de evitar o furto ou o ladrão de casa de quem ninguém se livra. Os tesouros dados pelas almas do outro mundo dependem de condições, missas, orações, satisfação de dívidas e obediência a um certo número de regras indispensáveis (...) O tesouro é encontrado unicamente por quem o recebeu em sonho (...) Se faltar alguma disposição, erro no processo de extrativo, o tesouro transformar-se-á em carvão. Todos os sinais desaparecerão, se o silêncio for interrompido, mesmo que por um grito inopinado ou por uma oração. A primeira moeda encontrada é a que deve ficar no lugar do tesouro. (CASCUDO, 1998, p. 862).

O autor refere-se aos holandeses, ao tratar dos tesouros enterrados constituídos por ouro em moedas, barras de ouro ou de prata, provavelmente por ser a região açucareira de Pernambuco aquela em que o mito da botija é mais forte, e onde a presença e dominação dos holandeses no início do povoamento fez nascer a crença de que na época da expulsão dos mesmos vários tesouros foram enterrados.

As botijas eram recipientes de barro vidrado, utilizados para transportar genebra ou zinebra (bebida) oriunda da Holanda e da Bélgica para a América

portuguesa (CIPRIANO, 2010, p. 4). Câmara Cascudo as descreve como “curtas, bojudas, com uma asa” (CASCUDO, 1998, p. 181).

Cipriano apura que:

No Brasil colonial, os referidos recipientes foram reaproveitados, ganhando outras funções, inclusive, como instrumentos musicais ou servindo para enterrar suas fortunas em moedas de ouro e de prata, ou mesmo, pequenas economias, como jóias, e outros objetos, como tesouras, talheres, canecas, tesourinhas, também em metais preciosos. Segundo Câmara, esta prática de enterrar dinheiro foi comum num período em que não existiam bancos ou mesmo quando eles emergiram no século XIX e eram vistos com desconfiança. (CIPRIANO, 2010, p. 4).

Com o passar do tempo, além dos recipientes de barro vidrado trazidos pelos holandeses, o termo botija passou a englobar outros recipientes domésticos nos quais os tesouros eram enterrados, como por exemplo caixas de madeira, panelas de barro, chaleiras e bules para café.

Ainda sobre a crença, a supracitada autora escreve:

Uma alma penada aparece ao vivo, escolhido – pessoa não avarenta e que possua outras atribuições necessárias de fé e coragem – para entregar o tesouro que ocultou em vida e, somente assim, poder alcançar a salvação. Nesse sentido, a botija ocupa, nesse universo de crenças, o espaço entre o mundo dos vivos e dos mortos. Ainda sob as observações de Cascudo, para que a pessoa agraciada alcance o tesouro prometido, é necessário seguir fielmente o ritual de achamento, enfrentando as forças do mal e lutando contra elas, representadas pelas astúcias do diabo. Este, por sua vez, se empenha num trabalho incansável para impedir o feitio do desencantamento e, com isso, impedir a salvação da alma que se encontra vagando pelo mundo terreno. (CIPRIANO, 2010, p. 4).

Como se vê no relato acima, uma alma penada aparece ao escolhido; essa aparição se dá através de uma forma privilegiada de comunicação entre os vivos e os mortos: o sonho. É através do sonho que a ajuda é solicitada, mas o receptor não pode ser qualquer um, tem que ser “pessoa não avarenta e que possua outras atribuições necessárias de fé e coragem”, pois deverá passar por grandes atribulações e perigos até encontrar o tesouro. Após ter sido encontrado, a primeira parte deve ser deixada no local, senão todo o conteúdo da botija vira cinza e desaparece; o restante é que fica com o felizardo.

É ainda em Cipriano, segundo quem “a botija extrapola a definição de mero tesouro enterrado, passando a um construto narrativo”, que vamos encontrar a inserção do mito em cinco fortes tradições:

- 1- A tradição ligada aos jesuítas, explicada através da crença de que eles teriam deixado riquíssimos tesouros em túneis e tumbas, espalhados pelo país.
- 2- A tradição articulada aos cangaceiros, principalmente, está relacionada aos bandos de Antônio Silvino e de Lampião.
- 3- A que associa as botijas às minas e especialmente aos sítios arqueológicos, sinalizadas pelas inscrições grafadas nas pedras.
- 4- A atribuída aos holandeses, quando de sua permanência no período colonial.
- 5- A que articula a botija aos antigos senhores de engenho, esses ricos “avarentos” da cultura do açúcar. (CIPRIANO, 2010, p. 4 e 5)

Para este trabalho interessa a tradição que associa as botijas aos sítios arqueológicos.

No Nordeste do Brasil as lendas a respeito da botija, cuja mística² ainda permanece associada aos sítios arqueológicos, continuam em vigência. A simples presença de arqueólogos em cavernas ou abrigos, de um modo geral, desperta a curiosidade da população local, que logo a associa a uma possível busca por botija, até que uma explicação contrária convincente lhe seja dada.

Além da mística da botija, muitos abrigos com arte rupestre são apropriados pela comunidade local como lugares³ sagrados, onde desenvolvem ritos religiosos, as concavidades servindo de nichos ou altares para a colocação de imagens de santos.

Um exemplo prático desta relação entre o sítio arqueológico e locais sagrados é apresentado no trabalho de conservação de um sítio do município de Castelo do Piauí intitulado: “Pedra do Castelo: um exemplo de aplicação da arqueometria na conservação patrimonial” (LAGE et al., 2010). Neste artigo os autores mostram os problemas de conservação que afetam o sítio arqueológico Pedra do Castelo e, dentre os de origem antrópica, destacam a utilização daquele espaço como local sagrado, pela comunidade, sendo nele realizadas missas, novenas, procissões, pagamento de promessas, entre outros eventos, ocasiões em que são utilizadas velas de parafina, e várias pichações executadas nas paredes, pelos visitantes.

² Podemos entender como *mística* o modo misterioso como se trata o tema da botija, o que reflete algo comum à religiosidade grega, na qual “o “segredo”, que é propriamente “místico”, não é o segredo de algum inefável conhecimento religioso, mas é o segredo de um rito em sua pura materialidade (BOUYER, L., “MYSTIQUE” *Essai sur l’histoire d’un mot*. La Vie Spirituelle, n. 9, 15 Maio 1949).

³ Lugar é uma categoria que se refere a espaços munidos de significado religioso ou afetivo, tomados de modo individual ou comunitário (FAGUNDES, 2014, p. 49-50).

Durante as visitas de campo ao município de São José do Piauí, buscou-se, através do contato com a comunidade, obter informações sobre a área em estudo, como também sobre a relação dos moradores com os sítios arqueológicos localizados no perímetro urbano. Dentre as pessoas contactadas estava o Sr Manoel José Bezerra, homem simples e bastante conhecido da comunidade, oriundo de família abastada e tradicional, mas que hoje se encontra em condição menos favorável. Por volta de 2006, diz ter recebido uma “confirmação” sobre os sítios arqueológicos, o que parece corresponder a um sonho. Com base em tal “confirmação”, o Sr. Manoel Bezerra assegura estar entranhada na rocha formadora de um dos sítios arqueológicos estudados o que acredita ser a “maior riqueza do Brasil”, e que teria ele a missão de “entregá-la à nação”, já tendo inclusive, segundo relata, feito contato com diferentes políticos para tratar sobre sua descoberta.

Diariamente os sítios arqueológicos eram visitados pelo Sr. Manoel, que matutando diante das pinturas rupestres começou a procurar nelas algo que pudesse indicar a localização do tesouro enterrado, que corroborasse com a informação que lhe chegou através da “confirmação”. Primeiramente interpretou umas gravuras em forma de cúpulas de diferentes dimensões, associadas a outros grafismos em forma de pegada de ave e de grade, todas realizadas num bloco rochoso existente na borda sul do abrigo e confeccionadas pela técnica de picoteamento, como sendo indicadores do local a ser escavado. A primeira campanha de “escavação” foi realizada no chão do abrigo, com a ajuda de um amigo. Todo o sedimento retirado do solo foi lançado na borda frontal do abrigo, em declive. Na ocasião foram evidenciadas cinco depressões, aqui referidas como “caldeirões”, de variadas dimensões. Ainda segundo relato do Sr. Manoel, nenhum material teria sido encontrado dentro dos caldeirões, nem mesmo o tesouro que procurava, ou seja, o ouro.

Não satisfeito, o cidadão interpretou uma pintura rupestre localizada no teto do abrigo, que lembra uma seta apontando para o alto, como sendo o indicativo do local onde estaria o tesouro, e assim foi empreendida uma segunda campanha, agora no sentido do chão para o teto do abrigo. Através da abertura que fez na rocha, desceu uma avalanche de sedimento e blocos de grandes dimensões (Figura 3), o que fez cessar por algum tempo a ação do escavador. Mais uma vez o ouro não foi encontrado. Com as escavações suspensas, o Sr Manoel pensa agora em

conseguir um empréstimo para continuar, prevendo até mesmo empregar uma ação mais enérgica, uma implosão.

Este tipo de procedimento se repete em algumas regiões do nordeste, colocando em risco a existência dos sítios arqueológicos. Santos, Castro e Leite (2012) relatam a ocorrência do mesmo mito no município de Brejo da Mãe de Deus, no estado de Pernambuco.

No Brejo da Madre de Deus a mística da botija também existe, inclusive as pinturas rupestres são interpretadas por um membro da comunidade como uma representação do local onde a botija pode ser encontrada. De modo semelhante, as pinturas rupestres também são vistas como uma manifestação linguística, ou seja, “letras” que compõem um significado, não podendo ser lidas pela população atual. Esses letreiros, os painéis rupestres, são desprovidos de significado identitário enquanto patrimônio que precisa ser preservado. (SANTOS; CASTRO; LEITE, 2012, p. 9).

Figura 3 – Escavação no teto do abrigo Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2012.

O que muda de uma região para outra são apenas os objetos que constituem o tesouro. Os autores citados acima relatam a destruição de um sítio arqueológico para resgatar um “carneiro de ouro”:

Outra mística refere-se à busca do “carneiro de ouro”. A esse respeito resgatamos um exemplo de um sítio arqueológico no município de Buíque, agreste pernambucano, com gravuras rupestres cuja base sedimentar, estratigráfica da furna, foi dinamitada visando à busca de um “carneiro de ouro”. Assim, restou apenas um grande painel rupestre, pouco afetado nessa investida, e o contexto arqueológico estratigráfico, no âmbito da furna, ao qual o painel de gravuras podia estar relacionado, desapareceu com a destruição das camadas estratigráficas do sítio. (SANTOS et al., 2012, p. 9).

Percebe-se nestes casos que a manutenção da crença no mito do tesouro está colocando em risco a conservação do patrimônio arqueológico, logo a sua existência. O grande desafio será conciliar uma crença que permanece viva dentro da comunidade, ou pelo menos em algum membro dela, e a conservação do patrimônio arqueológico, notadamente dos sítios com arte rupestre. Seria a conservação do patrimônio arqueológico superior em importância à conservação dos mitos locais?

Marshall Sahlins (1990) admite que o mito é um elemento desvelador dos inúmeros significados de uma cultura e que as relações e conceitos representados nos mitos tornam-se paradigmas das ações dos que com ele estão relacionados.

Neste trabalho não tratamos do mito como tema geral e abrangente, mas apenas da relação de um mito específico – o mito do tesouro – com as questões de conservação dos sítios arqueológicos com pinturas e/ou gravuras rupestres.

No caso específico do Sr. Manoel Bezerra e de sua relação com os sítios arqueológicos localizados no perímetro urbano do município de São José do Piauí, ressalta-se a obstinação do mesmo, no sentido de querer, a qualquer custo, atingir o seu objetivo, ou seja, entregar para a nação “a maior riqueza de ouro do Brasil”, conforme declara. Em sua visão a presença de pesquisadores não deixa de ser uma ameaça, pois que podem estar “atrás desta riqueza”.

Na perspectiva seguida neste trabalho a conservação dos sítios arqueológicos e a manutenção de um mito estabelecem entre si uma inter-relação que precisa ser harmônica, do contrário não apenas um, mas vários sítios podem ser depredados, ou até completamente arrasados.

2 SÃO JOSÉ DO PIAUÍ

2.1 Breve história

A região do atual Estado do Piauí foi, durante muito tempo, considerada pelo colonizador como terra de ninguém, mesmo sendo imensamente povoada por indígenas. Antes da instalação da Capitania do Piauí, toda a região situada a oeste do rio São Francisco era conhecida como “Sertão de Dentro” ou “Sertão de Rodelas”. Pertenceu a diferentes capitanias em diversos períodos. Inicialmente a administração estava a cargo de Pernambuco; a partir de 1715 esteve sob a jurisdição da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. A jurisdição eclesiástica esteve dependente da Bahia. Em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, instalada somente em 1758 (COSTA, 1974, p. 54).

A partir de 1759, depois de instalada a Capitania, poucos grupos indígenas continuavam a percorrer o território piauiense, resumindo-se basicamente aos Gueguê, Acoroá e Pimenteira. Nesse período somente os Pimenteira ainda estavam em guerra com os colonizadores. Encontravam-se aldeados os Jaicó, os Gueguê e os Acoroá. Os demais grupos achavam-se dispersos ou haviam sido dizimados (MIRANDA, 2004).

Conforme se observa no Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, de Kurt Nimuendaju (Figura 4) os povos que viviam mais próximos da área que atualmente corresponde ao município de São José do Piauí são os Jaicó, Gueguês e Acoroá.

O nome Jaicó também é encontrado com as grafias Jeicó, Jaikó e Geicó. Esses índios foram localizados por Martius em Juazeiro, Bahia, tendo parentesco linguístico com os Acoroá (SPIX; MARTIUS, 1968, p. 275; 278-279; 291). No Piauí ocuparam a região centro-sul, em especial os atuais municípios de Oeiras e São Gonçalo, e a região dos rios Canindé e Itaim.

Miranda (2004), tratando dos aldeamentos mais antigos no território do Piauí, cita os seguintes:

São Francisco do Canindé, com os Tabajaras, fundado em meados do século XVII, na serra da Ibiapaba, atualmente zona rural do município de São João da Fronteira; Nossa Senhora do Livramento, na Lagoa de Parnaguá, com os índios Rodeleiros, Acoroá e Moacases, fundando no final do século XVII, dando origem a cidade de Parnaguá; Nossa Senhora das

Como se constata no documento acima, os Jaicós foram para o aldeamento Nossa Senhora das Mercês, fundado em 1714, no lugar Cajueiro. Com o desaparecimento dos indígenas, surgiu um povoado, que mais tarde, em 1832, foi elevado à categoria de vila, com o nome de Jaicós (KNOX, 1986). Atualmente a cidade de Jaicós encontra-se a 85,2km do município de São José do Piauí.

Os índios Jaicós viviam em constante deslocamento pelas terras piauienses, conforme se lê na carta de 1774, do governador da Capitania do Piauí, Lourenço Gonçalo Botelho de Castro, para o governador do Grão-Pará e Maranhão: “vão continuando sem remédio no seu antigo viver vadiando e furtando” (CARVALHO, 2002, p. 5).

Nunes (1975) traz a informação de que com a Carta Régia de 19 de junho de 1761, várias freguesias receberam favores, muitas delas tornando-se vilas, ficando sem o título apenas a aldeia dos Jaicós, “porque andavam seus índios sempre dispersos” (NUNES, 1975, p. 110).

Nos relatos percebe-se que os Jaicós eram nômades dentro do território piauiense, ou foragidos do aldeamento. Assim, percorreram diferentes regiões do centro-sul do Piauí, podendo ter deixado marcas, que precisam ser melhor levantadas e pesquisadas, para uma correlação com o patrimônio arqueológico da região.

Conforme consta na literatura sobre a história do Piauí, seu processo de colonização se deu a partir do deslocamento do gado, vindo principalmente das terras da Bahia e de Pernambuco. Diversas fazendas foram sendo constituídas, a partir das quais se formaram muitos núcleos populacionais. Segundo Claudete Dias (2006), durante o processo de colonização do Brasil o Piauí foi um dos últimos espaços a serem ocupados, no entanto foi um dos primeiros a extinguir a população nativa.

O município de São José do Piauí faz parte desta conjuntura histórica de núcleos populacionais cujo crescimento se dá em torno de uma fazenda. Neste caso trata-se da Fazenda Monte Alegre, pertencente ao Sr. Inácio Vieira de Sousa, considerado o seu primeiro morador. Por aquela época chega na região um comerciante de nome Antônio Pedro Bezerra, possuidor de quantidade considerável de terras. Uma parte destas é dividida em lotes e doada para a população local, que logo começa a aumentar. Assim começaram a ser erguidas casas de taipa, técnica construtiva que utiliza como matéria-prima um material argiloso, conhecido

popularmente como barro. O Sr. Antônio Bezerra também doou terra para a construção de uma capela em homenagem ao glorioso São José. A partir de então o local ficou conhecido como São José da Tapera (ROCHA, 1985, p. 4). Durante a década de 1960 foram criados vários municípios no Brasil. No Piauí havia, àquela época, um total de 43 municípios (RAPOSO, 1976). Em 1963 o povoado São José da Tapera é elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São José do Piauí, pela lei estadual nº 2562, de 19/12/1963, tendo sido desmembrado do município de Picos, com uma área territorial de 364,985 km². Atualmente o município possui uma população de 6.621 habitantes, sendo o seu gentílico são-joseense. A sede municipal dista cerca de 281 km da capital, Teresina. Tem como limites os municípios de Inhuma, ao norte, Sussuapara e Santana do Piauí, ao sul, Inhuma e Ipiranga do Piauí, a oeste, e Bocaina, São João da Canabrava e Sussuapara, a leste (IBGE, 2014).

2.2 Aspectos da geologia

O estado do Piauí, em termos regionais, encontra-se inserido nas províncias geotectônicas Borborema, Parnaíba e Costeira (ALMEIDA et al., 1977).

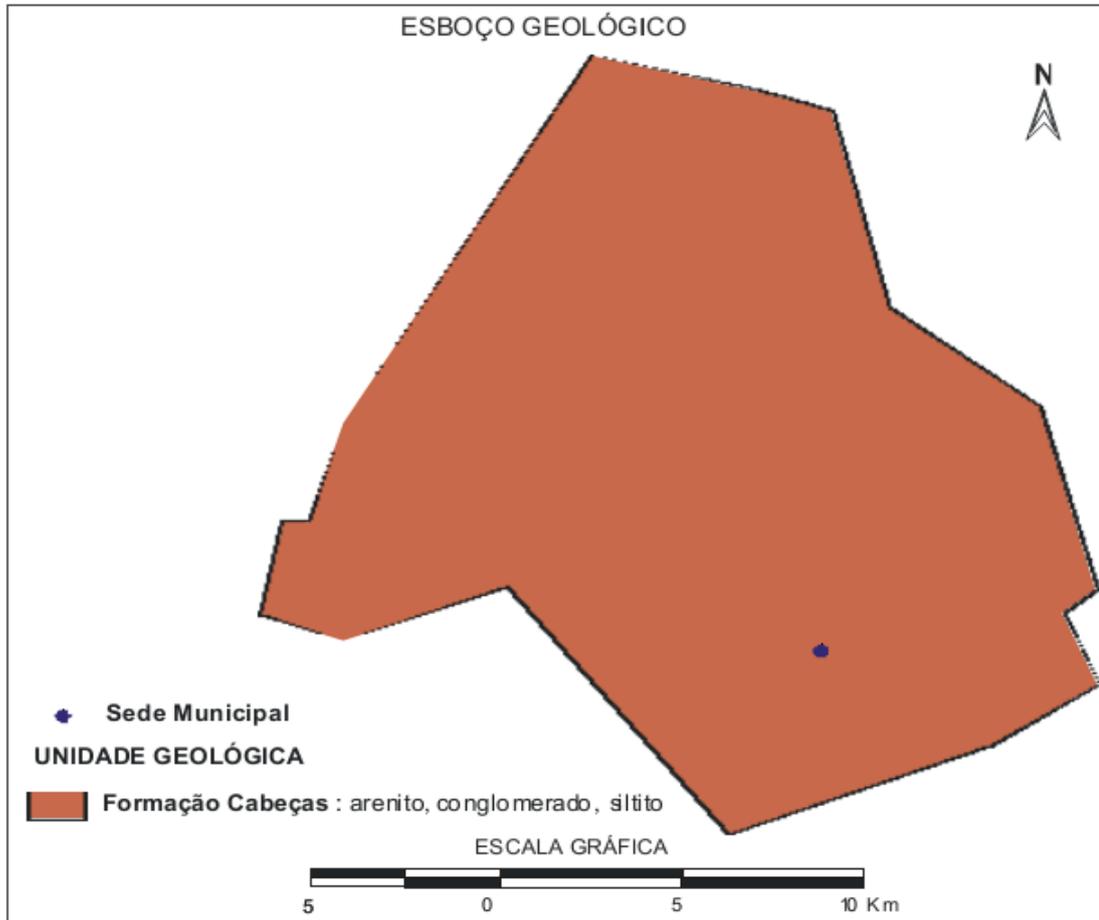
A Bacia Sedimentar do Parnaíba, está situada na região nordeste ocidental do território brasileiro, ocupando uma área de aproximadamente 600.000 km², abrangendo, parcialmente, os estados do Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará, Ceará e Bahia. Trata-se de uma bacia intracratônica, posicionada entre as faixas de dobramentos que bordejam os Crátons do São Francisco, São Luís e Amazônico.

A Bacia do Parnaíba, essencialmente paleozoica, encontra-se dividida em três supersequências: Siluriana (Grupo Serra Grande), Devoniana (Grupo Canindé) e Carbonífero-Triássica (Grupo Balsas). De acordo com o relatório sobre o Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, da CPRM, uma única unidade geológica pertencente às coberturas sedimentares apresenta exposições rochosas na totalidade da área do município de São José do Piauí (Figura 5). Trata-se da Formação Cabeças (Figura 6), que reúne arenito, conglomerado e siltito (AGUIAR, 2004).

O Grupo Canindé inclui, além da Formação Cabeças, as formações Pimenteiras, Longá e Poti. Dominantemente arenosa, a Formação Cabeças apresenta estruturas sedimentares do tipo sigmoidal, localmente com diamictitos, em

ambiência nerítica com influência periglacial. Predominam os arenitos médios a finos, por vezes grosseiros, pouco argilosos. Intercalam-se, subordinadamente, siltitos laminados e folhelhos micáceos de coloração arroxeadada e avermelhada, oriundos da deposição de um sistema nerítico plataformar, em regime de maior energia deposicional, ocorrido no final do Devoniano (PFALTZGRAFF, 2010).

Figura 5 – Esboço geológico do município de São José do Piauí.



Fonte: AGUIAR, 2004.

O município de São José do Piauí é grande produtor de argila. São conhecidas as jazidas das fazendas Tabocas, com 1.477.434 t, e Vermelha, com 556.867 t (PFALTZGRAFF, 2004). Este dado mostra que a matéria prima para a confecção de utensílios de cerâmica é abundante na região, um dos motivos que explica a presença de urnas funerárias nas proximidades dos sítios estudados e, mais especificamente, no centro da cidade, área antes descrita por Heitor Leão da Rocha (1985) como um grande cemitério indígena.

Figura 6 - Arenitos da Formação Cabeças, na região dos Três Irmãos, município de São José do Piauí.



Fonte: acervo do autor, 2014.

2.3 Aspectos da vegetação

A região nordeste do Brasil é constituída por vários biomas, entre os quais destacamos o único totalmente brasileiro, a caatinga (Figura 7). A caatinga corresponde aproximadamente a 10% do território nacional. Ocupa uma área de 800.000 km², num trecho conhecido como “Polígono das Secas”, compreendendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais (AB’SÁBER, 1974; HUECK, 1972).

No Piauí a caatinga está assentada principalmente sobre solos sedimentares, ocupando cerca de 37,0% da área total do Estado, distribuindo-se no leste e sudeste do mesmo. É marginal quanto à sua ocupação, apresentando por isso muitas peculiaridades” (MENDES, 2003, p. 17).

São José do Piauí está inserido no bioma caatinga (IBGE, 2014). No desenvolvimento do trabalho *Florística e Fitossociologia de um Fragmento de*

Caatinga Arbórea, São José do Piauí, Piauí, Mendes (2003) comprova a presença de vegetação de caatinga na região, inclusive informa a descoberta de uma nova espécie:

Figura 7 - Mapa dos Biomas Brasileiros.



Fonte: IBGE, 2014

A amostragem fitossociológica foi realizada na propriedade particular denominada Morro do Baixo (06°51'S e 41°28'W). A vegetação estudada apresenta fisionomia de caatinga arbórea. É marcante a presença de espécies, tais como, o pau-d'arco-roxo (*Tabebuia impetiginosa* (Mart. ex DC. Standl.), o pereiro-preto (*Aspidosperma pyrifolium* Mart.), a imburana-de-cheiro (*Amburana cearensis* (Allemão) (A.C.Sm.) e o xique-xique (*Pilosocereus gounellei* (F.A.C.Weber) Byles&Rowley). A flora amostrada e amostrável esteve representada por 29 famílias, 49 gêneros e 64 espécies. Uma espécie é nova para a ciência, encontrando-se atualmente, em processo de classificação por um taxonomista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro: *Bauhinia* sp. nov. (*Caesalpinaceae*). (MENDES, 2003, p. 91-93).

A área onde estão inseridos os sítios arqueológicos, um oásis a um passo da cidade, ainda preserva um pouco do ecossistema de caatinga, inclusive com algumas plantas servindo como proteção contra a incidência solar direta nos sítios (Figura 8). Durante muito tempo a área continuou sendo utilizada como local propício à coleta de frutas como o murici, cajuí, ameixa amarela, entre outros, mas atualmente está sendo utilizada como local de descarte de lixo e encontra-se ameaçada também pela especulação imobiliária, que avança sobre os arredores dos sítios, sem nenhum tipo de planejamento por parte do poder público.

Figura 8 – Feições da vegetação na área de estudo, no período úmido.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

2.4 Pesquisas iniciais nos sítios arqueológicos

As primeiras informações sobre o patrimônio arqueológico do município de São José do Piauí datam do ano de 1985, ano em que o então chefe da assessoria geral do IPAM - Instituto de Planejamento e Administração Municipal -, Francisco Heitor Leão da Rocha, fez uma visita ao referido município para verificar, como ele mesmo escreveu, “uma valiosa e rica história ainda não estudada pelos órgãos competentes” (ROCHA, 1985, p. 5).

A primeira visita foi realizada nos dias 19 e 20 de junho de 1985, a convite do prefeito da época, José Ferreira de Moura. No documento que elaborou após a visita, constam as seguintes afirmações:

Inscrições antigas, podem ser encontradas por toda periferia da sede do município, constando também, desenhos de animais, pessoas e

supostamente, de objetos voadores, tais como, aviões e astronautas. Próximo a cidade, existe uma vasta formação rochosa, perfeitamente delineada, na qual pode-se notar perfeitamente a existência de um Templo, com Guardiões, Figuras Mitológicas, Ruas, Avenidas, bem como cavernas contendo estátuas esculpidas na rocha que, apesar da má conservação, são facilmente constatadas pelos pesquisadores, num primeiro levantamento preliminar. (ROCHA, 1985, p. 5).

O centro do município é descrito por Rocha, mas igualmente pela população local, como um grande cemitério indígena, devido ao fato de terem sido encontrados “potes de barro” contendo ossos:

O centro da sede do município de São José do Piauí, acreditamos ter sido, num passado distante um cemitério presumivelmente de alguma tribo indígena, pois há várias décadas são encontrados, aleatoriamente, potes de barro, contendo ossos e cabelos, variando de tamanho e formato, de acordo com a estrutura do morto e provavelmente o seu status dentro da comunidade. Infelizmente, por falta de esclarecimento e conhecimento, este achado não foi preservado, sendo depredado. (ROCHA, 1985, p. 6).

Uma nova investida foi realizada nos dias 15, 16, e 17 de novembro de 1985 desta vez para registrar os “achados arqueológicos”. Vários locais foram visitados e descritos, tanto no tocante às pinturas como às formações geológicas. Foram descritas as pinturas do perímetro urbano do município e dos Três Irmãos, região de rara beleza geológica; o povoado Bom Sucesso, e o povoado Buriti das Éguas. Após o levantamento dos dados preliminares, Rocha fez uma breve discussão sobre os achados e sobre os seus autores:

Eram povos que utilizavam figuras para se comunicarem. Possuíam calendário definido, sendo presença constante nos letreiros. Presumivelmente não eram guerreiros, mas temiam as invasões, pois os possíveis locais onde habitaram se constituíam em verdadeiras fortalezas, circundadas por cadeias de montanhas, com entradas e saídas guarnecidas pelos guardiões. (ROCHA, 1985, p. 9).

No mesmo documento consta que foi realizada uma escavação para a retirada de uma urna funerária, ou “pote”, como é conhecido aquele objeto cerâmico pelos populares. O achado foi trazido para a cidade de Teresina, ficando sob a proteção do IPAM. A respeito da escavação consta a seguinte informação:

Quando lá estivemos em junho passado, conseguimos permissão para fazermos escavações numa residência, com a orientação do proprietário, desenterramos um pote, mas o mesmo se encontrava depredado,

parcialmente destruído, devido a ação da água e lama, pois se localizava próximo da lavanderia e fossa. (ROCHA, 1985, p. 9).

Um ano depois, em 1986, as arqueólogas Sônia Campelo, da Universidade Federal do Piauí, e Ana Clélia Correia, da Fundação Cultural do Piauí, na ocasião representando o IPHAN, parceiro do convênio com a UFPI, visitaram a região de São José do Piauí, durante a realização do Projeto de Levantamento Arqueológico do Estado do Piauí. O desenvolvimento do referido projeto culminou na elaboração de um relatório, de um artigo científico e na apresentação de comunicação oral no I Simpósio de Pré-história do Nordeste. Nessa primeira prospecção efetuada no município de São José, as arqueólogas catalogaram seis sítios. Chama a atenção o relato das autoras para as pichações no sítio Morro do Letreiro, já no ano de 1986: “A ação de vândalos e a presença de cupins são a principal causa da destruição das pinturas deste sítio” (CORREIA; CAMPELO, 1987, p. 65; publicado em 1991), demonstrando que há bastante tempo os sítios com pinturas rupestres localizados na área urbana do referido município já vinham sendo depredados, além de sofrerem também com a degradação causada por agentes naturais que atacam o suporte rochoso.

2.5 Delimitando a área do estudo

O Piauí é conhecido nacionalmente, e até internacionalmente, como um estado possuidor de grande riqueza arqueológica. No setor sudeste, a área arqueológica de São Raimundo Nonato, pesquisada desde 1970 pela Dr^a Niéde Guidon (MARTIN, 2008, p. 93), tem um amplo acervo de sítios, parte deles incluída no território do Parque Nacional Serra da Capivara. No norte piauiense o Parque Nacional de Sete Cidades e alguns municípios do entorno têm sido investigados por pesquisadores do Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI) (NAP-UFPI/IPHAN, 1986 a 2003).

Mesmo já possuindo, desde 1961, um parque com sítios de arte rupestre em seu interior - o Parque Nacional de Sete Cidades, somente a partir da década de 1970, com a vinda da Missão Franco Brasileira, liderada por Niéde Guidon, é que o estado do Piauí foi projetado internacionalmente como área arqueológica, sendo até hoje alvo do desenvolvimento de numerosas pesquisas.

O que se observa de modo geral é que tanto no sudeste quanto no norte piauiense as pesquisas estão avançando paulatinamente, graças a estudos sistemáticos realizados por pesquisadores de renome nacional e internacional. Contudo, grandes áreas ainda permanecem carentes de investigação e intervenções que favoreçam a preservação do que ainda resta dos vestígios deixados pelo homem pré-histórico. Dentro destas áreas tem-se a região centro-sul do Piauí, onde se acha a microrregião de Picos, formada por vários municípios que dependem dos serviços encontrados neste último. São José do Piauí inclui-se na dita microrregião.

O primeiro levantamento oficial dos sítios do município, como referido antes, foi realizado em 1986, como parte do projeto desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia Pré-histórica da UFPI, que tinha como objetivo levantar o maior número possível de sítios e fazer o respectivo cadastro no IPHAN, visando a elaboração posterior do mapa arqueológico do Estado do Piauí, tendo sido visitados naquele ano 9 municípios, entre eles o de São José do Piauí. Os sítios arqueológicos registrados neste município foram cadastrados no CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos -, do IPHAN, com as denominações e códigos listados na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação nominal e códigos de cadastro no CNSA dos primeiros sítios arqueológicos registrados em São José do Piauí.

Código no CNSA	Nome do sítio arqueológico
PI00026	Sítio da Luz
PI00027	Sítio do Alegre
PI00028	Saco do Letreiro
PI00029	Sítio Bonsucesso
PI00037	Sítio Morro do Letreiro
PI00038	Sítio Saco da Jurema

Fonte: IPHAN, 2014.

Diante de novas informações sobre a existência de outros sítios ainda não visitados, há a necessidade de uma prospecção mais intensiva. Dos já registrados, dois foram escolhidos para a realização do estudo, ambos situados no perímetro urbano: Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Os demais (Saco da Jurema, Sítio da Luz, Sítio do Alegre, Saco do Letreiro e Sítio Bonsucesso) estão todos na zona rural do município.

São José do Piauí possui uma localização estratégica entre os centros urbanos de Picos e Teresina. Partindo-se de Teresina pela BR-316, vai-se até o município de Inhumas, de onde se entra na PI-227, que liga este município ao de São José do Piauí. Na descida da chapada avista-se um aglomerado urbano dentro de um pequeno vale, cercado por rochas sedimentares de diferentes formas.

Como quase toda cidade típica do interior nordestino, possui a maioria das suas ruas calçadas com paralelepípedos (Figura 9). Tem um comércio bastante movimentado. De gente receptiva e alegre, mas de olhar desconfiado diante dos “forasteiros da ciência”, vive conforme a tranquilidade do tempo e do espaço local, tendo a cidade maior movimento aos domingos, “dia de feira”, quando recebe visitantes provenientes de toda a região circunvizinha.

Figura 9 – Aspectos da cidade: ruas calçadas e edificações (Mercado Público e Igreja).

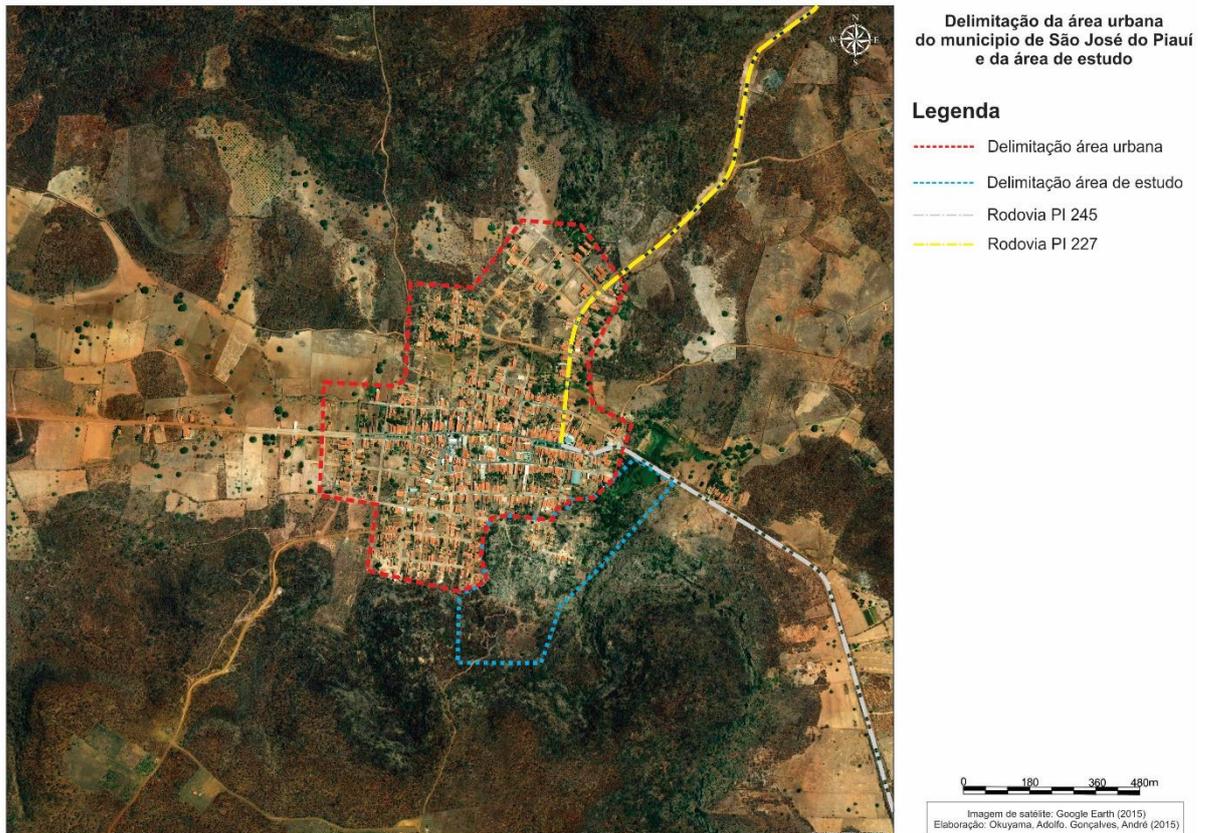


Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

A área de estudo compreende as duas formações rochosas nas quais estão localizados os sítios, e ainda a comunidade Pé-do-Morro e o Olho d’água, tendo como limite leste a PI-245 (Figuras 10 e 11).

Desde o centro da cidade já se descortinam, diante dos olhos dos visitantes, algumas aberturas nas formações geológicas que a cercam. São os abrigos rochosos, em geral considerados “cavernas” pelo observador leigo. Seguindo em direção sul, pela Rua Helvídio Nunes, avistam-se alguns morros, já completamente absorvidos pelo avanço imobiliário (Figura 12).

Figura 10 – Delimitação da área urbana de São José do Piauí, inclusa a área do estudo.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

O sítio arqueológico Morro do Letreiro (Figura 13), situado logo após o cruzamento das ruas Helvídio Nunes e Padre Alfredo, é o mais próximo do centro.

Um pouco mais adiante, cerca de 340 m, está o Morro do Letreiro III (Figura 14), em área de altitude um pouco superior. Este último foi assim denominado pela arqueóloga Maria Conceição Soares Meneses Lage em 2000, por ocasião de uma visita para avaliar o estado de conservação das pinturas. Trata-se de um grande abrigo de onde se avista todo o vale e a cidade (Figura 15).

A cerca de 150 metros da comunidade, numa depressão do solo, em meio a mangueiras, jatobás, gameleiras, bananais, gramíneas, entre outras espécies vegetais, surge um cinturão verde (Figura 16). Trata-se de uma faixa estreita de terra de onde brotam filetes de águas cristalinas e transparentes. Há pelo menos três destas nascentes num espaço reduzido. A principal, “O olho d’água” (Figura 17), como a ela se referem os populares, forneceu a condição primeira para a ocupação humana da cidade: o suprimento de água.

Figura 11 – Localização pontual dos sítios arqueológicos da área de estudo no setor urbano.



Legenda

-  Rodovia PI 245
-  Limite área urbana
-  Delimitação do povoado
-  Olho d'água
-  Sítio Morro do Letreiro
-  Sítio Morro do Letreiro III
-  Pedra Furada

Imagem de satélite: Google Earth (2015)
Elaboração: Okuyama, Adolfo. Gonçalves, André (2015)

Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Figura 12 – Vista da área de trabalho evidenciando o crescimento imobiliário, com a formação rochosa Morro do Letreiro ao centro.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Figura 13 – Sítio Morro do Letreiro.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Figura 14 – Sítio Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Figura 15 – Vista da região e do centro da cidade, a partir do Sítio Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Figura 16 – Área das fontes de água.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2013.

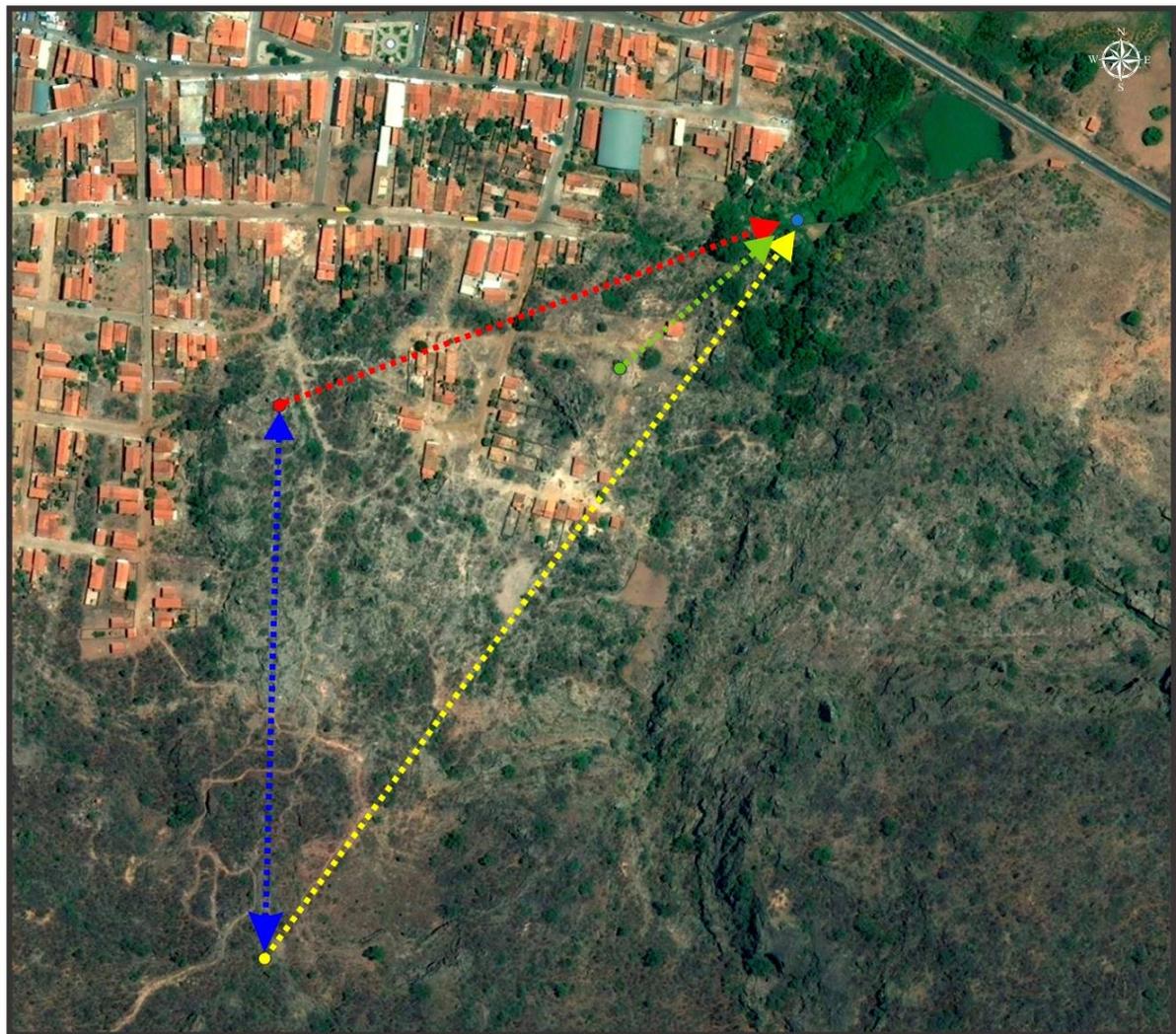
Figura 17 – Nascente principal, conhecida como “olho d’água”.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

O sítio mais distante, Morro do Letreiro III, dista 550 metros, em linha reta, do Olho d'água, que por sua vez está a menos de 100 metros de uma rua do centro da cidade (Figura 18). Presume-se que esta mesma fonte de água tenha sido utilizada num passado mais remoto, pelos povos autóctones que ocuparam a área estudada, dos quais se tem as pinturas rupestres, gravuras, fragmentos cerâmicos e exemplares de ferramentas líticas como vestígios.

Figura 18 – Distância dos sítios arqueológicos em relação ao olho d'água.



Legenda

- Olho d'água
- Sítio Morro do Letreiro
- Sítio Morro do Letreiro III
- Pedra Furada

Distância aproximada (linha reta)

- 290 metros
- 550 metros
- 130 metros
- 340 metros

0 30 60 90 120m

Imagem de satélite: Google Earth (2015)
Elaboração: Okuyama, Adolfo. Gonçalves, André (2015)

Não há dúvidas de que a proximidade dos abrigos com aquela fonte tenha atraído também seus ocupantes, que deveriam tirar dela o suprimento diário para as tarefas domésticas. Abrigo e água são, para qualquer ser vivo, humano ou não, fundamentais, de onde a necessidade de preservá-los também na atualidade.

Desde a chegada do colonizador e do gado, o local era utilizado pela população como única fonte de abastecimento de água, mas com o advento da água encanada o Olho d'água foi aos poucos deixando de ser visto como algo essencial à sobrevivência da população e, conseqüentemente, foi abandonado. Com a urbanização do município, a produção de esgoto doméstico aumentou, chegando até onde estão os olhos d'água, área que serve hoje para o descarte de lixo (Figura 19). O resultado de tamanho descaso não poderia ser outro: as nascentes estão desaparecendo, e as que ainda restam então sendo contaminadas.

Figura 19 – Fontes naturais de água (olhos d'água) e açude nas proximidades dos sítios.



a) Nascente 2.



b) Nascente 3.



c) Açude formado pelo escoamento das águas dos olhos d'água, à margem da PI-245.
Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Desde há cerca de doze anos vem ocorrendo em todo o estado uma intensa migração das populações do campo para a cidade, e com São José do Piauí não foi diferente. Em decorrência da necessidade de espaços para situar os novos residentes, o avanço imobiliário está chegando cada vez mais próximo dos sítios arqueológicos e do principal olho d'água, provocando o desmatamento da área, sua transformação em lixeira a céu aberto, e pondo em risco a própria existência dos sítios arqueológicos.

A escolha desses dois sítios para investigação deveu-se sobretudo à constatação do estado avançado de degradação das pinturas, assim como do suporte rochoso e do meio ambiente em que se encontram inseridos. Um monitoramento no que diz respeito às pinturas rupestres vem sendo realizado desde 2013, e se percebe que a cada visita novas agressões, principalmente de origem antrópica, são acrescentadas. Com relação a estes problemas é necessário encontrar urgentemente uma forma de evitar a depredação a que vêm sendo submetidos, sobretudo o Morro do Letreiro III, em decorrência da ação de um membro da comunidade que acredita ser o sítio um lugar místico e repositório de um tesouro, ou seja, de um veio de minério, em busca do qual tem envidado esforços para escavar a parte do abrigo que acredita ser uma passagem para salões superiores e para o topo do morro (Figura 20).

Essa atitude extrema foi o que reforçou a decisão de procurar diagnosticar os fatores envolvidos na conservação dos sítios e analisá-los também pelo viés da arqueologia colaborativa.

Os problemas anteriormente elencados decorrem em grande parte da instalação da comunidade, denominada "Pé do Morro", nas imediações dos sítios, sem nenhuma estrutura ou serviços básicos (coleta de lixo, calçamento, esgoto sanitário, etc.), assim como da ampliação da área urbana, com a abertura de novas ruas e a construção de casas cada vez mais perto das formações rochosas.

O diagnóstico preliminar dos problemas que afetam os grafismos e da posição dos membros da comunidade em relação à aplicação de medidas de conservação e preservação dos próprios sítios, assim como a tomada de algumas medidas relacionadas a fatores naturais (umidade relativa do ar, temperatura ambiente, velocidade dos ventos, etc.) são as questões que orientam as argumentações colocadas mais adiante.

Figura 20 – Escavação no teto do abrigo, em direção ao cimo do morro.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2012.

O fato de estarem dentro da área urbana é também pouco comum na história da conservação de sítios com pinturas e gravuras rupestres no Piauí⁴, o que representa um desafio ainda maior para este trabalho.

⁴ Um outro caso conhecido é o do sítio Pedra do Letreiro, em Batalha, Piauí.

3 PROCEDIMENTO TÉCNICO-METODOLÓGICO

A fim de subsidiar a construção do conhecimento sobre os sítios arqueológicos e a área do seu entorno, a coleta de dados foi realizada com diferentes técnicas. Durante o desenrolar do trabalho a metodologia foi sendo adaptada, conforme o aparecimento de novos dados e problemáticas.

A primeira etapa da pesquisa correspondeu ao levantamento bibliográfico sobre a área estudada, buscando-se referenciais teóricos aplicáveis à conservação do patrimônio arqueológico, em especial ao localizado no perímetro urbano do município de São José do Piauí, assim como sobre a relação entre ciência e comunidade. Também foram realizadas pesquisas documentais sobre a criação do município, sua geologia e vegetação. Com relação à documentação histórica do município, não foi encontrada muita literatura, talvez em virtude de sua criação ter sido recente.

A etapa seguinte foi a pesquisa de campo em busca de dados qualitativos e quantitativos sobre o objeto de estudo. As estratégias utilizadas foram o preenchimento de fichas técnicas e a realização de conversas informais com moradores da cidade e do entorno dos sítios, anotações em cadernetas de campo, e a documentação fotográfica dos sítios, das pinturas rupestres e da região.

A pesquisa de campo foi planejada em cinco etapas, tendo a primeira sido realizada entre 13 e 14 de julho de 2013, durante uma aula prática da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Arqueologia I, sob a orientação da Prof^a Sônia Campelo. Naquele momento foram demonstradas práticas de campo da arqueologia, bem como a metodologia empregada no reconhecimento de sítios arqueológicos, e maneiras de se fazer o levantamento dos problemas de conservação e a documentação visual. Os procedimentos foram aplicados aos dois sítios estudados neste trabalho, Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III.

A segunda etapa aconteceu entre 27 e 28 de outubro de 2013, durante o verão, que corresponde ao período seco. Foram feitas observações gerais, relativas aos acessos e aos sítios propriamente, para identificar e compreender o contexto em que se encontram inseridos. A ficha elaborada para o levantamento dos problemas de conservação divide-se em quatro blocos: informações técnicas; caracterização dos sítios; fatores de degradação de ordem natural; e fatores de degradação de ordem antrópica. O trabalho de Lage, Borges e Rocha Júnior (2005) serviu de apoio

à elaboração deste protocolo, uma vez que os autores, além de apresentarem um modelo de ficha, (Apêndice A, com modificações do autor), analisam os processos de monitoramento e conservação de sítios de arte rupestre.

O primeiro passo da classificação dessas alterações é a sua divisão entre as de origem natural e as de origem antrópica. Em relação às primeiras, há uma subdivisão entre orgânicas e minerais (LAGE, 2007). O segundo passo considerou-as como diretas ou indiretas. As alterações diretas, são as mais danosas, pois incidem sobre as pinturas. As indiretas se apresentam no suporte rochoso do sítio arqueológico como um todo, estando, todavia, apenas no entorno das pinturas, porém, com a possibilidade de progressão para estes registros rupestres. Também podem provir do meio circundante. A última etapa do processo foi a documentação fotográfica dos sítios e das pinturas rupestres. Com relação a estas, além da questão estética deu-se preferência à documentação dos problemas de conservação, incluindo-se a área ao redor dos sítios.

Tomadas de medidas termo-higrométricas foram feitas sobre as pinturas, em áreas do suporte sem pintura e no ambiente. Com relação à temperatura foram aferidas medidas nas pinturas e em partes do suporte rochoso sem pinturas, utilizando-se um Termômetro Infravermelho ITTI-550 da marca Instrutemp, projetado para medições de temperatura de superfícies, em uma escala de $-32\text{ }^{\circ}\text{C}$ a $+530\text{ }^{\circ}\text{C}$, resolução de $0,1\text{ }^{\circ}\text{C}$ e precisão de $\pm 2\%$. Já para as medidas de umidade relativa e temperatura do ar ambiente foi utilizado um termo-higrômetro digital da Instrutemp, escalas internas de $-10\text{ }^{\circ}\text{C}$ a $+50\text{ }^{\circ}\text{C}$ (para temperatura) e 15% a 95% (para umidade), resoluções correspondentes de $0,1\text{ }^{\circ}\text{C}$ e 1% e precisões respectivas de $\pm 1\text{ }^{\circ}\text{C}$ e $\pm 5\%$. Também foram feitas medidas da velocidade dos ventos, utilizando um Anemômetro digital portátil ITAN-700 da Instrutemp, com escala de 0 a 30 m s^{-1} .

Uma prospecção foi realizada em toda a área do entorno dos sítios arqueológicos, tendo sido encontrado, dentro da comunidade “Pé do Morro”, um bloco rochoso com uma abertura arredondada contendo alguns grafismos, o qual foi chamado pela equipe de “pedra furada”. Durante a prospecção na área de estudo também foram encontrados artefatos líticos. Aproveitou-se o ensejo para um contato com alguns moradores da comunidade “Pé do Morro”, sendo as informações anotadas em caderneta de campo.

A terceira etapa aconteceu de 5 a 7 de abril de 2014, durante o inverno ou período chuvoso. Realizou-se o monitoramento dos problemas de conservação, para verificar se havia alguma alteração desde o levantamento anterior. Medidas termohigrométricas foram tomadas novamente, para comparar os perfis de temperatura e umidade relativa em diferentes períodos do ano (verão quente e inverno chuvoso). Nesta etapa também foram realizadas entrevistas junto à comunidade local.

Barros e Duarte (2006) apresentam modelos de entrevistas, conforme reproduzido na Tabela 2:

Tabela 2 - Tipologia da entrevista.

Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Não-estruturadas	Aberta	Questão central	Em profundidade	Indeterminadas
	Semi-estruturada	Semi-aberto	Roteiro	
Estruturadas	Fechada	Questionário	Linear	Previstas

Fonte: Barros e Duarte, 2006.

O modelo escolhido foi o semi-aberto, em que a entrevista é semi-estruturada. Essa escolha se deu em virtude de um primeiro contato com pessoas da comunidade “Pé do Morro”, (segunda etapa do trabalho de campo), quando se percebeu que uma entrevista fechada não surtiria o efeito desejado, isto é, aproximar a comunidade e conseguir obter respostas pertinentes a questões consideradas importantes para o trabalho. Segundo Barros e Duarte esse modelo possui várias vantagens, tanto para o entrevistado como para o entrevistador. Uma delas “[...] é permitir criar uma estrutura para comparação de respostas e articulação de resultados, auxiliando na sistematização das informações fornecidas por diferentes informantes” (BARROS; DUARTE, 2006, p. 67). Assim, foi previamente elaborado um roteiro de quatro questões, tendo as entrevistas sido realizadas com cinco categorias de entrevistados: membros da comunidade “Pé do Morro”; pessoas mais velhas do município; professores, membro de associação e autoridades civis. Algumas entrevistas foram gravadas, com prévia autorização dos entrevistados.

As questões contemplavam quatro eixos: 1 - conhecimento sobre o sítio Morro do Letreiro; 2 - ligação com o sítio; 3 - conhecimento (opinião) sobre os autores das pinturas rupestres; 4 - conveniência da preservação do sítio (Apêndice B)

A pesquisa semi-estruturada permite um diálogo mais aberto. As questões pré-estabelecidas servem apenas como um guia, possibilitando uma conversa informal, o que deixa o entrevistado mais à vontade para responder, chegando às vezes até a revelar histórias sobrenaturais, relacionadas aos sítios, neste caso aos “letreiros”, como são mais conhecidos os que apresentam pinturas.

Após as entrevistas foi realizada uma palestra na Escola Estadual Helvídio Nunes, ministrada pela arqueóloga Sônia Maria Campelo Magalhães, com a participação do autor deste trabalho e de mais dois graduandos em arqueologia da UFPI, Francisco Carlos Dias Bezerra e José Lucas Barradas da Silva. O público-alvo eram alunos do ensino médio, do turno noite, mas se fizeram presentes algumas autoridades, como a diretora da escola, professores e o prefeito do município. Na ocasião foram abordados conceitos de arqueologia e outros, comumente empregados nesta ciência, e expostos alguns materiais de estudo da disciplina, além de uma apresentação, em vídeo, dos sítios arqueológicos do perímetro urbano de São José do Piauí.

A quarta etapa aconteceu no dia 16 de julho de 2014, na qual foi realizado monitoramento dos problemas de conservação, efetuadas medidas dos painéis dos sítios Morro do Letreiro I e Morro do Letreiro III. Nessa etapa também foi feito levantamento fotográfico dos sítios inseridos no entorno e dos seus problemas de conservação.

A quinta e última etapa de campo aconteceu no dia 24 de janeiro de 2015. Consistiu em uma visita de monitoramento, no sentido de registrar novamente os problemas de conservação dos sítios em estudo e efetuar nova cobertura fotográfica dos mesmos, a fim de verificar se houve modificação. Esta última etapa foi fundamental para verificar a ocorrência de novas alterações, tanto de natureza antrópica como natural, sofridas desde a última visita. Em outra seção deste documento, correspondente à apresentação dos sítios, os procedimentos serão ilustrados.

No laboratório foram processados os dados obtidos das medidas termohigrométricas efetuadas durante os trabalhos de campo, com o objetivo de “[...] investigar a variação da temperatura no substrato rochoso (áreas com e sem pintura rupestre), a umidade relativa e a temperatura do ar ambiente, bem como a velocidade dos ventos, de modo sistemático, ao longo do dia e em duas épocas do ano” (CAVALCANTE et al., 2012, p. 2).

As medidas de temperatura, umidade relativa e velocidade dos ventos foram processadas utilizando-se o programa de computador Microcal Origin 6.0, para construção dos gráficos respectivos.

Algumas peças líticas encontradas durante os trabalhos de campo, foram identificadas com a ajuda da Prof^a Dr^a Jacionira Coêlho Silva, especialista em material lítico e cerâmico, e serão apresentadas nos resultados.

4 OS SÍTIOS MORRO DO LETREIRO E MORRO DO LETREIRO III

No intuito de expor a situação de risco em que se acham e tentar encontrar caminhos que pelo menos minimizem a condição de “condenados ao desaparecimento”, foram selecionados para uma investigação mais sistemática e detalhada os sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, pois o fato de ambos estarem situados na área urbana do município de São José do Piauí os coloca em perigo iminente, em decorrência da exposição mais direta e continuada a ações humanas de natureza depredatória o que resulta em ameaça permanente de destruição, ou até mesmo de desaparecimento deste patrimônio cultural, de grande valor para a ciência.

4.1 Morro do Letreiro

O sítio arqueológico Morro do Letreiro (Figura 21) encontra-se incluído no perímetro urbano do município de São José do Piauí e o seu nome é uma designação popular dada ao morro em que pinturas rupestres foram realizadas. Trata-se de uma formação rochosa arenítica que apresenta uma pequena parte abrigada, em posição mesial, situada nas coordenadas UTM 24 M 226275 e 9239385 (datum WGS 84) com orientação no sentido sul-norte e abertura para o leste, em cujo suporte rochoso estão as pinturas. A formação, que é de baixa altitude, situa-se a aproximadamente 419 metros em relação ao nível médio do mar.

O sítio pode ser alcançado por algumas ruas, ou estreitas veredas, que passam em frente, por trás ou ao lado dos painéis pintados. Situa-se a aproximadamente 50 metros da localidade “Pé do Morro”, uma pequena comunidade formada por pessoas humildes e desabastecidas de serviços básicos como: coleta de lixo, tratamento de esgotos, calçamento, entre outros.

No entorno do sítio existe uma vegetação típica de caatinga, com exemplares de várias gramíneas, árvores de porte médio e arbustos, uma exuberante mancha verde na margem da cidade, embora o local também seja utilizado como área de descarte de todo tipo de material, como lixo doméstico e carcaças de animais de pequeno porte (como gatos, cachorros, porcos, entre outros) e de grande porte (equinos e bovinos), causando mau cheiro e um impacto visual bastante negativo, além de danos ambientais na região como um todo.

Figura 21 – Vista panorâmica do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

A cerca de 290 metros do sítio, encontra-se um olho d'água, que no passado servia como única fonte de água da comunidade, mas atualmente está abandonado, tornando-se local de despejo de esgotos de algumas áreas da cidade.

As pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro, feitas em pontos de erosão alveolar do arenito amarelado da Formação Cabeças, foram preliminarmente descritas em 1986 pelas arqueólogas Ana Clélia Correia e Sonia Maria Campelo como “grafismos⁵ puros, alguns em vermelhos, outros em amarelo” (CORREIA; CAMPELO, 1987, p. 65).

As campanhas de campo, feitas durante o desenvolvimento deste trabalho, possibilitaram confirmar a descrição preliminar realizada em 1986 sobre as inscrições rupestres do sítio e permitiram um maior detalhamento morfológico dos grafismos, bem como a correlação destes com a paisagem e demais elementos do entorno.

Os registros gráficos foram elaborados tanto nas paredes quanto no teto do pequeno abrigo e consistem predominantemente de motivos geometrizados.

⁵ Gabriela Martin (2008, p. 237) define o termo “grafismo” como sendo “qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre”.

A mancha gráfica possui 16 metros de comprimento por 1,93 metros de largura e está situada a aproximadamente 13,5 metros de altura, em relação ao nível do solo rochoso atual, considerando-se as pinturas rupestres mais próximas do solo.

Com o intuito de facilitar o levantamento das inscrições rupestres, as concentrações de pinturas foram divididas em três painéis pictóricos. O levantamento dos registros em painéis, assim como a quantidade e tamanho deles, é um procedimento opcional e particular de cada pesquisador, cuja função é meramente facilitar a documentação detalhada dos grafismos.

Alice Aguiar considera basicamente dois tipos de painéis, os naturais e os artificiais (AGUIAR, 1986). Para essa pesquisadora, o painel natural é formado pelos desenhos visíveis a olho nu e encontram-se numa sequência contínua da rocha. Os artificiais, por sua vez, poderão ser estipulados na vertical ou horizontal, dependendo da posição dos desenhos na rocha (AGUIAR, 1986, p. 24 e 26).

Niéde Guidon (1982) faz a seguinte consideração a respeito do mesmo assunto, ou seja, das divisões artificiais feitas pelos arqueólogos:

É preciso subscrever o fato que diante de uma parede pintada, se estabelece uma divisão por painel, unidade criada pelo arqueólogo para decalcar as figuras, sem poder afirmar que estes painéis são os desejados pelo homem pré-histórico. Sobre o conjunto de uma parede pintada, pode haver diferentes painéis, cada um significando uma narrativa, mas pode ser também que o conjunto dos painéis, apesar de separados por certa distância, não são senão uma só narrativa, e o espaço vazio deixado por esses intervalos, possam, eles mesmos, refletir uma significação. (GUIDON, 1982, p. 119).

4.1.1 As pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro: estado geral de conservação

A área decorada do sítio Morro do Letreiro, conforme já citado, foi dividida em três painéis, da esquerda para a direita, seguindo um critério espacial, isto é, considerando a existência de um espaço sem inscrições rupestres entre as concentrações de pinturas. O painel 1 constitui-se de um pequeno abrigo a uma altura de 12 metros em relação ao solo atual; o painel 2 está situado 30 metros à direita do painel 1 e contém a maior concentração de inscrições do sítio, visíveis a distâncias consideráveis e localizadas na parede e no teto de um pequeno abrigo; o painel 3 está situado 90 centímetros à direita do painel 2 e constitui-se de um

minúsculo e relativamente profundo abrigo, no teto do qual as inscrições rupestres foram feitas.

4.1.1.1 Painel 1

O painel 1 (Figura 22) é um pequeno abrigo descoberto em prospeções durante as campanhas de campo no mesmo bloco rochoso no qual as pinturas do sítio já eram conhecidas. O abrigo mede 3 metros de extensão e tem 90 centímetros de altura a partir da base rochosa da área abrigada, situando-se a aproximadamente 12 metros de altura em relação ao solo atual. Nele há 13 inscrições rupestres, algumas na forma de bastonetes e grades, pintadas em tonalidades de cor vermelha.

Figura 22 – Vista geral do painel 1 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

O painel está relativamente preservado, embora tenham sido observados alguns problemas de conservação de origem natural (Figura 23), entre os quais escamações e deslocamentos do suporte arenítico, galerias de cupins, além da existência de agressivas abelhas arapuá, as quais impossibilitaram a realização de um levantamento mais detalhado dos grafismos. Não foram verificados problemas de conservação de origem antrópica em nenhuma das campanhas de campo, nas quais o monitoramento foi efetuado.

Figura 23 – Problemas de conservação do painel 1 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Legenda:

- | | | | |
|--|---|--|---|
| ● Deslocamento / fraturas | ● Cupins | ● Abelhas / maribondos | ● Eflorescência salina |
| ● Plantas trepadeiras | ● Ninho de vespas | ● Manchas negras | ● Fatores antrópicos |

4.1.1.2 Painel 2

O painel 2 (Figura 24) está situado 30 metros à direita do painel 1 e contém a maior concentração de inscrições do sítio, totalizando 50 pinturas, visíveis a distâncias consideráveis e localizadas na parede e no teto de um pequeno abrigo, situado a aproximadamente 13 metros de altura em relação ao nível do solo atual. O acesso às pinturas é difícil e a subida é repleta de obstáculos, devido à vegetação e ao próprio suporte rochoso, que é muito íngreme.

Os registros rupestres (Figura 25) desse painel consistem de grafismos puros geometrizados, com traços bem nítidos e definidos, pintados em diferentes tonalidades de vermelho (código Munsell 2,5YR 3/6, por exemplo) e de amarelo (Munsell 7,5YR 7/8), inclusive com grafismos bicrômicos. Há conjuntos de bastonetes, linhas e conjuntos de dígitos, motivos ondulados e triangulares, além de manchas de tinta em ambas as tonalidades, ocorrendo pontos em que a cor amarela se sobrepõe à vermelha. Respingos de tinta na parede da área abrigada revelam que as pinturas foram realizadas com o material pigmentante na forma líquida. A pintura mais baixa está a 1,30 metros, e a mais alta a 2 metros, ambas em relação ao piso do abrigo na frente do painel.

Figura 24 – Vista geral do painel 2 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Figura 25 – Detalhes de pinturas rupestres do painel 2 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Luis Carlos Duarte Cavalcante, 2013.

O levantamento dos principais problemas de conservação desse painel evidenciou que o substrato arenítico se encontra em avançado estado de degradação em decorrência de agentes naturais, e que as pinturas, além dos

problemas naturais, também sofrem degradação por ação de fatores antrópicos (Figura 26).

Entre os problemas de conservação de ordem natural ocorrem muitas trincas ou fissuras e deslocamentos da rocha, observando-se que em alguns locais houve a perda de partes de pinturas, resultante das placas que se desprenderam do suporte. Verificaram-se galerias de cupins, algumas abandonadas e outras ainda sendo habitadas; eflorescências salinas; plantas trepadeiras, cujas raízes atacam mecânica, química e biologicamente a rocha suporte e eventualmente as pinturas, acelerando o processo de degradação; ninhos de vespas e manchas negras resultantes de infiltrações de água e filmes de micro-organismos.

Figura 26 – Problemas de conservação do painel 2 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Legenda:

- | | | | |
|---------------------------|-------------------|------------------------|------------------------|
| ● Deslocamento / fraturas | ● Cupins | ● Abelhas / maribondos | ● Eflorescência salina |
| ● Plantas trepadeiras | ● Ninho de vespas | ● Manchas negras | ● Fatores antrópicos |

Os problemas antrópicos de conservação correspondem a pichações com lápis grafite, carvão vegetal, giz escolar, corretivo escolar, tinta a óleo e spray (por exemplo uma pichação de grande tamanho na cor preta causa forte impacto visual, mas felizmente não recobre nenhuma das pinturas do painel). Em alguns pontos há manchas de fuligem provenientes de fogueira acesa no local.

4.1.1.3 Painel 3

O painel 3 (Figura 27) está situado 90 centímetros à direita do painel 2 e constitui-se de um minúsculo e relativamente profundo abrigo, na parede e teto do qual 26 inscrições rupestres foram feitas. Situado aproximadamente a 13 metros acima do solo atual, a diminuta área abrigada permite inferir com grande segurança que os autores tiveram que se deitar no piso do abrigo para realizar as pinturas, pois a distância do teto até a base da reentrância é de apenas 84 centímetros, dificultando inclusive a realização do levantamento das inscrições.

Figura 27 – Vista geral do painel 3 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

As inscrições rupestres (Figura 28) constituem-se sobretudo de figuras geometrizadas em forma de grades, conjunto de bastonetes, conjuntos de dígitos e linhas onduladas, além de manchas de tinta, pintadas em tonalidades de cor vermelha (Munsell 2,5YR 2,5/4 – vermelho mais escuro e 2,5YR 5/8 – vermelho mais claro) e amarela (Munsell 7,5YR 7/8). Neste painel também há pontos em que a cor amarela sobrepõe a vermelha.

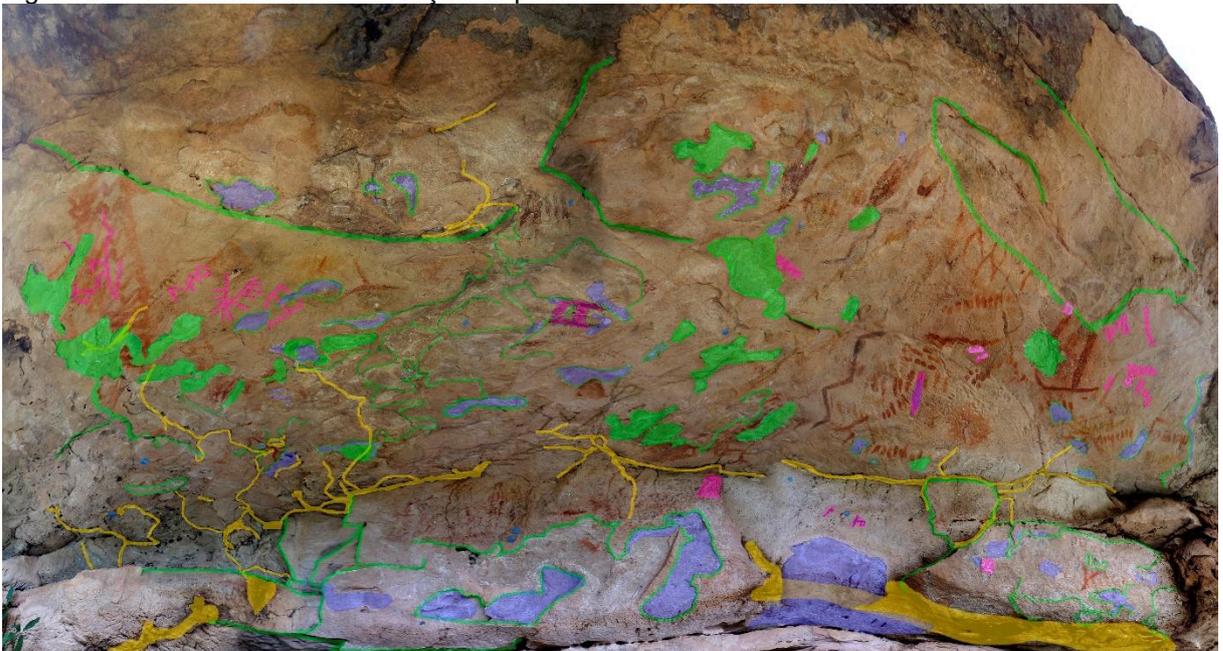
O levantamento dos problemas de conservação revelou que as pinturas e o suporte rochoso no qual elas foram feitas se encontram em avançado estado de degradação, causada por fatores naturais e antrópicos (Figura 29).

Figura 28 – Detalhes de pinturas rupestres do painel 3 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Luis Carlos Duarte Cavalcante, 2013 e 2012, respectivamente.

Figura 29 – Problemas de conservação do painel 3 do sítio Morro do Letreiro.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Legenda:

- | | | | |
|--|---|--|---|
| ● Deslocamento / fraturas | ● Cupins | ● Abelhas / maribondos | ● Eflorescência salina |
| ● Plantas trepadeiras | ● Ninho de vespas | ● Manchas negras | ● Fatores antrópicos |

O que seria um quarto painel não é hoje senão um amontoado de pichações (Figura 30) recobrendo as paredes e o teto de outro pequeno abrigo, situado na mesma formação rochosa, logo após o painel 3.

Figura 30 – Abrigo completamente pichado.



Autor: Sônia Maria Campelo Magalhães, 2004.

Como problemas de conservação naturais podem ser listados as fissuras e deslocamentos da rocha matriz, inclusive com perdas de partes de pinturas; galerias de cupins ativas e abandonadas; eflorescência salina; plantas trepadeiras, com suas raízes atacando diretamente o substrato rochoso e acelerando o processo de degradação, além de cobrirem algumas pinturas; ninhos de vespas; manchas negras resultantes de umidade ou da ação de micro-organismos.

Os problemas de conservação decorrentes da ação direta do homem são pichações (feitas com creme dental, lápis grafite, carvão vegetal, corretivo escolar, tinta a óleo e spray); manchas pela deposição de fuligem (proveniente de fogueiras acesas pela comunidade, para o preparo de alimentos embaixo das pinturas). Como já citado, o sítio arqueológico fica na periferia da cidade, a cerca de 70 metros da Rua Santo Inácio e a 40 metros da Rua Helvídio Nunes, sendo visitado pelos moradores locais com muita frequência. Na viagem de campo feita em janeiro de 2015 encontrou-se um colchonete no piso do painel 3, indicando que provavelmente o abrigo esteja sendo utilizado como local de dormida por algum indivíduo.

4.2 Morro do Letreiro III

O sítio arqueológico Morro do Letreiro III (Figura 31) está localizado na parte mais elevada da formação geológica local, sendo um abrigo visível de vários pontos do perímetro urbano do município de São José do Piauí. A denominação Morro do Letreiro III para este sítio aparece no relatório de uma visita da arqueóloga Maria Conceição Soares Meneses Lage, em 2000 (LAGE, 2000), englobando o abrigo como um dos sítios do complexo Morro do Letreiro, embora se verifique que os habitantes do entorno o chamem de Furna Grande ou Furna do Gado. O nome Furna do Gado advém do fato de haver uma cerca de pedras, construída por volta de 1950, segundo os moradores da comunidade, para servir como área de apresamento de gado.

Figura 31 – Sítio Morro do Letreiro III.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Trata-se de um abrigo de grandes dimensões aberto em rocha arenítica de coloração avermelhada, típica da Formação Cabeças. A abertura do abrigo mede 18,60 metros de extensão, tendo 3 metros de altura e 7 metros de profundidade na parte mais recuada. No teto, em avançado estado de decomposição ainda resistem algumas pinturas rupestres de grande valor arqueológico e beleza marcante.

Situado nas coordenadas UTM 24 M 226274 e 9239035 (datum WGS 84) o abrigo está orientado no sentido sul/norte, com abertura para o leste, estando a

aproximadamente 465 metros de altitude em relação ao nível médio do mar. Esse abrigo é um ponto privilegiado na paisagem, a partir do qual o observador tem uma vista geral do vale em que a cidade está assentada, do olho d'água já reportado (situado na periferia da área urbana do município) e de onde se pode verificar nitidamente o avanço imobiliário em direção a ambos os sítios arqueológicos.

As pinturas rupestres existentes no Morro do Letreiro III são em sua maioria grafismos geometrizados (Figura 32), distinguindo-se, porém, um zoomorfo, reconhecido como lagarto, e um grande antropomorfo de 90 centímetros (Figura 33). Entre os motivos mais recorrentes observam-se círculos concêntricos, diferentes tipos de grades, bastonetes e dígitos.

Figura 32 – Pinturas rupestres geometrizadas. Sítio Morro do Letreiro III.



Autor: Luis Carlos Duarte Cavalcante, 2013.

As inscrições rupestres foram pintadas em diferentes tonalidades de cor vermelha (Munsell 2,5YR 2,5/4 – vermelho-escura e 2,5YR 5/8 – vermelho-clara), em padrões diferentes de cor amarela (Munsell 10YR 8/8 – amarelo-clara e 10YR 7/8 – amarelo-escura) e na cor branca (Munsell 10YR 8/3). Verificam-se

grafismos em bicromia (Figura 34), ocorrendo também muitas sobreposições de cores e de motivos representados (por exemplo, em uma mesma composição a cor amarela sobrepõe a vermelha, e a branca sobrepõe tanto a vermelha quanto a amarela). Todas as pinturas deste sítio arqueológico foram feitas no teto do abrigo, algumas estando a 2,1 metros de altura em relação ao nível médio do solo atual.

Figura 33 – Pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro III. Destaque para o antropomorfo vermelho e para o zoomorfo branco, bem como para as sobreposições entre as cores vermelha, amarela e branca.



Autor: Luis Carlos Duarte Cavalcante, 2013.

Próximo da extremidade esquerda do sítio, numa área protegida pelo teto, encontra-se no piso do abrigo um bloco rochoso (Figura 35), de aproximadamente 2,20 metros de comprimento por 1,5 metros de altura, contendo gravuras rupestres em forma de cúpulas (com diâmetros variando entre 7 e 8 centímetros por cerca de 4 centímetros de profundidade), além de um grafismo em forma de pisada de ave (também conhecido na literatura como tridígito) e de uma gravura na forma de um retângulo (quebrado em um dos lados) preenchido com retas horizontais paralelas (semelhante a uma grelha), confeccionadas pela técnica de picoteamento. Para

melhor compreensão, foi feito um desenho esquemático do bloco contendo as pinturas, conforme demonstra a Figura 36.

Figura 34 – Pinturas rupestres do sítio Morro do Letreiro III. Destaque para grafismos em bicromia.



Autor: Luis Carlos Duarte Cavalcante, 2013.

Entre as particularidades do sítio Morro do Letreiro III, destacam-se cinco grandes “caldeirões” esculpidos no piso rochoso do abrigo (Figura 37; ver dimensões correspondentes na Tabela 3), feitos pela técnica de picoteamento fino.

Tabela 3 – Dimensões dos caldeirões existentes no piso rochoso do abrigo Morro do Letreiro III.

Caldeirão	Diâmetro/m	Profundidade/cm
1	2,70 x 1,41	123
2	1,90 x 1,66	90
3	1,65 x 1,26	60
4	1,60 x 1,30	35
5	1,50 x 1,75	85

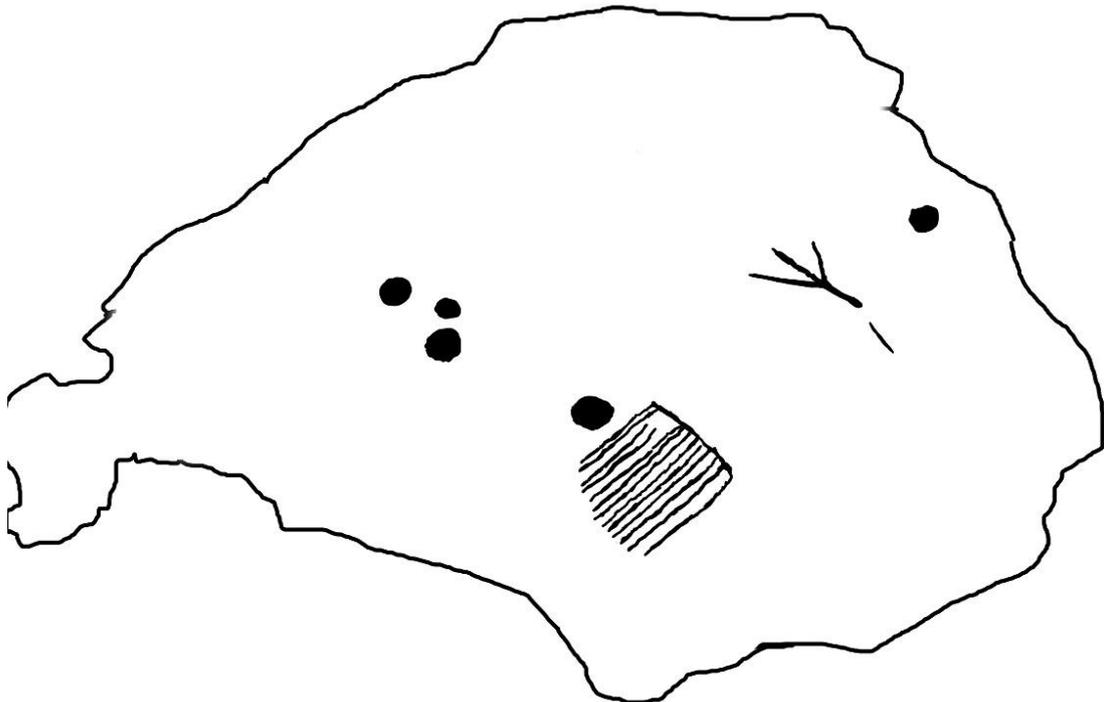
Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Figura 35 – Bloco rochoso contendo gravuras rupestres, disposto sobre o piso do abrigo Morro do Letreiro III.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Figura 36 – Desenho esquemático do bloco rochoso disposto sobre o piso do abrigo Morro do Letreiro III, destacando os motivos gravados.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Figura 37 – Caldeirões esculpidos no piso rochoso do abrigo Morro do Letreiro III.



Autor: Cavalcante, 2012.

O abrigo Morro do Letreiro III enfrenta severos problemas de conservação naturais e antrópicos (Figura 38), que atuam tanto na degradação da rocha matriz quanto das inscrições rupestres. Diferentemente do Morro do Letreiro, no sítio Morro do Letreiro III as pinturas rupestres não estão distribuídas em pontos de concentração e sim dispersas por todo o teto do abrigo, portanto, neste caso, os grafismos foram documentados como pertencentes a um único painel natural, seguindo-se a nomenclatura adotada por Aguiar (1986).

Entre os problemas de conservação de ordem natural, o que mais se destaca é o intenso processo de erosão do suporte arenítico do abrigo, verificando-se espessas camadas de eflorescências salinas (Figura 39), frequentes escamações, rachaduras e deslocamentos de áreas com e sem pinturas rupestres (tendo sido encontrado durante o monitoramento do sítio um bloco que se despreendeu, contendo pinturas rupestres nas cores vermelha e amarela). Observaram-se galerias de cupins; teias de aranhas; grande quantidade de vespas e diferentes tipos de marimbondos, justificando a grande quantidade de ninhos característicos destes tipos de insetos, alguns deles cobrindo as pinturas e dificultando o desenvolvimento da pesquisa arqueológica, em decorrência da agressividade com que atacam os visitantes. A parte superior da formação rochosa, correspondente à área do teto do abrigo, encontra-se também em avançado estado de degradação, o que tem resultado em acúmulo de sedimentos e retenção de água no período úmido. A consequência imediata dessa combinação de fatores é o crescimento de plantas

presas ao arenito, entre as quais há espécimes conhecidas popularmente como macambiras, xique-xique, maria preta, canelinha, murici e outras.

Figura 38 – Problemas de conservação do sítio Morro do Letreiro III.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Legenda:

- Deslocamento / fraturas
- Cupins
- Abelhas / maribondos
- Eflorescência salina
- Plantas trepadeiras
- Ninho de vespas
- Manchas negras
- Fatores antrópicos

Figura 39 – Problemas de conservação do sítio Morro do Letreiro III.



Autor: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Legenda:

- Deslocamento / fraturas
- Cupins
- Abelhas / maribondos
- Eflorescência salina
- Plantas trepadeiras
- Ninho de vespas
- Manchas negras
- Fatores antrópicos

Diversos problemas de conservação de ordem antrópica foram catalogados, pois desde muito tempo o abrigo tem sido utilizado pela comunidade local como uma área de lazer, para a realização de piqueniques, ou como ponto de apoio para caçadores. Portanto, a prática de preparação de alimentos no local é frequente, inclusive utilizando fogueiras artesanais. O uso dessas estruturas de combustão tem ocasionado a deposição de fuligem em alguns pontos do teto arenítico do abrigo. Manchas de fuligem também foram originadas em decorrência do uso do fogo para a retirada de ninhos de marimbondos, prática comum nos sertões do nordeste do Brasil. A visitação desordenada tem igualmente resultado em numerosas pichações, feitas com giz escolar, carvão vegetal e corretivo escolar, verificando-se ainda acúmulo de lixo deixado pelos visitantes.

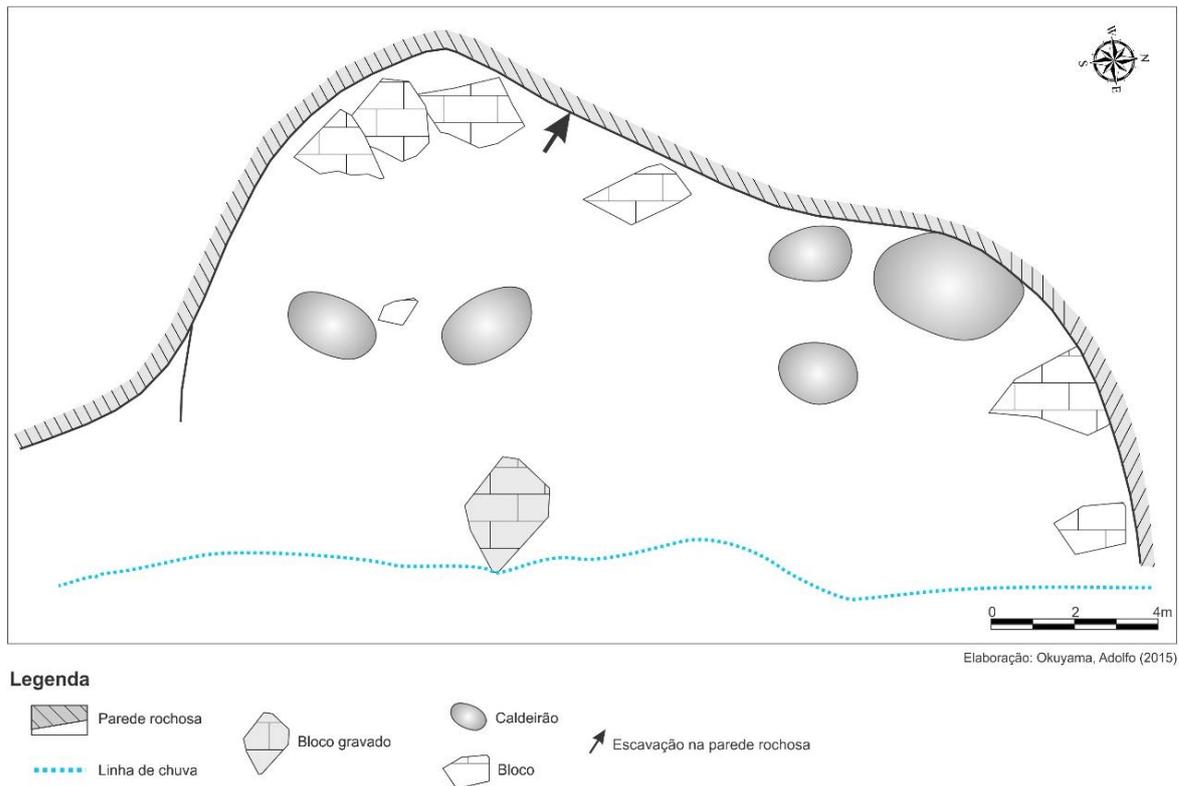
O mais grave problema de conservação resultante de intervenção humana atual no abrigo Morro do Letreiro III tem sua origem no mito do tesouro, aspecto associado a muitos sítios arqueológico do Nordeste brasileiro, pelo imaginário popular. Infelizmente o grande abrigo está em perigo iminente de completa destruição, como consequência de uma grande escavação amadora empreendida por um morador da comunidade local.

Em meados de 2005 o senhor Manoel José Bezerra acreditou ter conseguido interpretar as inscrições pré-históricas dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, por meio de revelações em sonhos que teve na época. Segundo ele, no subsolo deste último abrigo existe uma grande reserva ou mina de ouro, que seria, pelos seus depoimentos, a maior do Brasil. Para o senhor Manoel Bezerra, as inscrições gravadas no bloco rochoso existente no piso do abrigo seriam o mapa indicativo da localização do tesouro. Interpretado o enigma do tesouro e decifrado o mapa de sua localização, o senhor Manoel contratou uma equipe de trabalhadores, para escavar, naquele mesmo ano, a camada de sedimentos arqueológicos que formava o solo do grande abrigo. Com a efetivação da escavação, os cinco caldeirões existentes no piso rochoso do abrigo foram evidenciados (Figura 40). Segundo o senhor Manoel, nada havia dentro dos “pilões”, além de sedimentos.

Insatisfeito por não ter encontrado o tesouro na escavação do solo, o referido morador interpretou uma pintura rupestre em forma de seta, existente no teto do abrigo, como sendo uma sinalização indicativa do local a ser escavado. Feita a nova interpretação, outra escavação foi realizada, desta vez partindo do solo do fundo do

abrigo em direção ao teto. Atingida uma extensão de cerca de 2 metros de profundidade, a escavação do túnel vertical foi interrompida, em decorrência de desbarrancamentos dos sedimentos menos consolidados e de alguns pesados blocos de rocha.

Figura 40 – Planta baixa do sítio Morro do Letreiro III, mostrando os cinco caldeirões que foram evidenciados durante a escavação coordenada pelo senhor Manoel José Bezerra.



Fonte: Adolfo Y. Okuyama, 2015.

Infelizmente, as intervenções efetuadas pelo senhor Manoel causaram perdas irreparáveis, destruindo todo o contexto arqueológico do sítio, em especial das camadas arqueológicas, que poderiam dar pistas sobre a origem e utilização dos grandes caldeirões existentes no piso do abrigo, além da contextualização deles com as pinturas e gravuras rupestres.

Os sedimentos resultantes da escavação que evidenciou os caldeirões foram descartados na frente do abrigo e observou-se que no período de chuvas neles floresce uma espécie de gramínea diferente das demais existentes no entorno. A arqueóloga Sônia Campelo observou que aquele mesmo tipo de gramínea floresce nos arredores do olho d'água existente no fundo do vale situado à frente do abrigo, e

que a avaliação mais aprofundada de aspectos botânicos talvez possa ajudar a entender a utilização desses caldeirões por parte dos seus fabricantes.

4.3 Monitoramento dos problemas de conservação

O monitoramento dos problemas de conservação atuantes nos sítios investigados foi efetuado em diversas campanhas de campo, buscando avaliar o mais detalhadamente possível o avanço das ações degradantes dos diferentes tipos de problemas que comprometem a integridade dos abrigos e das obras rupestres.

Constatou-se que as intervenções humanas são ininterruptas, tendo-se observado a reincidência constante, em ambos os sítios arqueológicos, de novas pichações, novas estruturas de combustão, deposição contínua de lixo, entre vários outros problemas decorrentes de ações antrópicas.

Nesse processo o monitoramento das temperaturas atuantes nos sítios, da umidade relativa do ar e da velocidade dos ventos foi efetuado em duas campanhas de campo, respectivamente nos meses de outubro de 2013 e abril de 2014.

4.3.1 Morro do Letreiro

As medidas experimentais no sítio Morro do Letreiro foram efetuadas nos dias 27 de outubro de 2013 e 6 de abril de 2014. A amplitude térmica do ar ambiente registrada no dia 27 de outubro de 2013 foi de 9,2 °C, com temperatura mínima de 27,7 °C, às 5h20min, e máxima de 36,9 °C, às 14h43min. A umidade relativa do ar máxima verificada no mesmo dia foi de 56%, às 5h34min, e a mínima de 21%, registrada próximo às 16 h, resultando em uma amplitude de umidade de 35%.

As correntes de ar aferidas em 27 de outubro de 2013 apresentaram-se mais frequentes e intensas no período da manhã, entre aproximadamente as 5 h e as 12 h, raramente aparecendo no período da tarde. Os ventos mais intensos foram registrados entre as 9h30min e o meio dia, com velocidade máxima de 5,4 m/s, equivalente a 19,4 km/h.

No dia 6 de abril de 2014, conforme já citado, novamente medidas experimentais foram efetuadas no sítio Morro do Letreiro. Nesse dia a amplitude térmica do ar ambiente foi de 11,0 °C com temperatura mínima de 22,8 °C, às 5h55min, e máxima de 33,8 °C, às 13h14min. A umidade relativa do ar máxima no

mesmo período foi de 84%, tendo sido registrada entre as 5h55min e as 6h28min, e a mínima de 51%, aferida próximo às 14 h, resultando em uma amplitude de umidade de 33%.

Ao contrário do que foi observado no mês de outubro de 2013, portanto no período seco, em abril, mês incluído no período úmido, os comportamentos tanto térmico quanto de umidade relativa do ar ambiente são muito dinâmicos e variam muito mais entre máximos e mínimos ao longo do dia. Isso ocorre, sobretudo, em decorrência da existência de nevoeiros e/ou de chuvas, que são muito frequentes nesse período do ano.

O padrão verificado nas correntes de ar aferidas em 6 de abril de 2014 é completamente diferente do perfil observado em outubro de 2013. No período úmido os ventos são menos intensos e se concentram basicamente entre as 9h30min e as 14h30min, atingindo velocidade máxima de 3,87 m/s, equivalente a 13,9 km/h, próximo às 14 h.

4.3.2 Morro do Letreiro III

As medidas experimentais no sítio Morro do Letreiro III foram efetuadas nos dias 28 de outubro de 2013 e 7 de abril de 2014. A amplitude térmica do ar ambiente no dia 28 de outubro de 2013 foi de 9,3 °C com temperatura mínima de 26,3 °C, próxima das 5h30min, e máxima de 35,6 °C, às 14h16min. A umidade relativa do ar máxima registrada no mesmo dia foi de 64%, às 6h53min, e a mínima de 27%, verificada às 15h16min, resultando em uma amplitude de umidade de 37%. No geral, no mês de outubro de 2013, as curvas tanto de temperatura quanto de umidade relativa do ar ambiente seguiram a mesma tendência para ambos os sítios: Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III.

As correntes de ar avaliadas em 28 de outubro de 2013 ocorreram mais frequentemente entre as 5 h e as 9 h e entre as 12 e as 15h30min, apresentando-se mais escassas entre as 9 h e o meio dia e ausentes tanto no início da madrugada quanto no final do dia. Os ventos mais intensos foram registrados próximos das 9 h, das 12 h e das 15 h, com velocidade máxima de 4,7 m/s, às 15h14min, equivalente a 16,9 km/h.

Da mesma forma que ocorreu com o sítio Morro do Letreiro, medidas experimentais também foram efetuadas no sítio Morro do Letreiro III, durante o

período úmido. A avaliação neste último foi feita em 7 de abril de 2014, conforme já citado. Nesse dia a amplitude térmica do ar ambiente registrada foi de 11,8 °C com temperatura mínima de 17,8 °C, às 5h16min, e máxima de 29,6 °C, às 13h16min. A umidade relativa do ar máxima no mesmo período foi de 92%, observada às 5h16min, e a mínima de 67%, aferida às 13h16min, obtendo-se uma amplitude de umidade de 25%.

Diferentemente do que ocorreu no mês de outubro de 2013, portanto durante o período de estiagem, em abril, mês do período chuvoso, as curvas de temperatura e de umidade relativa do ar ambiente apresentaram perfis muito mais dinâmicos, pois esses parâmetros variam muito entre máximos e mínimos ao longo do dia, em decorrência, sobretudo, da existência ou não de nevoeiros e/ou de chuvas, que são muito frequentes nesse período do ano.

Devido a problemas técnicos não foi possível monitorar a velocidade dos ventos no abrigo Morro do Letreiro III durante todo o dia 7 de abril de 2014. As aferições só puderam ser realizadas durante o período da manhã, registrando-se uma única corrente de ar, com velocidade de 2,14 m/s, às 9h51min, equivalente a 7,7 km/h.

4.4 Prospecções por caminhamento no entorno dos sítios arqueológicos

Prospecções por caminhamento foram efetuadas nos dias 27 e 28 de outubro de 2013, no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, objetivando localizar vestígios de cultura material existente em superfície.

Na varredura da área, 14 peças líticas e uma amostra de pigmento mineral amarelo foram encontrados. O material identificado foi coletado e transportado ao Laboratório de Arqueometria e Arte Rupestre da Universidade Federal do Piauí, local em que está depositado para exames e análises futuras.

A avaliação preliminar desse material lítico e das correspondentes matérias-primas possibilitou a identificação de lascas de arenito silicificado, arenito e silexito (Figura 41); núcleos de arenito, arenito silicificado e quartzo (Figura 42), bem como de um núcleo de arenito silicificado, contendo resíduos de pigmento vermelho (Figura 43).

Figura 41 – Líticos encontrados no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III; da esquerda para a direita: lasca de arenito silicificado, lasca de arenito e lasca de silexito, respectivamente.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Figura 42 – Líticos encontrados no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III; da esquerda para a direita: núcleo de arenito, núcleo de arenito silicificado e núcleo de quartzo, respectivamente.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Figura 43 – Núcleo de arenito silicificado, contendo resíduos de pigmento vermelho, encontrado no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Conforme citado, uma amostra de pigmento mineral amarelo (Figura 44) também foi encontrada na prospecção.

Figura 44 – Pigmento mineral amarelo encontrado no entorno dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

4.5 Interação com a comunidade do entorno dos sítios arqueológicos

Feito o levantamento das inscrições rupestres e dos principais problemas de conservação, que agridem tanto as próprias pinturas e gravuras quanto os suportes rochosos nos quais elas foram efetuadas, e após o monitoramento dos agentes degradantes, realizado ao longo de várias etapas de campo, bem como a avaliação do amplo conjunto de dados gerados, a sequência natural de um trabalho de conservação convencional seria a intervenção nos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Contudo, devido ao avançado estágio de degradação dos mesmos, principalmente no caso do sítio Morro do Letreiro III, optou-se por uma reflexão, antes de dar continuidade ao trabalho com a intervenção, visto que a comunidade está diariamente em contato com os dois locais e percebeu-se uma evolução significativa dos problemas antrópicos durante os dois anos de monitoramento.

Que tipo de conservação seria conveniente empregar, diante da realidade já aludida? E como realizá-la? Seria este o momento da intervenção de conservação nos sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III?

As respostas a essas questões levam em conta o que se percebeu ao ouvir a comunidade local. Primeiramente notou-se um certo distanciamento da mesma com relação aos sítios arqueológicos de pinturas rupestres, apesar da proximidade e da frequência diária. Tal distanciamento transparece em uma não interação, no sentido do pertencimento, ou seja, da capacidade de enxergá-los enquanto uma continuidade histórica ou como um patrimônio cultural que lhes pertence e deve ser conservado e preservado.

Dentre as várias campanhas de campo realizadas de 2012 a 2014, uma destinou-se a ouvir a comunidade, a buscar, através de conversas informais, mescladas com algumas perguntas já previamente definidas⁶, levantar dados que ajudassem a compreender a relação dos moradores com os locais onde se encontram as pinturas rupestres. As perguntas foram estruturadas em função de quatro aspectos: a) conhecimento da existência das pinturas nos morros da área; b) efetivação de visita aos letreiros; c) atribuição de autoria às pinturas rupestres e d)

⁶ Técnica de pesquisa definida como entrevista semi-estruturada.

conveniência ou não da preservação/conservação destes locais com pinturas e gravuras rupestres.

Conforme iam sendo colhidas as respostas, as perguntas poderiam ser modificadas. A escolha dessa forma de proceder se deu principalmente a partir da percepção de que este tipo de entrevista seria a melhor forma de adquirir respostas satisfatórias para os resultados desejados, além de deixar o pesquisador e entrevistados mais à vontade. O principal objetivo das entrevistas era tentar entender a relação da comunidade local com os sítios arqueológicos, pois nos chamou a atenção a grande quantidade de problemas de ordem antrópica detectada nos sítios estudados.

As entrevistas foram direcionadas aos membros da comunidade “Pé do Morro”, por terem uma ligação mais direta com a área onde estão localizados os sítios arqueológicos; ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a alguns professores do ensino médio. Durante uma palestra em uma das unidades escolares do município os alunos também se posicionaram.

A pesquisa teve início com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sr. Josiel Manoel Mendes (Figura 45), pois havia a informação de que a entidade estaria desenvolvendo um projeto junto à comunidade “Pé do Morro” envolvendo também os sítios arqueológicos. O entrevistado se mostrou bastante acessível, relatou ter conhecimento das pinturas “do letreiro”, e que seriam os índios os autores das mesmas. Com relação a projetos que visem a proteção da área e dos sítios arqueológicos, o mesmo relatou: “Nós estamos desenvolvendo o programa *Brasil Sem Miséria*, onde serão escolhidas 100 famílias pobres para receber bolsa do governo, para produção de galinha, porco e evitar o desmatamento na região, mas só para a zona rural”.

Percebe-se, pela declaração do entrevistado, que a instituição não desenvolve atividades na área dos sítios arqueológicos, por estar no perímetro urbano, e para a zona rural o foco são atividades que incluem o desmatamento da região, fato que ocasiona danos à flora, fauna e também aos sítios arqueológicos.

Na comunidade “Pé do Morro”, três famílias foram entrevistadas, levando em consideração o tempo de moradia na localidade e a localização da residência, ou seja, na entrada da comunidade, na parte mais central e nas proximidades do olho d’água.

Figura 45 – Entrevista a Josiel Manoel Mendes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José do Piauí.



Autor: José Lucas Barradas Silva, 2014.

A primeira entrevista na comunidade se deu na residência de dona Petinha (Petrolina José Gonçalves) (Figura 46) a primeira de um grupo de aproximadamente vinte e cinco casas e uma das mais próximas do sítio Morro do Letreiro. Dona Petinha relatou que nunca foi ao letreiro. Perguntada sobre quem teria realizado as pinturas, respondeu: “As pinturas dizem que é dos índios e já veio muita gente, acredito que tem alguma coisa de valor ali”. Percebe-se na fala de Dona Petinha que ela ouviu falar que foram os índios, mas sem ter certeza. O fato de muitas pessoas visitarem o letreiro é interpretado como sendo devido à existência de algo de valor no sítio. Mas o valor a que dona Petinha se refere não é o cultural, mas sim o de cunho financeiro. A entrevistada completa: “ainda vem muita gente visitar, muitas escolas e também gente de fora”.

Em muitas regiões do Brasil, como relatado no subcapítulo sobre o mito do tesouro, os sítios arqueológicos são cercados por histórias sobrenaturais, e dona

Petinha tem a sua a contar: “muita gente já viu umas luzes lá no letreiro, e caixão voando também por lá”.

Figura 46 – Petrolina José Gonçalves, a dona Petinha.



Autor: Francisco Carlos Dias Bezerra, 2013.

Perguntada sobre ser conveniente a preservação “do letreiro” dona Petinha se posiciona: “acho que sim, vem muita gente visitar né”. Em sua concepção a preservação se dá para os outros, ou seja, para os de fora, que vêm visitar os sítios, não porque estes representem parte da história daquele povo que hoje reside na comunidade, ou seja, para ela não há ligação do letreiro com a origem do município de São José do Piauí. Indagada também sobre o porquê de tanto lixo jogado na área do Letreiro, dona Petinha esclareceu: “todo mundo joga lixo aqui nas redondezas, o carro do lixo num vem aqui não” (Figura 47). Na verdade, a área verde, que compreende os sítios, a comunidade Pé do Morro e o Olho d’água, esconde uma grande quantidade de todo tipo de lixo, apontando para a ausência dos serviços básicos, que deveriam ser oferecidos pelo poder público.

Figura 47 – Conversando com outros moradores (dona Petinha ao fundo).



Autor: Francisco Carlos Dias Bezerra, 2013.

A segunda residência visitada foi a da Sra. Antônia Moura Bezerra (Figura 48), casada com o Sr. Francisco José Bezerra, que mora há 22 anos na comunidade “Pé do Morro”, antes moravam na localidade Saco Fundo, zona rural do município de São José do Piauí. Perguntados sobre o letreiro, dona Antônia narra o que sabe: “o meu avô falava que ali era morada de índio”. Indagamos se os índios não poderiam ter deixado descendentes em São José, já que as pessoas ali sempre se referiam aos índios como se eles tivessem vivido na região e desaparecido sem deixar descendentes nos locais onde suas marcas estão presentes. Dona Antônia pensou um pouco e narrou o seguinte episódio: “olha a minha mãe contava que a mãe dela, minha avó, contou que minha bisavó era índia, e meu bisavô que pegou ela nas matas. O pai do meu bisavô amansou a índia e ele casou com ela”. Esta história nos mostra que os índios dessa região, de há pelo menos quatro gerações antes da entrevistada, não desapareceram, mas se acham missigenados a partir de cruzamentos com os brancos, negros e outros, sendo alguns dos habitantes de hoje seus descendentes também. Aceitar o passado indígena nem sempre é questão pacífica ou que desperte o interesse dos contemporâneos, sobretudo em razão dos

raptos e outras situações constrangedoras que acabam ajudando a encobrir essa possível relação.

Figura 48 – Dona Antônia Moura Bezerra, sentada, de camiseta azul, e seu Francisco José Bezerra, em pé na entrada da residência.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Indagada sobre a importância ou não da conservação dos letreiros, dona Antônia responde: “acho que deve conservar, vem muita gente de fora, tirar foto, fazer filme. Os morros são bastante visitados. Olha, o povo de São José 90% não dá valor a isso aí não, só o Manel mesmo”. Se percebe, mais uma vez, a ideia de uma conservação do patrimônio arqueológico voltada apenas para “os de fora”, pois “os de dentro”, no caso os da comunidade local, não dão valor, isto é, não reconhecem esses locais com pinturas e gravuras rupestres como parte de uma memória que também lhe diz respeito, ou seja, não estabelecem com os sítios uma relação de identidade.

Outro fato interessante e importante para a pesquisa arqueológica foi evidenciado a partir da entrevista com dona Antônia. Trata-se do relato de que sua avó fazia panelas, pratos, tigelas e outros utensílios de barro para serem utilizados no dia a dia pela família, e o local de onde era retirada a matéria-prima é conhecido

atualmente como Povoado Pantanal. Também se referiu ao fato de que durante a construção da Igreja muitos potes com ossos foram achados, tanto no local onde hoje está a Igreja, como na rua em frente a esta, a atual Rua Largo de São José. Este relato coincide com aquele constante no relatório “São José do Piauí, breve história das descobertas arqueológicas”, elaborado pelo Chefe da Assessoria Geral do IPAM, Prof. Francisco Heitor Leão da Rocha, que faz referência a muitos potes encontrados nos mesmos locais indicados por dona Antônia, informando, inclusive, que foi realizada a escavação de um desses potes, que teria sido levado para o IPAN (ROCHA, 1985).

O relato sobre a avó que produzia utensílios de barro contribui para uma aproximação do passado, frequentemente negado, com um presente que não deixa de ser de completo abandono. Chama atenção também para um “cemitério indígena” que existia no centro do perímetro urbano do município. O local descrito por Rocha (1985) e por dona Antônia é o mesmo: a área compreendida entre a Igreja Matriz de São José e a Farmácia Pacheco, incluindo toda a praça Antônio Pedro Bezerra, um espaço de aproximadamente 129,60 m de comprimento (Figuras 49 e 50).

Figura 49 – Rua Largo de São José, área do “cemitério indígena”.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

Figura 50 – Local onde teria sido encontrado um “pote com ossos”, na rua Largo de São José.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2014.

A terceira residência visitada foi a do Sr. Amadeu Osório da Silva, morador há mais de 10 anos na comunidade “Pé do Morro”. Sua casa é a mais próxima da entrada para o olho d’água. Diz ele ser de grande tristeza a situação atual em que se encontram as nascentes, “O olho d’água era uma coisa muito bonita, mas os administradores não liga pra lá não”. A situação atual em que se encontram as outras duas nascentes também localizadas próximas à comunidade é deprimente. A área em que se encontram recebe uma carga muito grande de esgotos e lixo, sobretudo plástico, o que provoca não só a contaminação, mas também o desaparecimento dessas fontes naturais.

Sobre o Morro do Letreiro seu Amadeu diz que nunca visitou, mas as crianças se deslocam bastante na área próxima ao letreiro para coletar murici e caju. Com relação aos autores das pinturas comenta: “nunca ouvi falar quem fez aquilo não”.

Indagado sobre a necessidade da preservação dos letreiros, a resposta veio da sua filha, Rosinalda, que num tom de revolta diz: “As pessoas da cidade não ligam praquilo não. Muita gente anda lá, professores com alunos falam pra não pichar, mas num tem jeito não”.

Ao analisar os relatos descritos acima, mais uma vez confirma-se a hipótese do distanciamento das pessoas com relação àquele patrimônio, considerado sempre na perspectiva “do outro”, do “de fora”, dos visitantes. Sem o sentimento de pertença, o caminho para as pichações e outras é tão curto quanto o que separa os próprios sítios arqueológicos do centro da cidade.

Os relatos foram precisos no que se refere à conservação: conservar para o outro, como se aqueles que estão tão próximos não fossem conhecedores suficientes da importância, ou do “valor” que os monumentos arqueológicos possuem. Outro fato que merece atenção é o revelado na resposta da filha do entrevistado, Rosinalda, quando afirma: “As pessoas da cidade não ligam praquilo não...”. É como se os moradores da comunidade Pé do Morro não fizessem parte da zona urbana do município, e os “da cidade” é que tivessem de conservar, pois se pressupõe que quem mora na cidade tem maior grau de instrução. A mesma afirmação de Rosinalda nos faz lembrar que sua comunidade é desprovida dos serviços básicos, como água tratada, esgoto, coleta de lixo, calçamento, entre outros, ausência que contribui para este distanciamento com relação à cidade, mesmo estando a dois passos desta.

Professores do ensino médio também foram entrevistados. Mostrou-se recorrente nas entrevistas o relato de que estes sempre levavam alunos para visitas ao sítio Morro do Letreiro. As mesmas perguntas, acrescidas de um questionamento sobre a finalidade da visita aos letreiros com os alunos, foram aplicadas aos professores Diego Alencar Barbosa, ministrante da disciplina de Biologia, e Jucelia Leite Santos, formada em Letras/Português e atual Diretora da escola Estadual Helvídio Nunes.

Em relação às pinturas do Letreiro, o professor Diego afirmou que as conhece, mas não teria certeza sobre os autores das mesmas. Já com relação às visitas aos letreiros responde: “a primeira vez que fui ao letreiro eu era ainda criança, fui com a minha professora de história. As demais vezes fui acompanhando equipes de pesquisadores que vinham à nossa cidade”.

No relato do professor se nota que as visitas das escolas ao sítio são realizadas já há bastante tempo e com frequência. A aula de campo da qual diz ter participado na infância foi apenas uma visita à área, sem foco no letreiro. Com relação à conservação do sítio Morro do Letreiro, o professor comenta: “sim, acho de extrema importância o sítio, principalmente no que diz respeito à preservação e conscientização das pessoas sobre a importância dos mesmos”. Percebe-se na fala do entrevistado, a preocupação com a conscientização das pessoas, numa clara demonstração de que tem conhecimento sobre o estado de conservação dos sítios arqueológicos e de sua importância.

Perguntado se já levou seus alunos à região do Letreiro o professor respondeu:

Sim, já levei alunos meus para visitar o local com o intuito de conhecê-lo e de deixar claro o quão é importante preservá-lo intacto. Mas o foco da aula na área onde estão os sítios não eram as pinturas, mas a questão ambiental, como o lixo, pois a área é bastante suja, o olho d' água, que está abandonado, mas também disse pros alunos que não podiam pichar as pinturas, que era importante preservá-las também.

Como professor de biologia, sua preocupação maior é com o lixo que é depositado na área onde estão localizados os sítios arqueológicos. Embora não sendo o foco principal, a questão da conservação das pinturas rupestres foi colocada pelo professor como algo que também precisa ser preservado, assim como o meio ambiente. Esse fato corrobora a posição de Price (1996, p. 2), ao afirmar que “torna-se cada vez mais difícil separar o natural do cultural”, como também a de Brunet, Vidal e Vouvé (1985a, p. 54), quando afirmam que: “Os monumentos rupestres ornados, [...] e os sítios naturais aos quais são associados, formam um conjunto [...] indissociável”.

Na entrevista com a professora Jucelia Leite Santos (Figura 51), a mesma, quando instada a falar sobre ter conhecimento da existência e já ter feito alguma visita aos letreiros, respondeu positivamente, que já os visitou, por curiosidade, para olhar as pinturas presentes nos sítios arqueológicos. No que diz respeito aos autores das pinturas comenta:

Quando eu era criança, de 7 a 8 anos, se falava que eram os índios que moravam lá e tinha deixado aquelas pinturas lá, então ficou essa concepção na minha mente que eram os índios os autores das pinturas. Nesta época me lembro que o prefeito trouxe uma equipe de arqueólogos para

estudarem as pinturas, e eles fizeram uma apresentação com projeção de imagens na época, hoje seria um data show, mas não me lembro o que era na época, me lembro que eram imagens mostradas, aí eles explicavam o que eram as pinturas, tipo uma palestra.

Figura 51 – Profa. Jucelia Leite Santos (a terceira da esquerda para a direita) durante palestra sobre os sítios arqueológicos, proferida na Escola Estadual Helvídio Nunes.



Autor: José Lucas Barradas Silva, 2014.

Neste relato, como em outros, reaparece a ligação da autoria das pinturas com os índios. A ideia de que o índio (histórico, e não seus ancestrais pré-históricos) foi o responsável pela realização dos grafismos é recorrente e parece criar uma barreira entre aqueles e a população atual, ou seja, parece não fazer parte da história local, não há um sentimento de pertencimento, de identidade com o monumento arqueológico.

Sobre a conservação dos sítios arqueológicos, isto é, dos “letreiros” do perímetro urbano do município, a professora faz a seguinte afirmação:

Eu acho que sim. Nós temos conhecimento de outros parques arqueológicos que recebem um grande número de visitantes, poderia aqui

também contribuir pro desenvolvimento da cidade, pra história local e para o turismo na cidade, e também pro estudo do homem, dos primeiros povos.

Apesar de ser perceptível a mesma concepção de conservação para o outro, o turista, pela primeira vez na pesquisa aparece o termo “história local”. O aspecto desenvolvimentista, no caso o turismo, é visto como uma alternativa para a conservação dos sítios arqueológicos, mas pode contribuir também com o crescimento do município, em termos econômicos.

Sobre a questão relativa ao objetivo das visitas ao Letreiro, feitas por alunos guiados, a professora Jucelia respondeu o seguinte:

Nunca levei alunos para a área do letreiro. Quando eu era criança a minha professora de educação física nos levou para uma caminhada na área. Outros professores aqui da escola levaram muitas vezes os alunos pra lá, mas o foco era o olho d' água, inclusive foi feito projeto e tudo sobre o olho d'água.

Novamente o Olho d'água aparece, denotando a sua importância como local a ser preservado. Os sítios arqueológicos não são o foco das aulas de campo, mas estão inseridos, devido à sua localização e também às histórias que relacionam o letreiro aos índios, na memória coletiva, mostrando que o emprego deste procedimento pode contribuir, mesmo que timidamente, para a sensibilização dos que por ali passam, mestres e alunos, no sentido de evitarem as pichações sobre as “pinturas dos índios”.

Durante a realização da pesquisa em campo uma palestra, proferida pela arqueóloga Sônia Campelo e pelo autor desta dissertação, teve lugar na Escola Estadual Helvídio Nunes, direcionada aos alunos de nível médio, do turno da noite (Figura 51). Na ocasião foram abordados os seguintes temas: os sítios arqueológicos do perímetro urbano do município de São José do Piauí; noções sobre o que é arqueologia; os materiais de estudo da arqueologia, e a descrição dos problemas de conservação observados nos sítios objeto do estudo ora tratado. A palestra se encaminhou no final para uma conversa com os alunos, no intuito de se coletar mais informações sobre a relação da comunidade com os sítios arqueológicos estudados. Muitos alunos e professores disseram conhecer a área, e até alguns dos autores das pichações nos sítios arqueológicos, porém todos foram unânimes em considerar importante conservar as pinturas rupestres. Alguns

membros da comunidade Pé do Morro até se propuseram a auxiliar em futuras ações.

Por ocasião da palestra esteve presente o prefeito municipal, Sr. Atiano Bezerra Borges (Figura 52), que se mostrou interessado na questão e disposto a contribuir com a preservação dos sítios arqueológicos, mas ressaltou que necessitaria da ajuda de profissionais da área para efetivar qualquer projeto ou ação.

Figura 52 – Sr. Atiano Bezerra Borges (no centro), atual prefeito de São José do Piauí.



Autor: José Lucas Barradas Silva, 2014.

Outro entrevistado foi o vereador Airton Ferreira Bezerra de Moura, representante do poder legislativo local. As mesmas perguntas foram colocadas, além de questionamentos referentes à atuação do poder público local na área específica do estudo. Perguntado sobre o Letreiro, respondeu que conhece o local, mas não sabe quem seriam os autores das pinturas, acrescentando que “Desde pequeno, foi sempre um ponto onde nos reunimos pra brincar, passear; afinal era um dos pontos atrativos da nossa cidade”. Com relação à necessidade de

conservação do Letreiro, respondeu afirmativamente e justificou: “Sim. Porque lá é um ponto turístico de nossa terra, de valor imensurável. E lá está guardada a história do nosso povo, de gente que estava aqui antes de nós”.

Os relatos transcritos acima só reforçam a hipótese de que o letreiro é visto pela comunidade local como um ponto turístico, e só raramente é relacionado com a história local, ou seja, um ponto turístico que deve ser conservado, mas não um patrimônio que faça parte da história dos antigos habitantes, cuja descendência pode ainda ser desvendada.

O último questionamento dirigido ao vereador foi com relação às ações que estão sendo ou já foram desenvolvidas com vistas à conservação da área do Letreiro, e, ainda, se o mesmo tinha algum conhecimento relativo a este último aspecto, sendo a seguinte a resposta obtida:

Infelizmente não. Nossos governantes nunca atentaram para a preservação do mesmo, nem de outros pontos importantes, como por exemplo o olho d'água. Sobre os projetos eu acredito que tenha sim, porém nunca foi aberto ao conhecimento e nem passado ao público, mas eu como legítimo vereador com assento no poder legislativo, estou trabalhando em projetos que possam zelar pelos patrimônios culturais de nosso município.

Durante a palestra na escola, o mesmo questionamento relativo à participação do poder público municipal na conservação da área do letreiro foi feito ao prefeito, tendo o mesmo declarado ter interesse em buscar meios para a conservação dos letreiros, mas que a dificuldade estava em não possuir pessoal qualificado para tal ação. Aliás, este é um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos municípios: a falta de pessoal qualificado para lidar com a questão patrimonial, não só no que se refere ao patrimônio arqueológico, como a todos os demais patrimônios.

Os sítios arqueológicos, descritos como monumentos, são locais que evocam o passado ou um sinal do passado, e perpetuam recordações, que tanto podem ser voluntárias como involuntárias (SILVA, 2010). Para Jorge (2007), monumento é algo que recorda, lembra, marca um sítio ou uma data, quer tenha sido ou não feito com essa intenção.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar a discussão sobre termos relacionados às diferentes visões que se têm do patrimônio arqueológico. A proposta era fazer uma breve discussão sobre os resultados do diagnóstico preliminar dos

problemas de conservação a que estão submetidos hoje os sítios arqueológicos estudados, por estarem inseridos em área urbana, e averiguar a conveniência de propor a aplicação de medidas baseadas na Conservação Integrada, e não apenas calcadas no emprego direto de medidas interventivas, mecânicas ou outras, sem que a comunidade saiba o que e por que se está a fazer isso, sobretudo porque ela própria tem que ser a primeira a apontar a necessidade da ação, e sentir-se concernida.

Considera-se, pois, que qualquer ação de conservação não surtirá efeito se a comunidade não for instada a participar, começando por obter conhecimento sobre a importância do patrimônio em questão e sensibilizar-se quanto ao pertencimento deste à sua própria história de vida, de ocupação do espaço e até, indiretamente, de continuidade étnica.

No caso específico de uma proposta de conservação dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, ambos localizados em área urbana e até o momento sem nenhuma proteção por parte das autoridades de diferentes esferas, as quais, se sabe, são morosas em demasia, seja por causa da burocracia, seja pelo desinteresse público, a noção de patrimônio deve ser vista como fator inclusivo da comunidade, devendo-se incluir, portanto, a educação patrimonial a longo prazo, antes da realização da intervenção nos sítios, visto que a própria comunidade apenas em parte se identifica como integrante daquele patrimônio e responsável por sua conservação, situação que se delineou claramente nas entrevistas.

Por ser algo de caráter emergencial, dada a situação de iminência de perda, poder-se-ia utilizar o suporte legal apropriado para a preservação dos sítios arqueológicos estudados, isto é, a Constituição Federal, que no seu artigo 216, inciso V, coloca os sítios arqueológicos como parte do patrimônio cultural brasileiro (BRASIL, 2003), e simplesmente proceder às ações de conservação tópicas convencionais, sem sequer ouvir a comunidade. Porém entende-se que o “viés educativo deve prevalecer necessariamente sobre o punitivo, embora também se tenha a consciência de que sem um suporte legal que lhe dê sustentação, nenhuma política de conservação arqueológica se mantém” (LIMA, 2007, p. s/n).

Falar de educação patrimonial é ir muito além das tradicionais palestras nas escolas públicas. É necessário despertar na comunidade a identificação com o patrimônio arqueológico local, identificação esta que inclui a história tradicional, e a dos dias atuais, pois é sabido que a história do Piauí está ligada à imagem do

vaqueiro e à extinção indígena, história ainda hoje apregoada nas escolas. Dessa forma o sentimento de ligação com o indígena foi sempre de distanciamento ou de negação. Este sentimento de não pertencimento à história antes das fazendas de gado, ou seja, antes do colonizador, também se revelou nos resultados das entrevistas.

À indagação relativa à autoria das pinturas os moradores entrevistados responderam quase sempre do mesmo modo: “dizem que foram os índios”.

Questionados sobre se os índios não teriam deixado descendentes que nem os brancos e negros, logo vieram respostas como esta: “minha bisavó era indígena, foi pega no mato, a dente de cachorro, amansada e depois casou-se com meu bisavô”. Seriam os atuais habitantes de São José do Piauí descendentes de índios e estes teriam feito as pinturas rupestres? Deveriam os locais com pinturas indígenas serem preservados? Houve unanimidade na resposta afirmativa: sim, era importante, mas completavam com um obstáculo: “a população do município não liga para isto”.

Diante desse quadro, concordando com Saballa (2007, p. 23), “o que se busca é a tomada da consciência das comunidades sobre a relevância da geração, valorização e resguardo de patrimônios culturais locais”.

Partindo deste pressuposto inicial, de que é necessária uma identidade com o monumento cultural, ou, neste caso específico, com o monumento arqueológico, para que a conservação traga os benefícios desejados e seja “respeitada” e duradoura, a educação patrimonial deve fornecer as bases para o desencadeamento de várias ações afirmativas, no sentido da conservação dos sítios arqueológicos, pois, como salienta Pelegrini,

[...] à medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua auto-estima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite que esse cidadão se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em toda sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação integral ou preservação sustentável do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos, bem como o próprio exercício da cidadania. (PELEGRINI, 2006, p. 127).

Lima (2007) chama atenção para a importância de se fazer uma conservação compartilhada com todos os entes da sociedade, e assim obter melhores resultados.

A responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos não é uma atribuição apenas do Estado, e suas instituições e profissionais da área. Esta é uma responsabilidade a ser compartilhada por toda a sociedade, tendo em vista que se trata de um bem comum. Dessa forma, todos têm o dever social de zelar por ele, de protegê-lo em condições adversas, de lutar pela sua conservação. (LIMA, 2007, p. s/n).

Mas para despertar esse sentimento de identidade, pertencimento, e de conservação, é necessário conhecer aquilo que se está querendo preservar/conservar, ou seja, o objeto classificado como patrimônio cultural. Produzir conhecimento para ficar restrito à academia não leva aos resultados pretendidos, pois segundo Lima (2007, p. s/n), só se obtém resultados positivos “[...] se o conhecimento construído pela arqueologia tiver sido por sua vez previamente compartilhado, na medida em que as pessoas não podem ser cooptadas e estimuladas a cuidar daquilo que elas sequer conhecem”.

Morley (2000) lembra as consequências que este desconhecimento por parte das comunidades em geral produz no patrimônio arqueológico brasileiro, e suas consequências negativas:

O Brasil dispõe de um rico patrimônio arqueológico, porém pouco conhecido pela grande maioria da população, a qual, de modo geral, ignora não só a importância desses vestígios, como também a situação em que se encontram. A consequência mais dramática deste desconhecimento é claramente percebida ao serem constatados os altos índices de destruição de sítios, uma vez que se considera que mais da metade dos vestígios existentes no Brasil no início deste século perderam-se para sempre. (MORLEY, 2000, p.371-376).

Um exemplo claro do desconhecimento da comunidade de São José do Piauí no que tange ao material arqueológico são as agressões antrópicas dirigidas às pinturas rupestres dos sítios urbanos, anteriormente tratadas. Destaca-se a seguir o relato do Sr. Francisco Heitor Leão da Rocha, já citado, emitido após visita ao município, no ano de 1985, no qual o representante do IPAM mostra como a comunidade reagia diante das descobertas arqueológicas na área urbana:

Em tempo recente, quando das primeiras povoações atuais, por volta da década de 30, potes de barro foram achados na superfície contendo ossadas e cabelo, variando de formato e tamanho dependendo do tamanho e da importância do falecido. Pela falta de conhecimento, os potes foram destruídos, queimados, temerosos de magia negra e feitiçaria. Pelo final da década de 1950, com o aceleramento das edificações, e do sedentarismo da população, descobriu-se um verdadeiro cemitério destes

povos, afluindo diversos formatos de potes e outros vasilhames de barro. Também pela falta de esclarecimento e conhecimento, muitos foram destruídos, outros continuam enterrados, mas os proprietários negam a existência, impedindo que eles sejam desenterrados. (ROCHA, 1985, p. 9).

Para atingir os objetivos propostos, através de uma conservação que vise não apenas a intervenção imediatista, apesar de termos consciência de que a mesma é necessária, recorreremos à Carta de Lausanne, de 1990, e identificamos que o tipo ideal de conservação a ser empreendido nos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III é a Conservação Integrada, termo em uso desde 1990, mas ainda novo na conservação de sítios arqueológicos no Piauí.

Constatou-se durante a pesquisa que, devido à sua localização, um dos fatores que estão colocando em risco este patrimônio é o avanço imobiliário. A área já está ocupada por um número considerável de pessoas, e durante as visitas efetuadas nos dois últimos anos percebeu-se um aumento no número de residências, conseqüentemente de moradores. Alguns já vivem ali há mais de 20 anos, então estas passam a ter vínculos econômicos, políticos e simbólicos com a terra onde vivem.

No seu Art. 2, a Carta de Lausanne, explica que a conservação integrada está relacionada ao uso e ocupação do solo. Assim, a comunidade “Pé do Morro”, localizada no entorno dos sítios, necessariamente, precisa ser inserida nas políticas governamentais não só de proteção ao patrimônio arqueológico e ambiental, mas também nas políticas direcionadas à prestação dos serviços básicos necessários à melhoria da qualidade de vida dos habitantes concernidos. Esse tipo de situação é comum principalmente quando se pensa em criar uma área, ou áreas, para a proteção dos sítios arqueológicos e do meio ambiente.

Para atingir uma Conservação verdadeiramente Integrada o público deve ser inserido em todas as etapas do trabalho, conforme recomenda a Carta de Lausanne, no seu Art. 2:

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Esta participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de conservação integrada. (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 2)

Como já fora detalhado nas diferentes etapas deste trabalho, o primeiro passo consistiu em fazer um levantamento dos problemas que estão colocando em risco o patrimônio arqueológico do perímetro urbano de São José do Piauí, desde os fatores de origem natural, aos antrópicos, e dentre estes os ligados diretamente ao suporte e às pinturas, como também observar a relação que a comunidade tem com os sítios. Estas ações são fundamentais para uma efetiva Conservação Integrada. Informações foram coletadas junto ao público com o intuito de obter uma noção do nível de conhecimento que a população demonstra ter com relação ao patrimônio arqueológico, para não cair no erro de aplicar um procedimento de educação patrimonial de cima para baixo, ou seja, sendo implantada levando em consideração apenas o conhecimento da academia, para que assim o conhecimento a ser repassado atinja o maior número de pessoas possível, principalmente aquelas que residem mais próximo dos sítios, a fim de que vejam o patrimônio arqueológico não como algo que irá afastá-las das suas raízes e lembranças, mas como uma nova lembrança a ser inserida na sua história. Como Pelegrini (2010, p. 234) observa, uma valorização do patrimônio deve “pressupor a compreensão das intrínsecas articulações entre a preservação do patrimônio, o respeito às memórias e o reconhecimento de identidades diversas”.

Andrade (2012), no seu trabalho sobre Conservação Integrada proposta ao Parque Estadual de Monte Verde, no Pará, elenca as seguintes condições:

Portanto, para que o patrimônio arqueológico seja preservado em sua totalidade, elencando os elementos culturais, políticos, sociais, educacionais, históricos e científicos, o mesmo deve ser inserido em políticas de conservação integrada. Essa política abrange a conservação vinculada à sustentabilidade do patrimônio arqueológico de acordo com a necessidade da conservação das especificidades do sítio arqueológico, de seu entorno, da relação de vivência que a comunidade tem com o espaço e o patrimônio, das políticas governamentais, do repasse de conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas e da educação patrimonial. (ANDRADE, 2012, p. 57).

Sensibilizar o poder público, principalmente em locais onde a prestação de serviços básicos é precária, onde faltam recursos e o assistencialismo ainda persiste como forma de aquisição de algum benefício, é outro desafio a ser enfrentado para se atingir a conservação ideal para os sítios arqueológicos. Uma alternativa a ser utilizada na proteção do patrimônio de natureza arqueológica e na sustentabilidade econômica e social das comunidades do entorno deste são as atividades ligadas ao

turismo. Um exemplo a ser citado, por ter provocado mudanças em toda uma região, no sudeste do Piauí, é o Parque Nacional Serra da Capivara, uma vez que, como afirma Pardi (2007, p. 321), “em termos de gestão de patrimônio representa o caso máximo de sucesso, pois aumenta a qualidade de vida do cidadão, por meio dos bens arqueológicos, preservando o patrimônio”.

Não se fez aqui uma discussão pormenorizada sobre o turismo. Pretendeu-se apenas referenciá-lo como uma das alternativas que podem contribuir para a obtenção de resultados positivos, aliados à conservação. O acesso aos sítios arqueológicos estudados, e ao próprio município já é um fator importante para tornar aquele patrimônio acessível ao público, quando considerado este viés de aproveitamento do patrimônio arqueológico.

O Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico do Piauí, lançado em 2001, contempla o município de São José do Piauí como local de potencial para o turismo arqueológico (CEPRO, 2001, p. 41-42). “A apresentação deste patrimônio ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas” (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 5). Neste caso a população local teria, necessariamente, que ser a primeira a conhecer esse patrimônio, pois se percebe que a mesma não tem com ele uma identificação, e conhecer as origens e identificar-se com elas é fator primordial para se alcançar uma conservação efetiva dos sítios da área em estudo. Depois de atingido este objetivo, buscar formas de adequar estes espaços ao público em geral, inserindo as comunidades locais neste processo, será uma das formas de geração de renda, inclusive para a própria conservação.

Em se tratando ainda de Conservação Integrada, Andrade (2012) comenta:

Por conseguinte, é diante da conservação integrada que o patrimônio arqueológico tem ampla possibilidade de realizar sua função social. Esta preservação, propiciada pelas relações entre os sujeitos que vivem no local, possibilita ações de políticas públicas governamentais, que poderão promover a perpetuação do conhecimento, com a possibilidade de abrangência da sensibilização da preservação do patrimônio e da visitação, quando for o caso. (ANDRADE, 2012, p. 65).

Nos relatos colhidos durante as entrevistas nota-se que o turismo arqueológico já é realidade na cidade de São José do Piauí, apesar do mesmo só existir na informalidade. As respostas sobre a importância ou não da preservação do Letreiro foram taxativas ao destacar que ele recebe visitantes, sejam escolas ou

peças de outras regiões, confirmando a existência de um incipiente, mas já expressivo, turismo no município. Como os locais de visitação não possuem condições mínimas para a prática desta atividade, e a comunidade local não se identifica totalmente com os monumentos visitados, as agressões antrópicas aos sítios são visíveis a cada novo trabalho de campo, ou seja, a cada novo monitoramento dos sítios estudados, novas pichações (Figura 53), aumento na quantidade de lixo depositado nas imediações dos sítios e das fontes de água, entre outros, são registrados.

Figura 53 – Pichação com data de 2015 em um caldeirão do sítio Morro do Letreiro III.



Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Diante do exposto, para que seja efetivada uma Conservação Integrada nos sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, várias ações, algumas em caráter de urgência, outras com alcance a longo prazo, precisam ser implementadas. Nas Tabelas 4 e 5 encontra-se um esboço da situação atual dos sítios, em termos de conservação, assim como a ausência de ações efetivas para salvaguardar e proteger este importante registro da nossa história, e sugestões de aplicação de ações futuras, visando atingir o equilíbrio de uma Conservação Integrada.

Implementar uma conservação com a participação da comunidade de São José do Piauí é o primeiro passo para um futuro trabalho de intervenção, pois neste

caso a intervenção por sí só, ou seja, a eliminação ou minimização dos problemas de conservação descritos anteriormente, não traria os resultados pretendidos, pelo contrário, poderia agravá-los ainda mais, visto que no sítio Morro do Letreiro a maioria das pinturas rupestres não foi atingida diretamente pelas pichações, diferentemente do sítio Morro do Letreiro III, onde a questão principal é desconstruir o mito do tesouro, criado pelo Sr. Manuel, e salvar o que ainda resta de material arqueológico. Segundo Santos, Castro e Leite (2012, p. 13), “[...] só a partir deste processo de percepção e apropriação afetiva em relação aos bens culturais, é que os moradores poderão se tornar agentes da preservação, pois já não se sentirão separados do patrimônio, mas sim a ele integrados, com sentimento de pertença e identidade”.

Para dar continuidade aos trabalhos, o que se pretende é fortalecer os laços com todos os setores da sociedade do município de São José do Piauí, buscando alternativas que visem a proteção do patrimônio arqueológico do município; desenvolver trabalhos a longo prazo na área de educação patrimonial, levantando os tipos de atividades que devem ser desenvolvidas, para se atingir o maior número possível de pessoas de diferentes níveis sociais e educacionais e, a partir daí, buscar a conservação efetiva da área onde estão inseridos os sítios arqueológicos, levando em consideração o patrimônio ambiental, arqueológico e social.

Tabela 4 – Síntese da Conservação Integrada dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Adaptação de Andrade, 2012.

CONSERVAÇÃO INTEGRADA DOS SÍTIOS MORRO DO LETREIRO E MORRO DO LETREIRO III		
SITUAÇÃO ATUAL		
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS OU OUTRAS	COMUNIDADES
PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO	AÇÕES GOVERNAMENTAIS	RELAÇÃO COM OS SÍTIOS
<p>De ordem natural</p> <p>Grande quantidade de deslocamentos, raízes de plantas, ninhos e galerias de cupins, eflorescências salinas em grande quantidade, abelhas e marimbondos (alguns inviabilizaram uma melhor efetivação do trabalho), ninhos de vespas, manchas negras (que precisam ser melhor estudadas), teias de aranha.</p> <p>De ordem antrópica</p> <p>Pichações com diferentes matérias: grafite, carvão vegetal, giz, corretivo escolar, tinta a óleo e spray, fuligem, creme dental, lixo, picoteamento.</p>	<p>*Para o município foi identificada como ação governamental a nível estadual, o Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico do Piauí. Plano de Estratégia de Desenvolvimento Turístico do Piauí. Plano lançado em 2001, mas até o momento não efetivado no município.</p> <p>*Não foi identificada nenhuma ação específica por parte do poder Federal nem Municipal para a área, ou mesmo para a região.</p>	<p>*A maioria dos entrevistados sabe da existência das pinturas rupestres, já visitou os sítios, porém não sabe quem as realizou, embora cite os índios como possíveis autores.</p> <p>*Com relação à conservação dos sítios, ou letreiros, todos os entrevistados acham importante realizá-la, por ser um local de bastante visitação, porém não há, aparentemente, uma identificação com o patrimônio como elemento que os ligue ao passado mais longínquo e faça parte da história local.</p>

Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

Tabela 5 – Ações sugeridas para a Conservação Integrada dos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III. Adaptação de Andrade, 2012.

CONSERVAÇÃO INTEGRADA DOS SÍTIOS MORRO DO LETREIRO E MORRO DO LETREIRO III		
FUTURAS AÇÕES		
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS AÇÕES SUGERIDAS	AÇÕES GOVERNAMENTAIS E OUTRAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	COMUNIDADES
<p>*Participação de uma equipe interdisciplinar que envolva pesquisadores das áreas de Arqueologia, Botânica, Geomorfologia, Geologia, Arqueometria, Entomologia, Microbiologia e demais áreas, necessários para a elaboração de diagnóstico e proposta de intervenção nos dois sítios estudados. Uma intervenção em caráter de urgência.</p> <p>*Treinamento de pessoas da comunidade local para monitoramento e conservação dos sítios.</p>	<p>Municipal</p> <p>*Proposta de lei municipal criando a área de proteção do patrimônio arqueológico e ambiental que inclua os sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, assim como a área do olho d'água e das outras nascentes próximas.</p> <p>*Criação de um Conselho Consultivo que envolva diferentes atores da sociedade.</p> <p>*Retirada do lixo da área.</p> <p>*Desenvolvimento, junto às Secretarias, de trabalhos de educação ambiental e patrimonial, com a participação da comunidade.</p> <p>Estadual</p> <p>*Apoio às ações municipais e colocação em prática do Plano de Desenvolvimento do Turismo Arqueológico no Piauí.</p> <p>*Elaboração do Plano de manejo da área.</p> <p>*Contribuir financeiramente com a estrutura física a ser implementada para visitação pública da área.</p> <p>*Oferecer cursos de condutores de visitantes às comunidades do entorno da área.</p> <p>Federal</p> <p>*Estabelecimento de parcerias com o IPHAN para efetivação da socialização dos sítios arqueológicos.</p>	<p>*Participar de todas as ações referentes à implantação e gerenciamento da área.</p> <p>*Não haja remoção das residências atuais, desde que seja devidamente comprovada a sua necessidade.</p> <p>*Desaconselhar a edificação de novas unidades residenciais.</p> <p>*Todas as ações referentes à área, tenham preferencialmente a participação da comunidade Pé do Morro.</p>

Autor: André dos Santos Gonçalves, 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio arqueológico, fruto de gerações passadas para as gerações do presente, construído com materiais que suportaram e suportam todas as adversidades do tempo, encontra-se, na atualidade, em diferentes regiões do país, em avançado estado de degradação e perigo de desaparecimento.

O município de São José do Piauí, possuidor de sítios arqueológicos localizados na zona urbana, é um caso que precisa de uma intervenção que vise a prolongar o que ainda resta da herança pré-colonial.

Os sítios arqueológicos Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, foram selecionados para a efetivação deste trabalho, devido ao rico acervo de inscrições rupestres neles contidas e, ao mesmo tempo, pelo avançado estado de degradação em que se encontram.

Os registros gráficos consistem majoritariamente de motivos geometrizados, embora sejam observados alguns poucos antropomorfos e zoomorfos, pintados quase exclusivamente em diferentes tonalidades de cor vermelha, havendo também inscrições nas cores amarela e branca. Há registros bicrômicos em vermelho e amarelo e em vermelho e branco, ocorrendo raros casos de sobreposições. A existência de respingos de tinta vermelha em um dos sítios arqueológicos permite inferir que o pigmento foi aplicado na forma líquida.

Além das pinturas rupestres, o sítio Morro do Letreiro III contém também motivos gravados, delicadamente elaborados em um bloco rochoso que repousa no piso da área abrigada. Os sulcos foram efetuados por picoteamento e consistem de algumas cúpulas, um motivo geometrizado em forma de grade, além de uma pegada de ave, ou tridígito.

Várias campanhas de campo foram efetivadas, visando levantar os problemas de conservação tanto de origem natural como antrópica. Os problemas de origem natural consistem de trincas, escamações e deslocamentos do suporte rochoso, um arenito muito friável e em estado avançado de decomposição; ninhos e galerias de cupins; plantas trepadeiras com suas raízes penetrando na rocha matriz dos sítios arqueológicos e contribuindo para o desgaste da mesma; ninhos de vespas-marimbondo e vespas-maria pobre; espessas camadas de eflorescências salinas, as quais ocorrem sobretudo pela migração de sais do interior da rocha em direção ao

meio externo; manchas negras, causadas pela ação da água e por micro-organismos.

Os problemas de origem antrópica, causados pela intervenção humana, são os que mais colocam em risco o patrimônio arqueológico investigado neste trabalho. Agressões como pichações, realizadas com diferentes materiais, diretamente ou nas imediações das pinturas; utilização dos sítios como área de lazer, inclusive com utilização de fogueiras; deposição de lixo; e as sérias degradações resultantes do mito do tesouro estão entre os principais problemas de conservação levantados.

As medidas experimentais efetuadas nos dois sítios apontaram amplitudes térmicas diárias, nos meses de outubro de 2013 e abril de 2014, que variam substancialmente no sítio Morro do Letreiro, mas que se situam no intervalo de 9,2 °C a 11,0 °C (no ar ambiente). No mesmo período de avaliação, as amplitudes térmicas do abrigo Morro do Letreiro III situaram-se no intervalo de 9,3 °C a 11,8 °C (no ar ambiente). Esta variação de temperatura influencia diretamente na deterioração do suporte rochoso e das pinturas rupestres, causando o surgimento de novas rachaduras e o alargamento das fraturas já existentes, bem como podendo levar a possíveis deslocamentos das porções mais externas do arenito. Os diferentes graus de dilatação dos diversos minerais constituintes do substrato e dos pigmentos minerais das tintas pré-históricas sofrem intensamente a ação de tais fatores térmicos, que atuam de modo diferenciado, dependendo do mineral.

De forma genérica, observa-se que o comportamento térmico apresenta-se diferenciado ao longo do substrato arenítico, dependendo da exposição, direta ou não, à radiação solar, assim como do tempo em que tal exposição efetivamente ocorre; percebe-se também que no período úmido o perfil das curvas de temperatura é muito dinâmico e varia muito mais entre máximos e mínimos ao longo do dia, fato diretamente relacionado à ocorrência ou não de nevoeiros e/ou de chuvas, muito frequentes nesse período do ano.

Mais que as próprias amplitudes de umidade relativa do ar, variaram muito os valores de máximos e mínimos desse parâmetro analítico, entre os sítios investigados. A umidade relativa do ar ambiente, associada ao teor de água oriundo de infiltração e conseqüente migração do interior da rocha matriz, bem como às águas que eventualmente escorrem pelas paredes do arenito, influenciam diretamente no grau de hidratação de alguns constituintes mineralógicos, sobretudo dos compostos salinos, correlacionando-se de forma direta com o aparecimento de

eflorescências salinas e favorecendo a proliferação de micro-organismos, especialmente de líquens (associações simbióticas entre fungos e algas ou cianobactérias), os quais deixam manchas de cores variadas. A combinação desses fatores e agentes resulta no agravamento de alguns problemas que afetam diretamente o estado de conservação das pinturas rupestres pré-históricas e do próprio arenito suporte.

A velocidade dos ventos também exibiu valores relativamente altos, em determinados horários do dia, durante os quais pode atuar mais fortemente na degradação das pinturas rupestres, pois, especialmente no período seco, carrega os grãos menores dos sedimentos do entorno dos sítios. Os microcristais de silicatos e argilominerais atuam por abrasão e podem remover completamente a camada de tinta pré-histórica, ou se depositar sobre as inscrições rupestres, cobrindo-as com um filme de poeira.

Quanto à proposição de medidas de intervenção nos sítios arqueológicos, durante o desenvolvimento do trabalho percebeu-se que os problemas de conservação neles atuantes vão além dos convencionais, em grande medida sendo causados diretamente pela forma como a comunidade do entorno se relaciona ou como concebe os registros rupestres neles existentes, bem como os arredores dos monumentos rochosos. A alternativa mais indicada é, portanto, propor uma conservação que possa conciliar o patrimônio arqueológico, os mitos populares associados aos abrigos rupestres investigados e a comunidade do entorno.

Após o processamento e avaliação dos dados e informações gerados neste trabalho, referentes aos sítios Morro do Letreiro e Morro do Letreiro III, recomenda-se a Conservação Integrada como o tipo de medida de conservação que mais se adequa a este caso, visto que busca incluir a comunidade local em todas as etapas de conservação e proteção ao patrimônio.

São muitas as variáveis relacionadas às políticas de Conservação Integrada, mas para a área em estudo, devido ao caráter emergencial, são aconselhados dois eixos principais: a conservação *in situ* e a educação patrimonial.

A conservação *in situ* é necessária devido ao avançado estado de degradação dos sítios arqueológicos avaliados, principalmente pelas agressões geradas por conta da busca ao “tesouro escondido”. Para realizar as intervenções de conservação, será necessário criar todas as condições necessárias para a proteção da área na qual os sítios estão inseridos.

A educação patrimonial terá o papel de buscar/implementar metodologias/estratégias que consigam aproximar a comunidade local ao patrimonial arqueológico, pois observou-se um total distanciamento dos moradores do entorno, em relação aos sítios rupestres.

Há igualmente a necessidade de se desenvolver políticas públicas que visem a proteção dos sítios arqueológicos, como também a melhoria das condições de vida da comunidade local, que possui ligação direta com a área estudada.

A Conservação Integrada somente surtirá efeito positivo se todas essas condicionantes forem contempladas, pois apenas a conservação *in situ* não irá contribuir para a manutenção do patrimônio arqueológico do perímetro urbano de São José do Piauí, já que a comunidade do entorno, em parte causadora dos problemas de origem antrópica, precisa ser inserida no processo de conservação, proteção e salvaguarda dessa herança pré-colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. **Geomorfologia**, v. 43, p. 1-37, 1974.

AGUIAR, A. **A Tradição Agreste** – análise de 20 sítios de arte rupestre em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

AGUIAR, R. B.; GOMES, J. R. C. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de São José do Piauí. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

ALMEIDA, F. F. M.; HASUI, Y.; BRITO NEVES, B. B.; FUCK, R. A. Províncias estruturais brasileiras. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DO NORDESTE, 8, 1977, Campina Grande. Atas Campina Grande: SBG, 1977. p. 363-391.

ANDRADE, M. N. **Conservação Integrada do Patrimônio Arqueológico**: uma alternativa para o Parque Estadual Monte Alegre – Para – Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

BACKÊS-CLEMENT, C. O mito e suas leituras. In: **Antropologia**: ciência das sociedades primitivas? Edição 70. 1971.

BARROS, A.; DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BELEBONI, R. C. O mito na perspectiva de Jean Pierre Vernant. **Boletim do CPA**, n. 10, 2000.

BELTRÃO, M.; LOCKS, M.; AMORIM, J. Projeto Central: preservação dos sítios arqueológicos com arte rupestre. **Fundamentos**, n. 2, p. 243-253, 2002.

BOUYER, L. Mystique. Essai sur l'histoire d'um mot. **Supplément de la Vie spirituelle**, n. 9, 15 maio 1949.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 14.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 16 jan. 2013.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2 de setembro de 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L6938.htm>. Acesso em: 13 nov. 2013.

_____. Resolução Conama nº 001, de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial da União**, 17 de fevereiro de 1986. Disponível em: <<http://http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

_____. Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 17 nov. 2013.

BRUNET, J.; LAGE, M. C. S. M. Abordagem dos problemas de conservação de arte rupestre. **Cadernos de Pesquisa** - Série Antropológica IV, 1992.

BRUNET, J.; VIDAL, P.; VOUVÉ, J. **Conservation de L'art rupestre** – deux études, glossaire illustre. Unesco, Études et documents sur le patrimoine culturel, nº 7, 1985.

CARVALHO, J. R. F. **Os índios gueguês e acoroá (craô) do Piauí Colonial entre 1738 a 1773**. Teresina: EDUFPI, 2002.

CARVALHO JUNIOR, D. A. **Uma ponte para o mundo pré-histórico**: uma análise dos registros gráficos rupestres do sítio arqueológico Toca do Ladino –Beneditinos – PI. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CARTA DE ATENAS, 1931. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CARTA DE BURRA, 1980. Disponível em: <<http://www.icomos.org/australia/burra.html>>.

CARTA DE LAUSANNE, 1990. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CARTA DO RESTAURO, 1972. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=242>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CARTA DE VENEZA, 1964. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

CARTA CEPRO. Plano diretor de desenvolvimento do turismo arqueológico do Piauí. Teresina, v.20, nº1, 2001.

CARTAS PATRIMONIAIS. **Cadernos de Documentos**, nº 03. Brasília: MINC/IPHAN, 1995.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

CAVALCANTE, L. C. D.; SILVA, H. K. S. B.; LIMA, O. G.; ALVES, Y. R. V. Arqueometria aplicada à conservação do patrimônio arqueológico: o caso do sítio de

arte rupestre Letreiro da Pedra Riscada. In: Anais do 3º Congresso Internacional de História e Patrimônio Cultural. Teresina: EDUFPI, 2012. v. 1. p. 1-11.

CAVIGNAC, J. Um mundo encantado: memória e oralidade no sertão do Seridó. Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v. 1. São Paulo. Ed. UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CIPRIANO, M. S. A botija do rio formoso e outras histórias. **Clio** – Revista de Pesquisa Histórica, n. 28.1, p. 1-24, 2010.

CORREIA, A. C.; CAMPELO, S. M. Nota prévia sobre o cadastramento de sítios arqueológicos no Piauí. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste do Brasil [1987]. **Clio** – série arqueológica, n. 4, p. 63-67, 1991.

COSTA, F.A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ, 1975. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em: 17 nov. 2013.

DIAS, C. M. M. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, F. A.; VAINFAS, R. **História e Historiografia**. Recife: Bagaço, 2006. p. 71-95.

FAGUNDES, M. Natureza e Cultura: estudo teórico sobre o uso conceito de paisagens nas Ciências Humanas. **Revista Tarairiú**, a. V, v. 1, n. 7, p. 32-54, 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GUIDON, N. A dinâmica da conservação no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí. **Fumdhamentos**, v. 2, p. 179-186, 2002.

GUIDON, N. A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato: síntese de dez anos de pesquisas. **Clio** - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, n. 7, 985.

GUIDON, N. Da aplicabilidade das classificações preliminares. **Clio** - Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco, n. 5, p.117, 1982.

_____. **L'arte rupestre du Piauí dans lê contexte sudamérican**. Une Première proposition conernant méthodes et terminologie. Tese de Doutorado – Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne, Paris, 1984.

_____. Métodos e técnicas para a análise da arte rupestre pré-histórica. **Cadernos de Pesquisa** - Série Antropologia III, n. 4, 1985.

_____. O Pleistoceno no sudeste do Piauí. **Clio** - série arqueológica, Anais do I simpósio de pré-história do nordeste brasileiro, n. 4, p.11-14, 1991.

_____. Parque Nacional Serra da Capivara: Modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, p. 75-93, 2007.

GUIDON, N.; MARTIN, G. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Clio Arqueológica*, v. 25, n. 1, 2010.

HUECK, K. **As florestas da América do Sul**: ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Universidade de Brasília/Polígono, 1972.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Carta de Burra. Australia, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IBDF. Plano de Manejo do PARNA de Sete Cidades, Brasília, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades brasileiras, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=221020&search=%7Csao-jose-do-piaui>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cadastro de sítios no Piauí, 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/piauiwid//sitiosttm?.>>. Acessado em: 30 junho 2014.

JORGE, V. O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Instituto Piaget. 2. Ed. 2007.

KNOX, M. B. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: projeto Petrônio Portela, 1986.

LAGE, M. C. S. M. A Conservação de sítios de arte rupestre. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, n. 33, p. 94-107, 2007.

LAGE, M. C. S. M. Análise química de pigmentos de arte rupestre do sudeste do Piauí. **Revista de Geologia**, 1996.

LAGE, M. C. S. M.; BORGES, J. F.; ROCHA JUNIOR, S. Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. **Mneme**, v. 6, n. 13, p. 1-24, 2004/2005. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme13/126.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

LAGE, M. C. S. M.; SILVA, J. C.; MAGALHÃES, S. M. C.; CAVALCANTE, L. C. D.; MARTINS, L.; FERRARO, L. A restauração do sítio arqueológico Pedra do Castelo. **Clio Arqueológica**, v. 24, n. 2, p. 67-82, 2009.

LAGE, M. C. S. M.; SILVA, J. C.; MAGALHÃES, S. M. C.; CAVALCANTE, L. C. D.; MARTINS, L.; FERRARO, L. Pedra do Castelo: um exemplo de aplicação da arqueometria na conservação patrimonial. **Fundamentos**, v. 1, n. 9, p. 1035-1045, 2010.

LIMA, T. A. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**, n. 5, 1988.

LIMA, T. A. Sobrevivência: a face sensível do tráfico de bens arqueológicos. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO AMAZÔNICO, 1, 2007, Manaus. 70 anos do IPHAN, 1937-2007. Manaus: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.

LIMA, T. A. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 33, 2007.

LIMAVERDE, R. **Os registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MACHADO, P. **As trilhas da morte**. Teresina: Corisco, 2002.

MARTIN, G. Arte rupestre e registro arqueológico no Nordeste do Brasil. **Clio** - série arqueológica, n. 9, p. 45-56, 1993.

MARTIN, G. A sub-tradição Seridó de pinturas rupestres pré-históricas do Brasil. **Clio** - série arqueológica, n. 5, p. 19-26, 1985.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2008.

MENDES, M. R. A. **Florística e fitossociologia de um fragmento de caatinga arbórea, São José do Piauí, Piauí**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MIRANDA, R. S. **A contribuição dos aldeamentos indígenas**. Teresina: edição do autor, 2004.

MITHEN, E. **A pré-história da mente: uma busca pelas origens da arte, da religião e da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MORLEY, E. J. Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros. In TENORIO, M. C. (Org.) – **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

NAP-UFPI/IPHAN. Levantamento e cadastramento de sítios arqueológicos do Estado do Piauí – 1ª a 9ª etapas. Teresina: NAP-UFPI, 1986 a 2003.

NUNES, O. **Pesquisas para história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

PARD, M. L. F. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, 2007.

PELEGRINE, S. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Revista Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, 2006.

PEREZ-JUEZ GIL, A. **Gestión del patrimonio arqueológico**. Barcelona: Ed. Ariel, 2006.

PESSIS, A.-M. Da antropologia visual a antropologia pré-histórica. **Clio – Série Arqueológica**, p. 153-162, 1986.

_____. Identidades e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Clio – Série Arqueológica**, v. 1, n. 8, p. 35-68, 1992.

_____. **Imagens da pré-história**. Parque Nacional Serra da Capivara. São Raimundo Nonato/PI: FUMDHAM. Petrobras. 2003.

_____. **L'art rupestre préhistorique**: premiers registres de la mise en scène. Tese de Doutorado - Université de Paris X, Nanterre, 1987.

_____. Método de interpretação da arte rupestre pré-histórica: análise preliminar da ação. **Revista de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 2, p. 47-58, 1984.

PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M.; BRANDÃO, R. L. (Org.). **Geodiversidade do estado do Piauí**. Recife: CPRM, 2010.

PRICE, N. P. S. Patrimônio natural e arqueológico: ética da intervenção para a conservação do patrimônio arqueológico e natural. Anais do Seminário Internacional Prevenção: a Ética das Intervenções. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – MG, 1996. 7p.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: ed. UNB, 1992.

RAPOSO, L. A. N. As estatísticas Oficiais e os Municípios Novos. **Carta Cepro**, v. 3, n. 1, 1976.

ROCHA, F. H. L. **São José do Piauí**. Breve história das descobertas arqueológicas. Teresina: IPAM, 1985.

SABALLA, V. A. Educação Patrimonial: Lugares de Memória. **Revista MOUSEION**, v. 1, p. 23-25, 2007.

SAHLINS, M. **Ilhas da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTOS, C.; CASTRO, V. M. C., LEITE, M. N. O patrimônio arqueológico rupestre pernambucano: a comunidade em foco. **Revista de Arqueologia Pública**, n. 6, 2012.

SCHWENNHAGEN, L. **Fenícios no Brasil**: antiga história do Brasil (de 1100 A.C a 1500 D.C). 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1986.

SILVA, D. C. **Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional da Serra da Capivara-PI**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, R. C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 27/37 e a Lei nº3924/61. **Revista de Arqueologia**, n. 9, 1996.

SILVA, S. R. **Preservação e degradação de sítios arqueológicos**. Estudo de caso: sítios do Riacho Ribeiro Grande, no médio Capibaribe – Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

VERNAN, J.-P. Entrevistado. **Jornal o Estado de São Paulo** – Caderno 2 – 05. 08. 2001. Disponível em: <http://www.csbrj.org.br/culturaclassica/jean.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

APÊNDICE A - FICHA DE MONITORAMENTO DE SÍTIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
 Campus Ministro Petrônio Portella, CCN II
 CEP 64.049-550 Teresina, Piauí
 Fone: (86) 3215-5723, pgarq@ufpi.edu.br

FICHA DE MONITORAMENTO DE SÍTIO

Adaptada de Lage, Borges e Rocha Júnior (2005)

FICHA TÉCNICA DE MONITORAMENTO E CONSERVAÇÃO	
Nome do Sítio:	Ficha nº:
Município:	UF:
Cadastro:	Data:
Instituição pesquisadora:	
Coordenadas:	

O SÍTIO	
Tipo de sítio:	() Ar livre () Lajeiro () Rocha isolada () Blocos rochosos () Abrigo () Gruta () Paredão
Tipo de rocha:	() Arenito () Calcário () Granito
Tipo de vestígio:	() Pintura () Gravura () Pintura e gravura () Gravura pintada
Técnica de gravura:	() Picoteado () Polido () Raspado
Técnica pintura:	() Plana () Linear () Contorno
Observação:	

FATORES DE DEGRADAÇÃO NATURAL	
Microorganismos:	() Bactérias () Fungos () Líquens () Algas
Insetos:	() Cupins () Vespas () Abelhas
Suporte rochoso:	() Intemperismo () Desplacamento () Escorrimento de água
Vegetação:	() Raízes () Galhos
Observação:	

FATORES DE DEGRADAÇÃO ANTRÓPICA	
Direta:	() Pichação () Raspagem () Piquetagem () Roubo
Indireta:	() Fuligem () Lixo () Abelhas
Observação:	



APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
Campus Ministro Petrônio Portella, CCN II
CEP 64.049-550 Teresina, Piauí
Fone: (86) 3215-5723, pgarq@ufpi.edu.br

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Ficha n° _____

Nome da comunidade: _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M () _____

Nível de escolaridade: () Fundamental () Médio () Superior () Analfabeto

Profissão/atividade: _____

Questões norteadoras

- 1- Conhecimento sobre o sítio Morro do Letreiro
- 2- Ligação com o sítio
- 3- Conhecimento (opinião) sobre os autores das pinturas rupestres
- 4- Conveniência da preservação do sítio

ANOTAÇÕES